



RELATÓRIO

ANUAL & CONTAS

2025

Construir um futuro energético sustentável para Timor-Leste — através de uma gestão responsável, de uma governação reforçada e da criação de valor nacional a longo prazo.

TIMOR  **RGAP**



PREFÁCIO

Mensagem do Presidente e Diretor Executivo

Caros Acionistas,

Na qualidade de empresa nacional de petróleo e gás de Timor-Leste, a TIMORGAP mantém o seu compromisso de transformar o potencial dos recursos naturais do país em oportunidades económicas a longo prazo, criando valor para as gerações atuais e futuras.

Em 2025, avançámos com iniciativas e projetos estratégicos fundamentais nos segmentos de *upstream*, *downstream* e de serviços. Ao longo do ano, a TIMORGAP reforçou também a sua presença regional através da sua participação na ASCOPE.

O setor upstream continua a ser a pedra angular do nosso negócio e o principal motor do crescimento futuro. Ao longo do ano, continuámos a avançar com as nossas atividades de exploração, avaliação e desenvolvimento numa carteira de ativos estratégicos. Para além do lançamento de um estudo sísmico 2D no Bloco Pualaca, no *onshore*, o Campo de Gás de Chuditch, no *offshore*, continua a perspetivar-se como um dos recursos de gás promissores para o país, enquanto os campos petrolíferos de Kuda Tasi e Jahal avançam rumo à fase de desenvolvimento, criando a perspetiva de produção a curto prazo e de geração de receitas, com a primeira produção de petróleo prevista para o final de 2027.

Ao mesmo tempo, continuámos a avaliar oportunidades associadas a Bayu-Undan, reconhecendo o seu papel estratégico como potencial catalisador para futuros desenvolvimentos de gás em campos petrolíferos nas proximidades e para a integração de infraestruturas.

O Projeto Greater Sunrise continuou a ser uma prioridade tanto para a empresa como para a nação, com progressos contínuos no sentido de aperfeiçoar a estratégia de desenvolvimento do GNL de Timor-Leste e nas negociações para concluir os quadros fiscais e regulamentares.

«Desbloquear o potencial energético de Timor-Leste — e o sucesso a longo prazo da empresa — com a confiança contínua das nossas partes interessadas.»



Rui Soares

Presidente e Diretor Executivo
TIMORGAP, E.P.

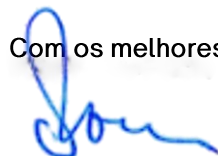
Durante o ano, continuámos a apoiar o Governo de Timor-Leste no avanço das infraestruturas-chave para o setor do petróleo e gás, incluindo a Base de Abastecimento de Suai, a Autoestrada Suai-Natarbora e estudos de apoio ao futuro Centro Integrado de Desenvolvimento de Petróleo e Gás de Natarbora. Além disso, a TIMORGAP continuou a participar na remodelação do hangar do Aeroporto de Suai em 2025, no seu compromisso de apoiar a criação de uma base de aviação totalmente operacional em Suai até 2026.

Para além do desenvolvimento de recursos, continuamos a reforçar a nossa presença em toda a cadeia de valor da energia através de iniciativas estratégicas nas áreas da logística *offshore*, da aviação e das atividades de *downstream*.

Olhando para o futuro, o nosso Plano de Investimento para 2026-2030 orientará os nossos esforços para posicionar a TIMORGAP como um dos principais intervenientes no setor energético da região, gerando simultaneamente valor a longo prazo tanto para a empresa como para a nação.

Com parcerias robustas, uma governação sólida e um compromisso com a excelência em todos os aspetos das nossas operações, trabalharemos no sentido de desbloquear o potencial energético de Timor-Leste e promover o sucesso a longo prazo da empresa, com a confiança e o apoio dos nossos accionistas.

Com os melhores cumprimentos,



Rui Soares

ÍNDICE

Neste relatório

—	Mensagem do Presidente e Diretor Executivo	02
01	Visão geral	04
02	Operações <i>Upstream</i>	11
03	<i>Downstream</i> e comercial	22
04	Projetos em Infraestruturas Estratégicas	26
05	Sustentabilidade e ESG	34
06	Governança, Risco e Compliance	49
07	Análise Financeira	60
08	Demonstrações Financeiras	68
09	Parecer de auditoria	117

Sobre este relatório. Análise consolidada da estratégia, operações, governança e desempenho financeiro da TIMORGAP, E.P. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Elaborado em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e os princípios de divulgação da EITI. As demonstrações financeiras consolidadas detalhadas e o parecer de auditoria independente são publicados separadamente no apêndice.

SECÇÃO 01 — DE 09

Visão geral

Uma empresa integrada de energia nacional que abrange toda a cadeia de valor, sustentada por uma governação disciplinada (Holding e suas subsidiárias e JV)

- ESTRUTURA CORPORATIVA
- SUBSIDIÁRIAS
- DADOS FINANCEIROS
- POSIÇÃO ESTRATÉGICA

1.1 ESTRUTURA CORPORATIVA

Estrutura Corporativa e Segmentos de Negócio

A TIMORGAP, E.P. opera sob uma estrutura empresarial integrada, concebida para apoiar o desenvolvimento do setor petrolífero de Timor-Leste ao longo de toda a cadeia de valor energética — reforçando a capacidade nacional, a sustentabilidade comercial e a criação de valor a longo prazo.

Um modelo de holding

O Grupo está organizado em torno de um modelo de holding, sendo que a TIMORGAP, E.P. assegura a orientação estratégica, a alocação de capital, a supervisão da governação e a prestação de serviços corporativos partilhados a um portfólio de subsidiárias e joint ventures. Isto permite separar a propriedade dos ativos, a execução operacional e a prestação de serviços, mantendo simultaneamente uma forte supervisão central.

Entidades de finalidade específica

As subsidiárias são constituídas principalmente como entidades de finalidade específica (SPVs) ou empresas de serviços, cada uma com um mandato, um foco em ativos e um perfil de risco claramente definido. Isto reforça a transparência, apoia a responsabilização ao nível dos projetos e facilita o cumprimento dos normativos (p.e. IFRS e da EITI).

Estrutura do grupo — dividido em três segmentos de negócio principais

Cadeia de valor verticalmente integrada



Através desta estrutura integrada, a TIMORGAP equilibra o seu duplo mandato — gerar rendimentos comerciais e, simultaneamente, promover a segurança energética nacional, o desenvolvimento industrial e a diversificação económica.

1.1 ESTRUTURA CORPORATIVA

Estrutura Corporativa e Segmentos de Negócio

As atividades da TIMORGAP estão estruturadas em três segmentos de negócio principais, cada um a operar com uma gestão técnica específica, alinhamento com os parceiros e responsabilidade financeira bem delimitada.

ESTRUTURA CORPORATIVA E MODELO DE GOVERNAÇÃO

A empresa opera através de um conjunto de unidades de negócio especializadas que refletem uma cadeia de valor verticalmente integrada. As atividades da TIMORGAP estão estruturadas em três segmentos de negócio principais: *Upstream*, *Downstream* e Comercial, e Serviços e Apoio Técnico.

O alinhamento entre os segmentos de negócio e os principais projetos nacionais permite à Empresa captar sinergias ao longo da cadeia de valor, otimizar a utilização de recursos e construir progressivamente um portfólio energético resiliente e orientado para o futuro.

TRÊS SEGMENTOS DE NEGÓCIO PRINCIPAIS

01 Upstream

A TIMORGAP tem como estratégia criar, aproveitar, desenvolver e otimizar o valor económico, comercial e estratégico das atividades upstream, começando pela fase de exploração (estudos e levantamentos), passando pela perfuração e produção, e prolongando-se até à fase de abandono. As atividades upstream da TIMORGAP compreendem atividades e projetos desenvolvidos em *onshore* e *offshore* no território nacional, realizados pela empresa e pelas suas subsidiárias, tanto na qualidade de operadora como de parceira em joint ventures. Os projetos e atividades offshore estão distribuídos por diferentes fases de exploração, enquanto os projetos *onshore* se encontram predominantemente na fase de exploração.

02 Downstream & Comercial

Contribui para a segurança energética nacional e para a diversificação das receitas, ao mesmo tempo que lança as bases para uma plataforma nacional de downstream escalável. As atividades incluem a venda a retalho de combustíveis, o fornecimento de combustível de aviação e o desenvolvimento progressivo de infraestruturas de *downstream* alinhadas com os planos do Governo para a costa sul — complementadas por subsidiárias comerciais que prestam serviços de logística e ainda serviços marítimos e de aviação, ao setor do petróleo e do gás.

03 Serviços e Apoio Técnico

Desempenha um papel fundamental no apoio tanto às operações internas como ao setor petrolífero em geral, estando posicionada para reforçar a capacidade técnica nacional, reduzir a dependência de fornecedores externos e gerar receitas de terceiros a médio prazo. A TIMORGAP Drilling & Seismic Services (TGDSS), uma subsidiária detida a 100 %, constitui o pilar desta plataforma nacional de serviços técnicos nas áreas da perfuração e dos serviços sísmicos.

1.2 FILIAIS

Subsidiárias e investimentos estratégicos

Um portfólio segmentado e orientado para objetivos, organizado em torno de três grupos principais — alinhando a governação, o financiamento e a supervisão operacional com o perfil de risco e o horizonte de desenvolvimento de cada ativo.

12
Subsidiárias *Upstream*
(SPV)

4
Subsidiárias estratégicas -
Greater Sunrise

5
Empresas de serviços
e apoio

Entidades de exploração e de Propósito Específico (SPV)

As subsidiárias de *Upstream* da TIMORGAP constituem o núcleo operacional das atividades petrolíferas do Grupo. Estruturadas como entidades SPV (com um propósito específico), cada uma detém direitos contratuais específicos ao abrigo de Contratos de Partilha e Produção ou Contratos de *Sale & Purchase Deeds*, proporcionando uma ampla exposição geográfica e geológica, ao mesmo tempo que isolam os riscos, custos e obrigações ao nível do projeto.

UPSTREAM — EXPLORAÇÃO

TIMORGAP PSC 11-106, Unipessoal, Lda.	Exploração e produção — PSC TL-SO-T-19-11
TIMORGAP Offshore Block, Unipessoal, Lda.	Exploração — TL-SO-15-01
TIMORGAP Chuditch, Unipessoal, Lda.	Avaliação — PSC TL-SO-19-16
TIMORGAP Bloco Onshore, Unipessoal, Lda.	Avaliação — PSC TL-OT-17-08
TIMORGAP Bloco B Onshore, Unipessoal, Lda.	Exploração — Bloco Onshore B ((PSC TL-OT-25-24)
TIMORGAP Bloco C Onshore, Unipessoal, Lda.	Exploração C — PSC TL-OT-17-09
TIMORGAP Bloco de Pualaca, Unipessoal, Lda.	Exploração — PSC TL-OT-21-17
TIMORGAP Bloco Rarahana, Unipessoal, Lda.	Exploração — PSC TL-OT-22-18
TIMORGAP Bayu-Undan 19-12, Unipessoal, Lda.	Participação financeira — Bayu-Undan (<i>Sale & Purchase Deeds</i>)
TIMORGAP Bayu-Undan 19-13, Unipessoal, Lda.	Participação financeira — Bayu-Undan (<i>Sale & Purchase Deeds</i>)
TIMORGAP PSC TL-OT-22-22, Unipessoal, Lda.	Exploração — Onshore PSC TL-OT-22-22
TIMORGAP PSC TL-SO-22-23, Unipessoal, Lda.	Exploração — Onshore PSC TL-SO-22-23

1.2 FILIAIS

Subsidiárias e Investimentos Estratégicos

Um portfólio segmentado e orientado para objetivos, organizado em torno de três grupos principais — alinhando a governação, o financiamento e a supervisão operacional com o perfil de risco e o horizonte de desenvolvimento de cada ativo.

12
Subsidiárias *Upstream*
(SPV)

4
Subsidiárias estratégicas -
Greater Sunrise

5
Empresas de serviços
e apoio

Subsidiárias estratégicas - Greater Sunrise

As entidades relacionadas com a Greater Sunrise não foram concebidas para a execução a curto prazo, mas sim para preservar os direitos soberanos, manter a prontidão para o desenvolvimento ao abrigo dos quadros fiscais e jurídicos exigidos pelo Tratado de Fronteiras Marítimas — que estão a ser finalizados — e permitir a futura execução do projeto assim que a estratégia de desenvolvimento estiver finalizada.

GREATER SUNRISE — ATIVOS ESTRATÉGICOS

TIMORGAP Greater Sunrise RL2, Unipessoal, Lda.	Participação NT/RL2 dos campos da Greater Sunrise
TIMORGAP Greater Sunrise RL, Unipessoal, Lda.	Participação NT/RL dos campos de Greater Sunrise
TIMORGAP Greater Sunrise 03-19, Unipessoal, Lda.	Participações no PSC JPDA 03-19 — Greater Sunrise
TIMORGAP Greater Sunrise 03-20, Unipessoal, Lda.	Participações no PSC JPDA 03-20 — Greater Sunrise

Subsidiárias de serviços e apoio

Paralelamente às suas entidades detentoras de ativos, a TIMORGAP desenvolveu um portfólio de subsidiárias de serviços e apoio para reforçar a capacidade operacional e reduzir a dependência a longo prazo de fornecedores externos. Estas empresas prestam serviços especializados ao longo de toda a cadeia de valor upstream, incluindo aquisição sísmica, apoio à perfuração, logística marítima e aviação *offshore*.

EMPRESAS DE SERVIÇOS E APOIO

TIMORGAP Seismic Services, Unipessoal, Lda.	Serviços sísmicos
TIMORGAP Drilling & Seismic Services, Unipessoal, Lda.	Serviços de perfuração e sísmicos
TIMORGAP Marine, Aviation & Logistic Services, Unipessoal, Lda.	Serviços marítimos, de aviação e de logística
South Horizon Offshore Services, Unipessoal, Lda.	Serviços offshore
WESTSTAR-GAP Aviation, Lda.	Serviços de helicópteros offshore

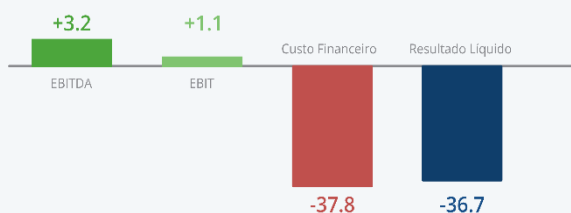
1.3 Dados financeiros

Painel de Destaques Financeiros

Em 2025, a Empresa continuou a operar numa fase de pré-produção, caracterizada por um elevado nível de investimento. As receitas totalizaram 36,9 milhões de dólares, impulsionadas principalmente por subvenções governamentais, a par do crescimento da atividade Downstream & Comercial. As despesas operacionais concentraram-se na exploração e avaliação; no entanto, o Grupo registou um resultado operacional positivo e um EBITDA positivo antes dos efeitos do custo de financiamento e imparidade.

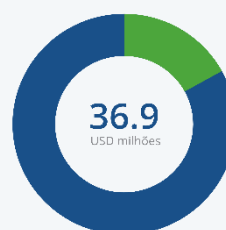
Do resultado operacional ao resultado líquido

USD Milhões — o prejuízo líquido é consequência dos resultados financeiros, não dos operacionais.



Composição das receitas

Total de 36,9 milhões de dólares — os subsídios governamentais continuam a ser a principal fonte de receitas.



- 83% Subsídios governamentais
- 17% Prestação de serviços e comercialização de combustíveis

NÚMEROS PRINCIPAIS

(36,7)

Resultado líquido consolidado, em milhões de dólares

37,8

Custos financeiros, em milhões de USD

874,1

Empréstimo a longo prazo da BCTL, em milhões de USD

Neg.

Capital próprio — fase de pré-produção

Por que razão o capital próprio é negativo

Um empréstimo de 874,1 milhões de USD do Banco Central de Timor-Leste, contraído em nome do Fundo Petrolífero para financiar a participação no projeto Greater Sunrise, é a causa do capital próprio negativo registado — um desfasamento temporal típico das empresas petrolíferas nacionais em fase de pré-produção.

RESUMO DO BALANÇO • 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Ativos em desenvolvimento	8,5 milhões de USD
Dívida líquida	779,9 milhões de USD
Capital próprio	(868,6) milhões de USD
Capital investido	(88,7) milhões de USD

1.4 POSIÇÃO ESTRATÉGICA

Posicionamento Estratégico e Criação de Valor

O alinhamento entre os segmentos de negócio da TIMORGAP e os principais projetos nacionais permite à empresa tirar partido de sinergias ao longo de toda a cadeia de valor, otimizar a utilização de recursos e construir progressivamente um portfólio energético resiliente e orientado para o futuro.

Alinhamento estratégico e supervisão central Um portfólio diversificado e de longo prazo

A estrutura corporativa da TIMORGAP foi concebida para apoiar o alinhamento estratégico entre os objetivos políticos e a execução comercial. O modelo de holding separa a propriedade dos ativos, a execução operacional e a prestação de serviços, mantendo simultaneamente uma forte supervisão central alinhada com os objetivos políticos nacionais e as normas internacionais de governação no setor do petróleo e do gás.

Esta abordagem reforça a transparência, apoia a responsabilização ao nível dos projetos e facilita o cumprimento dos quadros internacionais de reporte — incluindo as IFRS e a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (EITI).

No seu conjunto, as subsidiárias e os investimentos estratégicos da TIMORGAP refletem uma carteira deliberadamente diversificada e de longo prazo. A separação entre a execução das atividades upstream, a gestão estratégica do projeto Greater Sunrise e a prestação de serviços permite à empresa gerir a complexidade, alocar capital de forma eficiente e alinhar cada atividade com o seu perfil adequado de risco e retorno.

As subsidiárias de Upstream operam como empresas dedicadas à gestão de ativos, apoiando a flexibilidade nas estratégias de farm-in/farm-out, acordos de partilha de risco e a futura otimização da carteira à medida que os projetos amadurecem.

Soberania dos recursos

Preservar a participação nacional e os interesses contratuais ao longo de todo o ciclo de vida do *Upstream*.

Reforço de capacidades

Desenvolver competências técnicas nacionais e reduzir a dependência de fornecedores externos.

Captura de valor a nível nacional

Captar valor adicional ao longo da cadeia de abastecimento através de sinergias integradas entre as fases *Upstream* e *Downstream*.

Esta estrutura apoia o objetivo global da TIMORGAP: atuar como uma **plataforma nacional para o desenvolvimento responsável dos recursos de hidrocarbonetos de Timor-Leste**, equilibrando a disciplina comercial com os objetivos estratégicos de construção da nação — gerando retornos comerciais ao mesmo tempo que promove a segurança energética nacional, o desenvolvimento industrial e a diversificação económica.

SECÇÃO 02 — DE 09

Operações Upstream

Operador e parceiro em PSCs onshore e offshore, promovendo a exploração e o desenvolvimento para valorizar o potencial de hidrocarbonetos de Timor-Leste

- VISÃO GERAL ESTRATÉGICA DO SECTOR
- GREATER SUNRISE
- BAYU-UNDAN
- ATIVOS DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO
- SERVIÇOS TÉCNICOS E PARCERIAS ESTRATÉGICAS
- CAPACIDADE TÉCNICA, PARCERIAS E OUTLOOK

2.1 VISÃO GERAL ESTRATÉGICA DO UPSTREAM

Visão Geral Estratégica - Upstream

Operando em toda a cadeia de valor no *upstream* — exploração, avaliação, desenvolvimento e participação em ativos em produção — a TIMORGAP mantém uma base de ativos diversificada, sustentada por uma combinação equilibrada entre a atuação como operadora e a participação em Joint Ventures estratégicas.

PILAR 01

Expansão e diversificação da carteira

Vários Contratos de Partilha de Produção (CPP) em diferentes fases de maturidade, equilibrando o reforço de capacidades a curto prazo com o desenvolvimento de recursos a longo prazo.

PILAR 02

Progressão do gás estratégico

Uma transição progressiva para o desenvolvimento de gás em grande escala, alinhada com as vias de rentabilização do GNL e conceito TLNG.

PILAR 03

Capacidade técnica e operacional

Geociências e engenharia internas, complementadas por parcerias internacionais e pela transferência acelerada de conhecimentos.

ATIVOS ESTRATÉGICOS

GREATER SUNRISE

56.56%

BAYU-UNDAN

16.00%

CHUDITCH (PSC TL-SO-19-16)

40.00%

Dimensão e posicionamento da carteira

Contratos de Partilha e Produção (PSC) offshore

Blocos de exploração em águas profundas e rasas com potencial significativo de gás, sob a nossa operação e em joint ventures.

Contratos de Partilha e Produção (PSC) em terra

Bacias pouco exploradas com potencial a longo prazo; atividades de exploração e avaliação em andamento.

Projetos de gás âncora

Greater Sunrise e Chuditch sustentam a rentabilização a longo prazo e a integração do Downstream.

Exposição à produção — Bayu-Undan

Passou para a fase pós-produção em junho de 2025; reabilitação e CCUS em estudo.

MODELO DE OPERAÇÃO HÍBRIDO

A carteira de atividades upstream é executada através de um **modelo operacional híbrido**, que combina a gestão de ativos selecionados com a participação em joint ventures ao lado de parceiros internacionais consolidados — permitindo à TIMORGAP partilhar riscos técnicos e financeiros, aceder a conhecimentos especializados e às melhores práticas a nível global e reforçar o seu papel como parceiro credível em projetos complexos de desenvolvimento upstream.

2.2 DESENVOLVIMENTO DO GREATER SUNRISE

Desenvolvimento do Greater Sunrise

O Greater Sunrise continua a ser a pedra angular da estratégia de upstream da TIMORGAP e o principal motor de valor a longo prazo para a empresa e para o país. Com uma **participação de 56,56%**, a TIMORGAP desempenha um papel de liderança na Joint Venture Sunrise (SJV) através das suas subsidiárias dedicadas.

O conceito de desenvolvimento do TLNG

upstream

Produção submarina

Sistemas de produção submarina e instalações de processamento offshore

MIDSTREAM

Gasoduto submarino

Um gasoduto submarino com destino a Timor-Leste

DESENVOLVIMENTO DO TLNG

O ativo é desenvolvido num quadro totalmente integrado que combina a produção de gás upstream com o transporte a meio do cadeia e o processamento Downstream — em consonância com a visão nacional de Timor-Leste como um centro energético regional. O conceito do GNL de Timor-Leste (TLNG) prevê sistemas de produção submarinos e processamento offshore, um gasoduto submarino para Timor-Leste e o processamento de GNL em terra, em Natarbora, integrado no Projeto Tasi Mane.

Ao longo de 2025, a TIMORGAP, em conjunto com os membros da Sunrise Joint Venture (SJV), avançou com vários trabalhos relativos aos quadros técnicos, jurídicos e fiscais da fase de exploração para a Área de Regime Especial de Greater Sunrise (GSSRA). A SJV e os Estados prosseguiram as discussões trilaterais na sequência das eleições federais australianas, permitindo um maior alinhamento dos quadros jurídicos e fiscais e continuando a avançar no sentido de um Conceito de Desenvolvimento único.

PROGRESSOS REGULAMENTARES E COMERCIAIS

Em 2025, a atividade centrou-se no avanço dos quadros jurídicos, fiscais e regulamentares da Área de Regime Especial de Greater Sunrise (GSSRA), estabelecida ao abrigo do Tratado de Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste e a Austrália.

56,56%

Participação detida através de subsidiárias dedicadas — um papel de liderança no Sunrise Joint Venture

2.2 DESENVOLVIMENTO DO GREATER SUNRISE

Desenvolvimento do Greater Sunrise

Em 2025, um dos principais focos das atividades da TIMORGAP centrou-se no avanço dos quadros jurídicos, fiscais e regulamentares que regem a Área do Regime Especial de Greater Sunrise (GSSRA), tal como estabelecido no Tratado de Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste e a Austrália.

As principais áreas de progresso incluem:

Negociações em curso sobre o Código de Exploração Petrolífera (PMC) e o Contrato de Partilha e Produção (PSC)

Desenvolvimento contínuo de um regime fiscal específico, incluindo um quadro fiscal especial para a GSSRA

Avanço na elaboração de instrumentos regulamentares de apoio, incluindo orientações, diretivas e acordos-quadro

Modelação económica ativa de cenários fiscais, para apoiar a tomada de decisões de investimento

Estas negociações envolvem uma estreita coordenação entre a TIMORGAP, os parceiros da Joint Venture Sunrise e os Governos de Timor-Leste e da Austrália, refletindo a natureza estratégica e transfronteiriça do projeto.

Além disso, estão em curso discussões para harmonizar e modernizar os Acordos de Exploração Conjunta (JOAs) existentes, garantindo o alinhamento com as normas atuais do setor e os requisitos de desenvolvimento futuros.

Desenvolvimento Técnico e Maturação do Conceito

Para além da dimensão regulatória, o ano de 2025 marcou também progressos contínuos na maturação técnica e comercial do projeto, através do desenvolvimento das seguintes atividades:

Contratação de consultores técnicos especializados para apoiar a avaliação da seleção do conceito, reforçando a avaliação das opções de desenvolvimento Participação contínua nos estudos técnicos de pré-FEED e de apoio, avançando na preparação para futuras fases do projeto

Avaliação de potenciais cenários de desenvolvimento acelerado upstream, com o objetivo de otimizar os prazos do projeto e a concretização de valor

Envolvimento estratégico e coordenação das partes interessadas

A TIMORGAP manteve um papel ativo nos processos de envolvimento trilateral de alto nível.

Ao longo de 2025, a TIMORGAP, em conjunto com os membros da Sunrise Joint Venture (SJV), avançou com vários trabalhos relativos aos quadros técnicos upstream, bem como aos quadros jurídicos e fiscais para a Área de Regime Especial de Greater Sunrise (GSSRA). A SJV e os Estados prosseguiram as discussões trilaterais na sequência das eleições federais australianas, permitindo um maior alinhamento dos quadros jurídicos e fiscais e continuando a avançar no sentido de um Conceito de Desenvolvimento único.

Este envolvimento sustentado sublinha a importância do alinhamento coordenado das partes interessadas para o avanço de um projeto desta dimensão e complexidade.

Fatores facilitadores do desenvolvimento e linhas de trabalho futuras

Paralelamente às atividades centrais upstream e regulatórias, as linhas de trabalho preparatórias continuaram a apoiar a futura execução do projeto, incluindo:

- Planeamento numa fase inicial do traçado do gasoduto até Natarbora
- Medidas preliminares para a identificação de terrenos e o planeamento do reassentamento para as infraestruturas em terra
- Iniciativas para apoiar o reforço de capacidades e o desenvolvimento da força de trabalho

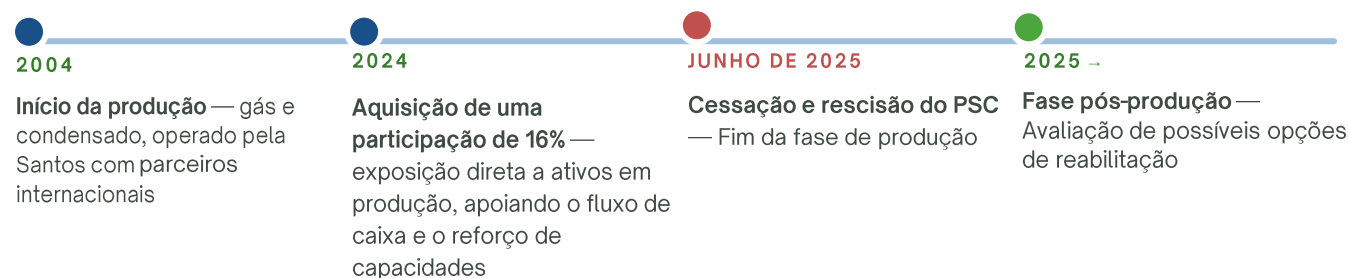
Embora várias destas atividades se encontrem ainda em fases iniciais, representam facilitadores essenciais para a transição do projeto para a fase de execução.

Em última análise, o desenvolvimento do Greater Sunrise representa uma oportunidade transformadora para a TIMORGAP e para Timor-Leste, com potencial para consolidar o futuro panorama energético do país e proporcionar benefícios socioeconómicos a longo prazo.

2.3 BAYU-UNDAN

Bayu-Undan

Bayu-Undan marca a primeira participação direta da TIMORGAP num campo offshore em produção, sinalizando a sua transição para um operador do setor upstream gerador de receitas. Com base na aquisição estratégica de uma participação de 16% em 2024, a empresa continuou a consolidar o seu papel no âmbito da joint venture.



REAVALIAÇÃO ESTRATÉGICA E REABORDAGEM

No início de 2025, foi lançado um programa abrangente de reavaliação do subsolo, com o apoio de um consultor técnico independente, para avaliar o potencial remanescente de hidrocarbonetos do campo de Bayu-Undan. O programa teve como objetivo identificar potenciais oportunidades de reabilitação, incluindo perfuração de preenchimento, ao mesmo tempo que proporcionava uma base técnica sólida para futuras decisões estratégicas. Este trabalho reconheceu que os ativos maduros podem continuar a conter recursos comercialmente viáveis que poderiam ser explorados através de iniciativas de reabilitação específicas.

BAYU-UNDAN: OPORTUNIDADE POTENCIAL DE REESTRUTURAÇÃO

Na sequência da declaração de cessação da produção, a TIMORGAP iniciou uma série de estudos técnicos e de viabilidade para avaliar possíveis vias de reabilitação do ativo de Bayu-Undan. Estes estudos incluíram avaliações preliminares das instalações de superfície, análises das capacidades da infraestrutura existente e avaliações técnicas e económicas de vários conceitos de desenvolvimento. O objetivo era avaliar se os recursos remanescentes e as infraestruturas existentes poderiam apoiar futuras oportunidades de desenvolvimento e gerar valor adicional a partir do ativo. As conclusões destes estudos constituirão uma base importante para futuras decisões de investimento e para a orientação estratégica a longo prazo de Bayu-Undan.

Perspetiva estratégica

O Bayu-Undan está a ser reposicionado, passando de um ativo de produção histórico para uma **oportunidade de desenvolvimento estratégico**. Atualmente, a TIMORGAP está focada na realização de estudos do subsolo e de reabilitação, na avaliação de potenciais opções de desenvolvimento futuro e na identificação de vias para maximizar o valor remanescente do ativo.

2.4 CARTEIRA DE EXPLORAÇÃO

Portfólio de Exploração

Um componente central da estratégia de crescimento upstream da TIMORGAP — a construção de uma carteira diversificada de ativos onshore e offshore, reforçando simultaneamente as capacidades técnicas e promovendo o desenvolvimento de recursos em vários blocos através de estudos geológicos e geofísicos, aquisição sísmica e avaliação técnica.

Progresso nos principais ativos — 2025

Chuditch (Offshore)

PARTICIPAÇÃO DE 40%

Consolidada através de um acordo de partilha de participações; modelação avançada do reservatório e planeamento de poços. A avaliação de Chuditch-2 foi remarcada para 2026. Colaboração contínua com a SundaGas.

Bloco offshore TL-SO-15-01

Concluído o reprocessamento e a reinterpretação sísmica 3D; avaliação económica em curso; atividades ativas de farm-out e envolvimento de investidores.

PSC TL-SO-19-11

FINDER

Prestou apoio técnico durante a transição da operação para a Finder Energy, incluindo o reprocessamento e reinterpretação sísmicos, a certificação de recursos e estudos de conceitos de desenvolvimento. Contribuiu para o avanço dos campos petrolíferos de Kuda Tasi e Jahal rumo à Decisão Final de Investimento (FID) em 2026 e com o objetivo de iniciar a produção de petróleo até ao final de 2027.

Blocos terrestres A e C

Planeamento de avaliação e exploração; análises de poços (Feto-Kmaus, Liurai, Lafaek); volumetria do Bloco C; profundidades de perfuração de 2 000–3 000 m indicadas por estudos gravimétricos e magnéticos.

Pualaca e Rarahana

SÍSMICA

Aquisição e processamento de dados sísmicos 2D (Pualaca); mapeamento geológico avançado e preparação de levantamentos não sísmicos (Rarahana); conteúdo local e envolvimento das partes interessadas.

Novos blocos B e F

Contrato de Partilha de Produção (PSC) do Bloco B (PSC TL-OT-25-24) assinado em novembro de 2025. Contrato de Partilha de Produção (PSC) do Bloco F (TL-SO-22-23) assinado em setembro de 2025.

Bloco offshore TL-SO-22-23

As atividades em curso incluem a negociação do Acordo de Operação Conjunta (JOA) para o PSC TL-SO-22-23, avaliação técnica interna e estudos geológicos e geofísicos, planeamento da aquisição sísmica 2D/3D e reuniões do TCM e do ECM.

PERSPETIVAS ESTRATÉGICAS

- Avançar com o desenvolvimento de ativos de elevado potencial, como o Chuditch
- Expandir a carteira através de novos PSC e rodadas de licenciamento
- Reforçar as capacidades técnicas e a transformação digital
- Aprofundar as parcerias com operadores e investidores internacionais
- Avançar da fase de exploração para as fases de perfuração e desenvolvimento

2.4 CARTEIRA DE EXPLORAÇÃO

Portfólio de Exploração

Capacidades, desenvolvimento e digitalização

Foram criados recursos técnicos, ativos digitais, tecnologias avançadas e um sistema integrado de gestão de dados para centralizar e otimizar os dados do subsolo e operacionais. Software líder do setor, incluindo Petrel, tNavigator, PipeSim, Intersect, Eclipse, Techlog, Interactive Petrophysics (IP), Petrosys e Kingdom, apoia a interpretação, a caracterização de reservatórios, a modelação de poços, a previsão de produção e a modelação estática e dinâmica de reservatórios, permitindo avaliações integradas de geociências e engenharia ao longo do ciclo de vida dos ativos.

Progresso detalhado nos principais ativos

Bloco de Chuditch (Offshore – PSC TL-SO-19-16)

O ativo de Chuditch continua a ser um projeto de desenvolvimento de alta prioridade no portfólio:

A TIMORGAP consolidou a sua posição através de uma participação de 40%, na sequência de um acordo de aquisição de participações. Foram alcançados progressos significativos na avaliação técnica, modelação de reservatórios e planeamento de poços. Prosseguiram os preparativos para a campanha de perfuração de avaliação Chuditch-2, com o calendário ajustado para 2026 devido a restrições operacionais

Bloco offshore (PSC TL-SO-15-01)

Conclusão do reprocessamento e reinterpretação sísmica 3D, melhorando a compreensão do subsolo. Continuaram os estudos de avaliação económica para avaliar a viabilidade do desenvolvimento

Atividades ativas de farm-out e de envolvimento de investidores, incluindo a participação em eventos internacionais do setor

PSC TL-SO-19-11 (Finder Energy)

Prestação de apoio técnico durante a transição da operação para a Finder Energy.

- Apoiou as atividades de reprocessamento e reinterpretação sísmica para melhorar a compreensão do subsolo dos campos petrolíferos de Kuda Tasi e Jahal, com vista ao desenvolvimento do conceito e à avaliação dos recursos
- Contribuiu para a avaliação e o avanço do Projeto de Desenvolvimento dos Campos Petrolíferos de Kuda Tasi e Jahal (KTJ).
- Apoiou as atividades do projeto que conduzem à Decisão Final de Investimento (FID), prevista para 2026.

Bloco offshore TL-SO-22-23

Assegurou uma participação de 12,5% (sem contribuição financeira durante a exploração) através de uma Escritura de Cessão com a ENI; licitação para a aquisição de dados sísmicos 3D.

Bloco offshore TL-SO-22-22

A TG garantiu uma participação de 10% com isenção de custos para o PSC TL-OT-22-22 através da assinatura de um Acordo de Cessão em setembro de 2025.

Blocos terrestres A e C

Progressos no planeamento da avaliação e exploração, incluindo a avaliação de programas de perfuração

Revisão técnica de poços (por exemplo, Feto-Kmaus, Liurai, Lafaek) e preparação para novas perfurações de avaliação. Para o Bloco C, avaliação abrangente das prospecções, incluindo interpretação sísmica e análise volumétrica identificação das profundidades de perfuração com base em estudos gravimétricos e magnéticos (2,000–3,000 metros)

Blocos novos e emergentes (B e F)

Bloco B — PSC TL-OT-25-24 assinado em novembro de 2025. Bloco F — PSC TL OT 22 22 formalizou a sua adesão ao PSC através da assinatura do DOA em setembro de 2025. As negociações para o Acordo de Operação Conjunta (JOA) estão atualmente em curso.

Um marco no avanço da expansão da carteira de exploração.

2.4 CARTEIRA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

Portfólio de Exploração

Detalhes do progresso nos principais ativos

Apoio técnico integrado e governação

Em todos os ativos, a função de E&P continuou a prestar apoio técnico e tecnológico transversal, incluindo: Participação nas reuniões dos Comitês Técnicos, de Gestão e Operacionais. Coordenação com as autoridades reguladoras (ANP) e parceiros internacionais elaboração e revisão dos Programas de Trabalho e Orçamentos (PTO) do exercício financeiro. Contribuição para processos ambientais e regulamentares, incluindo consultas públicas. Este quadro de governação garante o alinhamento com as normas regulatórias, a integridade operacional e os objetivos estratégicos.

Investimento e Execução

Em 2025, o programa de Exploração e Desenvolvimento foi apoiado por um orçamento aprovado que refletia o seu papel fundamental no crescimento da carteira.

Estudo de Geologia e Geofísica (G&G) e de Engenharia, em preparação para a avaliação de recursos e potencialidade, campanhas de perfuração de poços de exploração e avaliação, perfil de produção, modelação económica, plano de desenvolvimento do campo e decisão final de investimento. Incluindo capacidades de desenvolvimento técnico.

A execução durante o ano civil manteve-se centrada no avanço dos ativos-chave e no reforço da preparação para o desenvolvimento a longo prazo.



Perspetivas estratégicas

Espera-se que o segmento de Exploração e Produção continue a ser um motor de crescimento fundamental para a TIMORGAP, com prioridades centradas em:

- Avançar com ativos de exploração e desenvolvimento de elevado potencial rumo à fase de desenvolvimento
- Expandir a carteira através de PSCs existentes, novos PSCs e rodadas de licenciamento
- Reforço das capacidades técnicas e da transformação digital
- Reforçar as parcerias com operadores e investidores internacionais
- Avançar da fase de exploração para as fases de perfuração e desenvolvimento em ativos selecionados

2.5 SERVIÇOS TÉCNICOS E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Serviços Técnicos e Parcerias

Os Serviços Técnicos e as Parcerias Estratégicas continuam a ser uma componente integral da cadeia de valor upstream da TIMORGAP, reforçando as capacidades operacionais, apoiando as atividades de exploração e desenvolvimento e promovendo a colaboração com parceiros internacionais. Através das suas subsidiárias especializadas e alianças estratégicas, a Empresa continua a expandir a sua oferta de serviços técnicos, reforçando simultaneamente o seu papel na promoção do investimento, da transferência de conhecimentos e do desenvolvimento de capacidades nacionais no setor petrolífero de Timor-Leste.

Através da sua plataforma integrada de serviços técnicos, a unidade de exploração e desenvolvimento da TIMORGAP presta apoio ao longo de todo o ciclo de vida das operações upstream, abrangendo a aquisição, o processamento e a interpretação sísmicos, estudos geológicos e geofísicos, apoio à perfuração, serviços de poços e atividades de desativação. Estas capacidades aumentam a eficiência operacional, facilitam a continuidade entre as fases de exploração e desenvolvimento e posicionam o Grupo para fornecer soluções técnicas cada vez mais abrangentes.

Enquanto subsidiária detida a 100 %, a TIMORGAP Drilling & Seismic Services (TGDSS) reforçou ainda mais a sua posição como prestadora de serviços técnicos de capital nacional. Durante 2025, a TGDSS expandiu a sua presença operacional através do seu envolvimento em atividades offshore e onshore, incluindo o apoio às operações de Bayu-Undan e a participação no programa de desativação em curso. A subsidiária também assegurou contratos de serviços geofísicos especializados para projetos em terra e continuou a procurar novas oportunidades de negócio através de parcerias estratégicas e de processos de concurso público.

O modelo operacional da TGDSS, assente na colaboração com prestadores de serviços internacionais consolidados, permite a transferência de tecnologia, o desenvolvimento de capacidades e a partilha de riscos, mantendo simultaneamente um forte enfoque no conteúdo local e na participação nacional. À medida que a subsidiária evolui de um veículo de reforço de capacidades para um prestador de serviços comercialmente ativo, continua a reforçar a capacidade técnica da TIMORGAP e a apoiar o desenvolvimento de uma indústria de serviços petrolíferos sustentável e competitiva em Timor-Leste.

A TGDSS exemplifica o compromisso da TIMORGAP em desenvolver competências nacionais, reforçar as capacidades institucionais e criar valor a longo prazo através de parcerias estratégicas e da participação ativa em toda a cadeia de valor upstream.

2.5 SERVIÇOS TÉCNICOS E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Serviços Técnicos e Parcerias

Uma plataforma integrada de serviços técnicos abrange todo o ciclo de vida das operações de petróleo e gás — desde a exploração inicial até à perfuração, produção e desativação — reforçando o papel da TIMORGAP tanto como operadora como prestadora de serviços.

TGDSS — SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E SÍSMICOS

Uma subsidiária integral que integra capacidades de perfuração e sísmica — engenharia de perfuração, intervenção/conclusão/teste, apoio sísmico e execução integrada de projetos upstream — evoluindo de um veículo de capacitação para um **prestador de serviços comercialmente ativo**.



TGDSS — Marcos comerciais para 2025

Contrato de Apoio do Vessel Santos

Contrato de dois anos (+ opção de prorrogação) para apoiar o projeto Bayu-Undan, executado como contratante principal através de subcontrato com a MMA Offshore Asia.

Survey Rarahana MT / AMT

Em colaboração com a PT Geoservices em Lospalos, Viqueque e Baucau — 154 pontos MT e 144 pontos AMT ao longo de cerca de 6 meses.

Abandono & MoUs

Propostas para pacotes de desativação de Bayu-Undan; Memorando de Entendimento com a Altus Integrated Logistics (logística, fluidos de perfuração e produtos químicos).

Perspetivas estratégicas

A TIMORGAP irá expandir a sua oferta de serviços integrados, aprofundar a colaboração com operadores internacionais e posicionar as suas subsidiárias como prestadores de serviços regionais competitivos — reforçando o seu papel tanto como operador como prestador de serviços, ao mesmo tempo que apoia o conteúdo local e a participação nacional.

2.6. CAPACIDADE TÉCNICA, PARCERIAS E PERSPETIVAS

Capacidade Técnica, Parcerias e Outlook

Uma plataforma integrada de serviços técnicos abrange todo o ciclo de vida das operações de petróleo e gás — desde a exploração inicial até à perfuração, produção e desativação — reforçando o papel da TIMORGAP tanto como operadora como prestadora de serviços.

REFORÇO DAS CAPACIDADES TÉCNICAS PARCERIAS E MODELO OPERACIONAL

A TIMORGAP continua a investir na construção de capacidades técnicas internas robustas, garantindo um maior controlo sobre a avaliação de ativos e o planeamento do desenvolvimento. A unidade de Exploração e Desenvolvimento integra conhecimentos especializados multidisciplinares nas áreas da geologia, geofísica e petrofísica; reservatórios, perfuração e produção; e ferramentas digitais de modelação e simulação do subsolo — complementadas por parcerias internacionais que aceleram a transferência de conhecimentos.

A carteira de atividades upstream é executada através de um modelo operacional híbrido, que combina a função de operador em ativos selecionados com a participação em joint ventures ao lado de parceiros internacionais consolidados — grandes operadores e empresas independentes, prestadores de serviços técnicos em operações sísmicas, de perfuração e offshore, e parceiros de capacitação. Isto permite à TIMORGAP partilhar riscos técnicos e financeiros, aceder às melhores práticas globais e reforçar o seu papel como parceiro credível em projetos complexos.

GREATER SUNRISE — ALINHAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS E FATORES FACILITADORES

Envolvimento

Ao longo de 2025, a TIMORGAP, em conjunto com os membros da Sunrise Joint Venture (SJV), avançou com vários trabalhos relativos aos quadros técnicos, jurídicos e fiscais da fase de exploração para a Área de Regime Especial de Greater Sunrise (GSSRA). A SJV e os Estados prosseguiram as discussões trilaterais na sequência das eleições federais australianas, permitindo um maior alinhamento dos quadros jurídicos e fiscais e continuando a avançar no sentido de um Conceito de Desenvolvimento único.

Fatores facilitadores do desenvolvimento

As linhas de trabalho preparatórias continuaram a apoiar a futura execução — traçado inicial do gasoduto até Natarbora, identificação preliminar de terrenos e planeamento de reassentamento para infraestruturas onshore, bem como iniciativas de reforço de capacidades e desenvolvimento da força de trabalho.

Perspetivas estratégicas

Prevê-se que o projeto Greater Sunrise passe progressivamente da definição do quadro para a fase de preparação para a execução, sujeito à finalização dos acordos jurídicos, fiscais e comerciais. As prioridades incluem a finalização do quadro jurídico e fiscal do GSSRA, o avanço no sentido da seleção do conceito de desenvolvimento e da aprovação do projeto, o alinhamento contínuo com o planeamento nacional de infraestruturas (em particular Tasi Mane) e o reforço da preparação para a execução do projeto nas dimensões técnica, comercial e institucional. Em última análise, este projeto representa uma oportunidade transformadora com potencial para consolidar o futuro panorama energético do país e proporcionar benefícios socioeconómicos a longo prazo.

SECÇÃO 03 — DE 09

Downstream e Comercial

Construir uma cadeia de valor energética nacional integrada — ligando o desenvolvimento de recursos upstream à comercialização, à venda a retalho de combustíveis e ao fornecimento ao utilizador final

- VISÃO GERAL ESTRATÉGICA DO SETOR DOWNSTREAM
- EXPANSÃO DO RETALHO & COMERCIAL
- ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO COMERCIAL

3.1 VISÃO GERAL ESTRATÉGICA DO SETOR DOWNSTREAM

Visão Estratégica do Setor Downstream

Um componente central da estratégia da TIMORGAP para construir uma cadeia de valor energética nacional integrada — responsável pelo armazenamento, processamento, importação/exportação, transporte, distribuição, comercialização e venda de produtos petrolíferos, gás natural e outros hidrocarbonetos.

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

1

Expansão do retalho

Expandir as redes de retalho e distribuição de combustíveis a nível nacional

2

Reforço dos ativos

Otimizar os ativos operacionais e as infraestruturas existentes

3

Novas linhas de produtos

Desenvolver ofertas de GPL e lubrificantes

4

Integração de serviços

Aviação, logística e apoio através de subsidiárias

O segmento Downstream liga o desenvolvimento de recursos upstream à comercialização e ao fornecimento ao utilizador final — abrangendo o armazenamento, o processamento, a importação, a exportação, o transporte, a distribuição, a comercialização e a venda de produtos petrolíferos, gás natural e outros hidrocarbonetos.

Em 2025, a TIMORGAP consolidou a sua posição no segmento Downstream através da entrada no mercado, do desenvolvimento de infraestruturas e da diversificação comercial — estabelecendo uma presença nacional na distribuição de combustíveis e energia, ao mesmo tempo que se expandiu para novas linhas de produtos, com o objetivo de criar fontes de receitas sustentáveis e apoiar a segurança energética nacional.

Isto é sustentado pela expansão das redes de retalho de combustíveis e de distribuição, pelo reforço dos ativos operacionais existentes, pelo desenvolvimento de novas linhas de produtos (GPL e lubrificantes) e pela integração de serviços de aviação, logística e apoio através de subsidiárias.

FOCO OPERACIONAL — ATIVOS PRINCIPAIS

Estação de Serviço de Suai (SFS)

A principal plataforma de retalho e comercialização de combustíveis da Empresa, que consolida a presença no mercado e a experiência operacional.

Instalação de Combustível de Aviação de Suai (SAFF)

Fornecimento de Jet A-1 para atividades de petróleo e gás na costa sul.

Apoio das subsidiárias

A WESTSTAR-GAP Aviation e a South Horizon prestam serviços de aviação, marítimos e de logística que reforçam o modelo comercial integrado.

3.2 EXPANSÃO NO RETALHO & COMERCIAL

Expansão Retalho & Comercial

Em 2025, a TIMORGAP continuou a reforçar a sua atividade Downstream através da expansão da sua rede de retalho e do aperfeiçoamento das suas operações comerciais, lançando as bases para um crescimento sustentável das receitas e uma presença mais forte no mercado energético nacional.

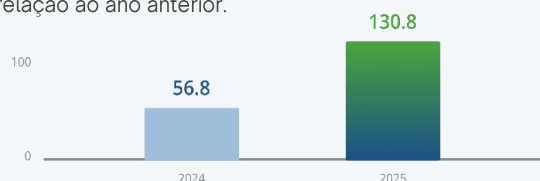
A Empresa avançou na sua estratégia de desenvolvimento de uma presença nacional no retalho de combustíveis, promovendo planos para novas estações de serviço em localizações estratégicas, nomeadamente em Manatuto (Natarbora) e Manufahi (Same), ao mesmo tempo que continuou a avaliar oportunidades de expansão futura em colaboração com as partes interessadas relevantes e as autoridades reguladoras. Apesar dos desafios relacionados com a aquisição de terrenos, o planeamento de infraestruturas e as aprovações dos locais, a TIMORGAP manteve o ritmo, identificando oportunidades alternativas e adaptando os seus planos de desenvolvimento.

O Posto de Abastecimento de Suai (SFS) continuou a ser a pedra angular das atividades de retalho da TIMORGAP e um fator-chave para o desempenho comercial. Através de um enfoque na eficiência operacional, na qualidade do serviço e no crescimento da base de clientes, o posto registou vendas de combustível superiores a 454 mil dólares durante o ano, o que representa um aumento de 63% em comparação com 2024. Os investimentos destinados a reforçar a capacidade de distribuição e a garantir a fiabilidade do abastecimento contribuíram ainda mais para este desempenho positivo.

TAXA DE MARGEM BRUTA

Crescimento da margem no retalho de combustíveis

Milhares de USD — a margem mais do que duplicou em relação ao ano anterior.



Ao mesmo tempo, a TIMORGAP continuou a desenvolver a Instalação de Combustível de Aviação de Suai (SAFF), reforçando a sua capacidade de prestar serviços de combustível de aviação a operadores que apoiam atividades offshore e onshore. As melhorias contínuas nas infraestruturas, a aquisição de equipamento especializado e a implementação de procedimentos operacionais reforçaram o papel da SAFF como um ativo estratégico no portfólio Downstream da Empresa.

Em conjunto, estas iniciativas demonstram o compromisso da TIMORGAP em construir uma plataforma comercial escalável e resiliente, capaz de dar resposta tanto às necessidades do mercado interno como às crescentes atividades industriais e energéticas previstas para Timor-Leste, particularmente ao longo da região da costa sul.

Desafios de expansão

As restrições à aquisição de terrenos, os fatores de planeamento de infraestruturas (por exemplo, o desenvolvimento rodoviário) e a necessidade de coordenação regulatória afetaram a confirmação do local. A Empresa adaptou-se, identificando locais alternativos, mantendo o ritmo de trabalho.

3.3 ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO COMERCIAL

Estratégia de Crescimento Comercial

Em 2025, a TIMORGAP continuou a avançar na sua estratégia de crescimento comercial através da expansão e consolidação das suas atividades downstream, reforçando a sua presença no mercado interno e criando simultaneamente as bases para uma resiliência financeira a longo prazo. Enquanto principal fonte de receitas comerciais a curto prazo da empresa, o negócio downstream continuou a ser fundamental para o desenvolvimento de capacidades voltadas para o mercado, o reforço do reconhecimento da marca e a diversificação das fontes de rendimento para além do calendário dos desenvolvimentos upstream.

Expansão do retalho de combustíveis e desenvolvimento da rede

As operações de retalho de combustíveis continuaram a estar no centro desta estratégia. A Empresa manteve e optimizou o desempenho da Estação de Serviço de Suai (SFS), ao mesmo tempo que avançou com os planos para expandir a sua presença no retalho para locais estrategicamente importantes, incluindo Natarbora e Manufahi. Embora o acesso aos terrenos e as considerações regulamentares tenham afetado o ritmo de implementação, a TIMORGAP continuou a adaptar a sua abordagem, identificando oportunidades alternativas e mantendo o ímpeto no sentido de estabelecer uma presença de retalho a nível nacional.

Combustível de aviação e desenvolvimento da SAFF

A Instalação de Combustível de Aviação de Suai (SAFF) também registou progressos durante o ano, reforçando a ambição da TIMORGAP de desenvolver uma oferta integrada downstream capaz de apoiar futuras atividades de aviação e de petróleo e gás ao longo da costa sul. As iniciativas de preparação operacional e as melhorias nas infraestruturas continuaram a posicionar a SAFF como um ativo estratégico no portfólio comercial da empresa.

Outros projetos e iniciativas de desenvolvimento

Ao mesmo tempo, a TIMORGAP procurou oportunidades para alargar a sua oferta de produtos através da avaliação de novas linhas de negócio. Embora a iniciativa proposta de engarrafamento de GPL tenha sido descontinuada na sequência da impossibilidade de alcançar os acordos contratuais necessários, o negócio de lubrificantes avançou através de avaliações de mercado e do envolvimento de parceiros, refletindo uma abordagem disciplinada e baseada em dados concretos à diversificação comercial.

A complementar estas iniciativas, as subsidiárias downstream da Empresa continuaram a apoiar o desenvolvimento de serviços especializados e oportunidades de crescimento futuro.

Alocação disciplinada de capital

Em conjunto, estes esforços demonstram o compromisso da TIMORGAP em construir uma plataforma comercial escalável e resiliente que apoie as necessidades energéticas nacionais, reforce as capacidades operacionais e contribua para a sustentabilidade a longo prazo da Empresa enquanto empresa nacional de energia de Timor-Leste.

Prioridades futuras

Expandir a retalha de combustíveis

Sempre que economicamente e estrategicamente justificado

Pôr em prática o SAFF

Serviços de combustível de aviação em Suai

Novas linhas de produtos

Na sequência de uma procura comprovada e de parcerias

Resiliência financeira

Apoiar a fase de desenvolvimento upstream

Através desta abordagem, a TIMORGAP está a posicionar o seu segmento downstream como um motor essencial do crescimento comercial — contribuindo para o desenvolvimento de um setor energético mais resiliente, diversificado e autossuficiente em Timor-Leste, enquanto a gestão manteve uma abordagem disciplinada na execução, apesar das restrições regulamentares, de acesso a terrenos e de mercado.

SECÇÃO 04 — DE 09

Estratégia Infraestruturas

Ancorado no Projeto Tasi Mane — infraestruturas energéticas e industriais integradas e posicionadas ao longo da costa sul, que permitem o pleno funcionamento da cadeia de valor do petróleo e do gás.

- PROGRAMA ESTRATÉGICO NACIONAL — TASI MANE
- CLÚSTER INDUSTRIAL DE SUAI
- POLO INDUSTRIAL E DE GNL DE NATARBORA

4.1 PROGRAMA NACIONAL DE INFRAESTRUTURAS

Programa Nacional de Infraestruturas

O Projeto Tasi Mane é a pedra angular da estratégia nacional de infraestruturas petrolíferas de Timor-Leste — um desenvolvimento com vários clusters ao longo da costa sul, concebido para consolidar a cadeia de valor downstream, permitir a rentabilização do projeto Greater Sunrise e catalisar a diversificação industrial.

CLÚSTER 01

SUAI

Base de Abastecimento e Logística

Centro operacional de apoio às atividades offshore; remodelação em curso do hangar do aeroporto; infraestruturas da base de abastecimento a serem implementadas por fases.

CLÚSTER 02

NATARBORA

Centro Integrado de Desenvolvimento de Petróleo e Gás

Um porto dedicado às atividades industriais do setor do petróleo e gás, incluindo uma LNG Plant, uma refinaria, instalações petroquímicas e outros empreendimentos industriais relacionados com o setor petrolífero.

O Programa Nacional de Infraestruturas Estratégicas representa uma pedra angular da visão de longo prazo da TIMORGAP para apoiar a transformação estrutural da economia de Timor-Leste. Ancorado no Projeto Tasi Mane, este programa visa desenvolver infraestruturas energéticas e industriais integradas ao longo da costa sul, permitindo ao país estabelecer uma cadeia de valor de petróleo e gás plenamente funcional, ao mesmo tempo que promove uma diversificação económica mais ampla e um crescimento sustentável.

Visão Estratégica e Impacto Nacional

O Projeto Tasi Mane foi concebido como uma iniciativa emblemática nacional, destinada a:

- Desenvolver infraestruturas essenciais para apoiar a indústria do petróleo e do gás
- Criar novos polos económicos e estimular o desenvolvimento industrial
- Promover a criação de emprego e o reforço das capacidades locais
- Permitir a diversificação para setores como a agricultura, o turismo e os serviços

Ao integrar infraestruturas de grande escala com o desenvolvimento industrial, espera-se que o programa desempenhe um papel transformador no reforço da resiliência económica e da independência energética de Timor-Leste.

PRIORIDADES PARA 2025

- Identificação de terrenos e planeamento de reassentamento para o traçado do gasoduto
- Estudos pré-FEED e integração com o projeto Greater Sunrise
- Desenvolvimento da mão-de-obra e quadros de conteúdo local
- Envolvimento das partes interessadas e coordenação interministerial

4.1 PROGRAMA NACIONAL DE INFRAESTRUTURAS

Programa Nacional de Infraestruturas

Abordagem Integrada ao Desenvolvimento de Infraestruturas.

O programa adota uma abordagem abrangente e integrada ao desenvolvimento de infraestruturas, combinando logística, transportes, instalações industriais e projetos de desenvolvimento comunitário. Os principais componentes incluem:

Base de Abastecimento de Suai (SSB):

Um centro logístico crucial concebido para apoiar as operações petrolíferas offshore e onshore. Em 2025, registaram-se progressos significativos na finalização da documentação do concurso, no lançamento de processos de contratação pública internacionais e na avaliação de propostas técnicas e financeiras para a conceção, construção e financiamento.

Projeto do Aeroporto de Suai

Em 2025, a TIMORGAP prosseguiu com a remodelação do hangar do Aeroporto de Suai, no âmbito do seu compromisso de estabelecer uma base de aviação totalmente operacional em Suai até 2026. Esta medida apoiará a transferência das operações de helicóptero de Díli para Suai e facilitará futuros serviços de transporte de tripulações em aeronaves de asa fixa entre Díli, Suai e Darwin.

Reassentamento de comunidades (Holbelis):

O desenvolvimento de infraestruturas inclui a construção e o reassentamento de comunidades para apoiar a expansão do aeroporto, garantindo o alinhamento com os objetivos de desenvolvimento social e os requisitos operacionais. A construção registou progressos significativos durante 2025 e prevê-se que continue em 2026.

Base Operacional da TIMORGAP em Suai:

O desenvolvimento de uma base operacional dedicada apoia a coordenação e execução do projeto, reforçando a presença da TIMORGAP na região e permitindo uma gestão eficiente das atividades de infraestruturas.

Autoestrada da Costa Sul (Suai–Natarbora):

Um corredor de transportes estratégico que liga os principais polos industriais ao longo da costa sul. Esta autoestrada ligará Suai a Natarbora, permitindo a circulação eficiente de mercadorias, equipamento e pessoal entre as principais infraestruturas, incluindo instalações de refinação, petroquímicas e de GNL.

Aquisição de terrenos e desenvolvimento do corredor:

Os processos prosseguiram ao longo de 2025, abrangendo aproximadamente 76 quilómetros de corredor, garantindo a disponibilidade dos terrenos necessários para o desenvolvimento de infraestruturas, ao mesmo tempo que se mantinha o diálogo com as comunidades e as partes interessadas.

Desenvolvimento da Nova Cidade de Betano

Em consonância com o plano do Governo IX Constitucional, a Rede de Desenvolvimento da costa sul foi revista para se tornar mais rentável e mais compacta, catalisando assim as atividades económicas em toda a região. Estas alterações conduzem à criação do cluster de Natarbora, que integra o desenvolvimento industrial inicialmente previsto para os clusters de Beaco e Betano em Natarbora. Apesar disso, o cluster de Betano é reorientado para se tornar um cluster de cidade petrolífera.

A Nova Cidade a ser implementada em Betano, juntamente com os novos centros urbanos de Suai e Natarbora, contribuirá para equilibrar a ocupação do território. Nova Betano surge como contraponto à atratividade de Díli, procurando densificar a ocupação da costa sul de Timor-Leste.»

4.1 PROGRAMA NACIONAL DE INFRAESTRUTURAS

Programa Nacional de Infraestruturas

O Programa Nacional de Infraestruturas Estratégicas reflete uma estratégia de investimento a longo prazo que visa valorizar os recursos de hidrocarbonetos de Timor-Leste, criando simultaneamente efeitos multiplicadores em toda a economia.

Fundamentação do investimento

O Programa Nacional de Infraestruturas Estratégicas reflete uma estratégia de investimento a longo prazo que visa valorizar os recursos de hidrocarbonetos de Timor-Leste, criando simultaneamente efeitos multiplicadores em toda a economia.

A justificação do investimento inclui:

- Facilitar a comercialização dos recursos upstream através de infraestruturas de apoio
- Reduzir as limitações logísticas e melhorar a eficiência operacional
- Atrair investimento estrangeiro e parceiros estratégicos
- Apoiar o desenvolvimento de clusters industriais e de indústrias de valor acrescentado
- Reforçar a conectividade nacional e as capacidades comerciais

A escala e a integração destes investimentos foram concebidas para gerar tanto retornos económicos diretos como benefícios socioeconómicos mais amplos.

Estratégia de Integração e Plano Diretor de Infraestruturas

Uma característica distintiva do programa é a sua abordagem orientada por um plano diretor, garantindo que todos os componentes de infraestruturas sejam desenvolvidos de forma coordenada e que se reforcem mutuamente.

A estratégia de integração liga:

- As atividades de produção upstream com as infraestruturas de transformação e exportação Downstream
- Polos industriais, como Suai e Natarbora, através de corredores de transporte e logística
- As infraestruturas energéticas com serviços de apoio, incluindo aviação, logística e desenvolvimento residencial

Este quadro integrado garante que os investimentos em infraestruturas contribuam para um ecossistema energético nacional coeso, em vez de projetos isolados



4.2 POLO INDUSTRIAL DE SUAI

Clúster Industrial de Suai

Uma iniciativa emblemática nacional que visa desenvolver infraestruturas energéticas e industriais integradas ao longo da costa sul — estabelecendo uma cadeia de valor do petróleo e do gás em pleno funcionamento, ao mesmo tempo que promove a diversificação económica e o crescimento sustentável.

O Polo Industrial de Suai constitui uma componente central do desenvolvimento estratégico de infraestruturas do TIMORGAP no âmbito do Projeto Tasi Mane, servindo como principal centro logístico e operacional para a emergente indústria petrolífera do país. Com base nos alicerces estabelecidos em anos anteriores e ainda mais aperfeiçoados em 2025, o polo foi concebido para apoiar atividades tanto upstream como downstream, permitindo a prestação eficiente de serviços, materiais e infraestruturas essenciais para projetos de petróleo e gás em grande escala.

Papel estratégico e conceito de desenvolvimento

O Polo Industrial de Suai está estruturado em torno de um modelo de desenvolvimento integrado que combina:

- Infraestruturas logísticas industriais
- Desenvolvimento urbano e comunitário
- Instalações de transportes e aviação

No centro do cluster encontra-se a Base de Abastecimento de Suai (SSB), concebida como um centro logístico e de serviços abrangente para operações petrolíferas. A SSB foi concebida para apoiar atividades offshore e onshore, disponibilizando instalações tais como:

- Estaleiros de fabrico e áreas de armazenamento ao ar livre
- Armazéns e plataformas logísticas
- Infraestruturas de apoio marítimo e operacional
- Instalações de desenvolvimento e formação da mão-de-obra

Esta abordagem integrada posiciona Suai como o ponto de entrada e a espinha dorsal operacional para os materiais e serviços necessários em todo o corredor de desenvolvimento da costa sul, incluindo futuros projetos em Natarbora.

Integração de Infraestruturas e Desenvolvimentos de Apoio

O Pólo Industrial de Suai é apoiado por uma série de projetos de infraestruturas complementares que garantem a sua funcionalidade como um centro industrial e económico multifuncional:

Nova Suai (Desenvolvimento de uma Nova Cidade):

Planeada como um novo centro urbano, a Nova Suai irá acolher trabalhadores, empreiteiros e as suas famílias, promovendo simultaneamente um ecossistema comercial para apoiar as atividades industriais e as empresas locais.

Modernização do Aeroporto de Suai e Instalações de Apoio:

A expansão e modernização do Aeroporto de Suai são fundamentais para facilitar a conectividade regional, as operações logísticas e os serviços de aviação, incluindo o apoio às atividades petrolíferas offshore.

Reassentamento da Comunidade (Projeto Holbelis):

O desenvolvimento de novas habitações e infraestruturas públicas para as comunidades realojadas sublinha o compromisso do programa com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, permitindo simultaneamente a expansão de infraestruturas essenciais

Integração da Autoestrada da Costa Sul:

O cluster de Suai está fisicamente ligado a outros locais estratégicos através da autoestrada Suai-Natarbora, facilitando o transporte eficiente de mercadorias, equipamento e pessoal ao longo da costa sul.

4.2 POLO INDUSTRIAL DE SUAI

Polo Industrial de Suai

Progressos e principais conquistas em 2025

Durante 2025, foram alcançados progressos significativos no avanço do cluster de Suai, particularmente no que diz respeito à Base de Abastecimento de Suai:

- Conclusão e apresentação da documentação técnica do concurso para a conceção, construção e financiamento da Base de Abastecimento de Suai.
- Lançamento de processos de contratação pública internacionais e avaliação das propostas técnicas e financeiras
- Conclusão dos estudos geofísicos, geotécnicos e topográficos, com os levantamentos meteorológicos e oceânicos em curso
- Desenvolvimento contínuo dos projetos de engenharia, estimativas de custos e documentação do plano diretor

Estas etapas posicionaram o projeto para a transição da fase de planeamento para a fase de execução, marcando um marco crucial na concretização do cluster.

Justificação do investimento e impacto económico

O Pólo Industrial de Suai foi concebido para gerar um valor económico significativo, tanto a nível nacional como regional, através de:

- Apoiar o desenvolvimento e a comercialização dos recursos petrolíferos
- Criação de oportunidades de emprego e participação das empresas locais
- Incentivar o crescimento das pequenas e médias empresas (PME) através da integração industrial
- Melhorar a eficiência logística e reduzir os custos operacionais das atividades relacionadas com o petróleo e o gás
- Atuar como catalisador do desenvolvimento regional ao longo da costa sul

Ao combinar infraestruturas industriais, comerciais e sociais, espera-se que o cluster proporcione benefícios socioeconómicos a longo prazo, contribuindo para o crescimento do PIB e para os objetivos de desenvolvimento nacional.

VISÃO GERAL

OPERACIONAL

Fornecimento base

AVIAÇÃO

Aeroporto modernizado

CORREDOR

Autoestrada - estudo

INTEGRADO

Com Tasi Mane

PERSPETIVA ESTRATÉGICA

Suai irá crescer a par do desenvolvimento do Greater Sunrise e do corredor – Tasi Mane — evoluindo de um centro logístico para um cluster industrial totalmente integrado, que servirá de âncora à cadeia de valor downstream a nível nacional.

4.3 NATARBORA

Polo Integrado de Desenvolvimento de Petróleo e Gás de Natarbora

O segundo grande pilar do Tasi Mane é o principal centro de processamento downstream dos recursos de hidrocarbonetos de Timor-Leste — diretamente ligado ao Greater Sunrise, integrando as indústrias de GNL, refinação e petroquímica num único ecossistema coordenado.

O Centro Industrial e de GNL de Natarbora representa o segundo grande pilar do Projeto Tasi Mane e uma pedra angular da estratégia energética e industrial de longo prazo de Timor-Leste.

Com base no quadro delineado no Relatório Anual de 2024 e significativamente evoluindo ao longo de 2025, o centro foi concebido para integrar o processamento de GNL, a refinação, as indústrias petroquímicas e as infraestruturas de apoio num único ecossistema industrial coordenado.

Papel estratégico no sistema energético nacional

O Centro de Natarbora está concebido para ser o principal centro de processamento downstream dos recursos de hidrocarbonetos de Timor-Leste, diretamente ligado ao desenvolvimento dos campos da Greater Sunrise.

O seu objetivo estratégico é:

- Processar gás natural através de uma unidade de gás natural liquefeito (GNL) (TLNG)
- Acolher instalações de refinação e petroquímicas
- Permitir a exportação de produtos de valor acrescentado
- Consolidar a transição do país para uma cadeia de valor petrolífera totalmente integrada

A consolidação das instalações de GNL, refinação e petroquímica num único centro reflete uma decisão deliberada de otimizar sinergias, reduzir a duplicação de infraestruturas e aumentar a eficiência operacional.

Conectividade de gasodutos e integração de infraestruturas

Uma característica distintiva do Natarbora Hub é o seu papel como ponto de desembarque em terra e centro de processamento do gás transportado a partir dos campos offshore.

Em 2025:

- Foram realizadas as primeiras atividades para confirmar e estudar a posição do gasoduto até Natarbora
- Prosseguiu o planeamento para a integração da infraestrutura de gasodutos submarinos com as instalações de processamento em terra

Os progressos técnicos continuaram a depender de levantamentos preliminares e estudos de engenharia, realizados pelo Ministério do Petróleo e dos Recursos Minerais

Esta ligação por gasoduto é fundamental para o plano diretor de infraestruturas mais abrangente, ligando:

- A produção upstream (campos offshore de Greater Sunrise)
- O transporte a meio da cadeia (sistema de gasodutos submarinos)
- O processamento downstream (GNL de Natarbora e instalações industriais)

Justificação do investimento e impacto económico. O Centro Industrial e de GNL de Natarbora é um investimento crucial concebido para gerar um valor nacional substancial através de:

- Estimular o desenvolvimento de cadeias de valor industriais, incluindo petroquímica e refinação
- Criar oportunidades de emprego nos setores técnico, industrial e de serviços
- Promover a transferência de tecnologia e o reforço de capacidades da mão-de-obra local

Ao passar da exportação de matérias-primas para a produção industrial de valor acrescentado, espera-se que o polo reforce significativamente a resiliência económica de Timor-Leste.

4.3 NATARBORA

Centro Integrado de Desenvolvimento de Petróleo e Gás de Natarbora

Progressos e principais conquistas em 2025

Ao longo de 2025, registaram-se progressos notáveis no desenvolvimento do Centro de Natarbora:

- Negociação e desenvolvimento em curso dos quadros jurídicos, fiscais e regulamentares para a Área de Regime Especial da Greater Sunrise (GSSRA)
- Avanço dos estudos técnicos e económicos, incluindo avaliações de pré-FEED e de seleção de conceitos
- Contratação de consultores especializados e peritos na matéria para apoiar o desenvolvimento do projeto
- Esforços contínuos no sentido da harmonização dos acordos de joint venture e dos quadros contratuais
- Apresentação de propostas fiscais integradas pelos parceiros da Joint Venture Sunrise para apoiar o conceito de desenvolvimento do TLNG

Apesar dos progressos, algumas atividades técnicas — tais como estudos detalhados do traçado do gasoduto e avaliações no local — continuam a depender da recolha de mais dados e da validação de engenharia.



Do campo offshore à exportação de valor acrescentado

UPSTREAM**Greater Sunrise**

Produção de gás offshore — a principal matéria-prima

MIDSTREAM**Gasoduto submarino**

Gás transportado por gasoduto até Natarbora

Downstream**Processamento em Natarbora**

Instalações de TLNG, refinação e petroquímica

IMPACTO ECONÓMICO

Ao passar da exportação de matérias-primas para a produção industrial de valor acrescentado, o centro obtém maiores retornos económicos, estimula as cadeias de valor petroquímicas e de refinação, gera emprego, impulsiona a transferência de tecnologia e reforça a resiliência económica e a segurança energética a longo prazo de Timor-Leste.

SECÇÃO 05 — DE 09

Sustentabilidade e ESG

Transparência, capital humano e criação de valor nacional no centro do mandato.

- QUADRO ESG
- CAPITAL HUMANO
- VALOR NACIONAL

5.1 QUADRO ESG

Quadro ESG

Refletindo o compromisso da TIMORGAP de operar como uma empresa petrolífera nacional responsável — integrando os princípios ESG na estratégia corporativa, na tomada de decisões e nas operações, tanto no segmento upstream como downstream.

O Quadro Ambiental, Social e de Governança (ESG) da TIMORGAP reflete o compromisso da empresa em operar como uma empresa petrolífera nacional responsável, alinhada com as melhores práticas internacionais, apoiando simultaneamente os objetivos de desenvolvimento sustentável de Timor-Leste. O quadro integra os princípios ESG na estratégia corporativa, nos processos de tomada de decisão e nas atividades operacionais, tanto nos segmentos de negócio upstream como downstream.

Governança ESG e Alinhamento Estratégico

A abordagem ESG da TIMORGAP assenta no seu mandato de criar valor a partir dos recursos nacionais, garantindo simultaneamente uma gestão responsável e benefícios a longo prazo para o país. O quadro está alinhado com:

- As prioridades estratégicas de desenvolvimento do Governo de Timor-Leste
- As normas internacionais da indústria do petróleo e do gás
- Iniciativas globais de transparência e governança, incluindo a EITI

Enquanto empresa estatal, a TIMORGAP opera sob uma forte supervisão institucional e aplica mecanismos de governança estruturados através do seu Conselho de Administração, da Comissão Executiva e dos sistemas de controlo interno. Este modelo de governança garante que as considerações ESG estão integradas em todos os níveis da organização, desde o planeamento estratégico até à execução de projetos.

PILARES ESG

Ambiental

Gestão ambiental, reforestação e gestão responsável dos recursos.

Social

Conteúdo local, desenvolvimento da força de trabalho, investimento na comunidade e crescimento inclusivo.

Governança

Transparência da EITI, integridade, conduta ética e responsabilização.

Integrado e em evolução

O ESG está integrado no modelo de negócio principal — com a recolha, monitorização e comunicação de dados progressivamente melhoradas, alinhadas com as normas globais emergentes.

5.1 QUADRO DE REFERÊNCIA ESG

Estrutura ESG

Governança ambiental

O pilar ambiental do Quadro ESG da TIMORGAP é orientado pelo princípio do desenvolvimento sustentável dos recursos, garantindo que as atividades petrolíferas e de infraestruturas sejam conduzidas em total conformidade com a regulamentação nacional e as normas internacionais reconhecidas.



Durante o ano de 2025, a Empresa continuou a reforçar a sua governança ambiental através da implementação e melhoria contínua de um Sistema de Gestão Integrado (SGI) alinhado com as normas de gestão ambiental ISO 14001, bem como com as normas ISO 9001 e ISO 45001. As auditorias externas confirmaram a conformidade contínua com estas normas, reforçando o compromisso da TIMORGAP com práticas ambientais reconhecidas internacionalmente.

Principais Compromissos e Atividades

Os principais compromissos ambientais da TIMORGAP são apoiados por um conjunto estruturado e proativo de ações, incluindo:

- Implementação de Avaliações de Impacto Ambiental (AIA), documentação de projetos e programas de monitorização ambiental em todos os grandes projetos, nomeadamente nas atividades de infraestruturas e upstream;
- Conformidade contínua com o licenciamento ambiental, incluindo a coordenação com entidades reguladoras nacionais, como a ANP e a ANLA, e a elaboração de documentação obrigatória, como Documentos de Projeto (DP), Planos de Gestão Ambiental e Relatórios de Desempenho Ambiental;
- Integração de considerações ambientais na conceção, planeamento e execução de projetos, incluindo o apoio a grandes empreendimentos, como o Projeto da Autoestrada Zumalai-Natarbora, no qual a documentação ambiental e a aprovação regulamentar foram obtidas com sucesso;
- Implementação de medidas de gestão ambiental e de recuperação, incluindo ações de reabilitação de locais e de gestão de resíduos para projetos sísmicos como o de Pualaca, garantindo que os impactos ambientais sejam mitigados e devidamente documentados;
- Reforço dos relatórios ambientais e da monitorização da conformidade, incluindo a revisão e o aperfeiçoamento contínuos dos relatórios de desempenho ambiental relativos às atividades de aquisição sísmica.

5.1 QUADRO DE REFERÊNCIA ESG

Estrutura ESG

Paralelamente, a TIMORGAP continuou a promover iniciativas de gestão ambiental, incluindo a utilização responsável dos recursos, a proteção da biodiversidade e a recuperação ambiental nas áreas operacionais.

Responsabilidade social e envolvimento das partes interessadas

A TIMORGAP atribui grande importância ao desenvolvimento social, à inclusão e ao envolvimento das partes interessadas, reconhecendo que o sucesso a longo prazo do setor petrolífero depende da geração de benefícios tangíveis para as comunidades locais.

A dimensão social do Quadro ESG inclui:

- Implementação de programas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) centrados na sustentabilidade ambiental, no crescimento económico e no desenvolvimento social
- Promoção do conteúdo local e do desenvolvimento da força de trabalho, dando prioridade ao emprego e ao reforço de capacidades para os cidadãos timorenses. A empresa tem como objetivo construir uma força de trabalho de alto desempenho, qualificada e preparada para o futuro, capaz de apoiar a sua transformação numa empresa energética totalmente integrada.
- Envolvimento ativo com as comunidades, as instituições governamentais e as partes interessadas, particularmente nas áreas dos projetos
- Apoio a iniciativas de desenvolvimento comunitário, incluindo programas de habitação, educação e meios de subsistência

Através destas iniciativas, a TIMORGAP contribui para o crescimento inclusivo e o reforço das capacidades nacionais, garantindo que os benefícios do desenvolvimento dos recursos sejam amplamente partilhados.

Transparência, Ética e Responsabilidade

A transparência e a responsabilização são fundamentais para o Quadro ESG da TIMORGAP, particularmente na gestão das receitas e na governação dos recursos naturais.

Os elementos-chave incluem:

- Participação ativa na Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (EITI), apoiando a divulgação completa de pagamentos e receitas no setor extrativo
- Envolvimento em plataformas multisetoriais que incluem o governo, a indústria e a sociedade civil
- Contribuição para a elaboração e divulgação de relatórios da EITI, melhorando o acesso do público à informação
- Compromisso com elevados padrões de integridade, conduta ética e conformidade em todas as operações

Em 2025, a TIMORGAP continuou a reforçar as práticas de transparência enquanto empresa petrolífera nacional responsável e prestadora de contas.

Integração e Melhoria Contínua

O Quadro ESG da TIMORGAP foi concebido como um sistema integrado e em evolução, garantindo a melhoria contínua e o alinhamento com as normas globais emergentes. A empresa está progressivamente a:

- A aprimorar os mecanismos de recolha, monitorização e comunicação de dados ESG
- Alinhando os sistemas internos com as práticas internacionais de reporte ESG e de sustentabilidade
- Reforçando a coordenação interfuncional entre as unidades de negócio para garantir uma implementação consistente das práticas ESG
- Aproveitando parcerias e conhecimentos especializados para apoiar o desenvolvimento de projetos sustentáveis

Esta abordagem integrada garante que as considerações ESG não sejam tratadas como iniciativas isoladas, mas sim integradas no modelo de negócio principal e na estratégia de longo prazo da TIMORGAP.

5.2 DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

Desenvolvimento de Recursos Humanos

CRESCIMENTO DA FORÇA DE TRABALHO E RECRUTAMENTO

Em 2025, a Empresa reforçou a sua capacidade organizacional através de um recrutamento direcionado, contratando **59 colaboradores** para funções nas áreas de compras, assuntos jurídicos, comunicação, relações com a comunidade e consultoria técnica. O programa, desenvolvido em várias fases, chegou à sua fase final no final do ano, incluindo entrevistas, testes psicométricos e verificação de referências.

Esta estrutura da força de trabalho reflete um compromisso claro com a participação da força de trabalho nacional, mantendo simultaneamente o acesso a conhecimentos especializados internacionais para apoiar a transferência de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades.

RECRUTAMENTO E AQUISIÇÃO DE TALENTOS

O recrutamento continuou a ser uma prioridade fundamental ao longo de 2025, em consonância com a trajetória de crescimento da empresa e o portfólio de projetos. Os cargos visados incluíram: funções nas áreas de compras, assuntos jurídicos, comunicações, relações com a comunidade e consultoria técnica, apoiando tanto as operações principais como os projetos estratégicos.

O programa de recrutamento de 2025 foi implementado em várias fases, abrangendo funções técnicas, operacionais e corporativas. No final do ano, a segunda fase de recrutamento tinha chegado às etapas finais, incluindo entrevistas, testes psicométricos e verificação de referências antes da contratação.

FORÇA DE TRABALHO
TOTAL

211

NOVOS RECRUTADOS

59

COLABORADORES
FORMADOS

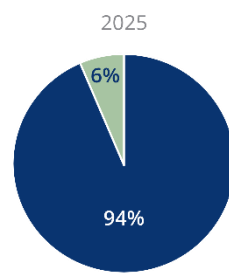
61



64%



36%



■ Nacionais ■ Estrangeiros

PROGRAMAS DE FORMAÇÃO

Geologia petrolífera e geofísica

Gestão de projetos e financeira

Gestão de contratos e acordos de exploração conjunta

Operações de postos de abastecimento e do setor downstream

Ferramentas de engenharia especializadas (PIPESIM)

VISÃO GERAL DA FORMAÇÃO

Um total de 61 colaboradores participou em iniciativas de formação internacionais e locais durante 2025, promovendo a exposição às melhores práticas globais e reforçando simultaneamente os conhecimentos especializados locais. No futuro, o recrutamento irá expandir-se em linha com os projetos Greater Sunrise e Tasi Mane, com formação técnica e de liderança mais aprofundada e uma maior integração dos sistemas digitais de RH.

5.2 DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

Desenvolvimento do Capital Humano

GESTÃO DO DESEMPENHO E APOIO ORGANIZACIONAL

A função de Capital Humano continuou a apoiar a organização através de:

- Gestão de contratos de trabalho, sistemas de avaliação de desempenho e estruturas de remuneração
- Supervisão das políticas, procedimentos e quadros de conformidade de RH
- Prestação de apoio administrativo, logístico e operacional a todas as unidades de negócio

Além disso, as funções de administração geral e logística garantiram condições de trabalho eficientes, apoiando o pessoal na sede e nas operações no terreno em locais-chave como Suai, Same, Baucau e Lautém.

COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

A estratégia de capital humano da TIMORGAP está estreitamente alinhada com o seu papel enquanto empresa petrolífera nacional. A empresa está empenhada em:

- Promover o emprego local e o desenvolvimento de competências
- Apoiar a transferência de tecnologia e a partilha de conhecimentos
- Construir uma força de trabalho nacional capaz de apoiar a cadeia de valor da indústria do petróleo e do gás numa empresa energética integrada.

Esta abordagem garante que o desenvolvimento dos recursos petrolíferos contribua diretamente para o desenvolvimento socioeconómico a longo prazo e para o reforço de capacidades em Timor-Leste.



5.3 SUSTENTABILIDADE E VALOR NACIONAL

Sustentabilidade e Valor Nacional

A abordagem da TIMORGAP em matéria de Sustentabilidade e Criação de Valor Nacional assenta no seu mandato enquanto empresa petrolífera nacional de transformar os recursos naturais de Timor-Leste em benefícios socioeconómicos a longo prazo. A empresa integra os princípios de sustentabilidade nas suas operações principais, promovendo a transparência, o reforço de capacidades, a participação local e a gestão responsável dos recursos, garantindo que o desenvolvimento do setor petrolífero contribua diretamente para o desenvolvimento nacional.

TRANSPARÊNCIA E BOA GOVERNAÇÃO

A empresa apoia ativamente a EITI, contribuindo para a divulgação de receitas, pagamentos e práticas de governação. Através do MSWG, reforça a confiança entre o governo, a indústria e a sociedade civil. Em 2025, participou em fóruns internacionais — nomeadamente no Workshop Regional da Ásia sobre Transparência das Empresas Públicas, em Jacarta.

Meios de subsistência

Maior geração de rendimentos

Resiliência

Maior resiliência da comunidade

Crescimento inclusivo

Crescimento económico sustentável

ENVIRONMENTAL E ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

A sustentabilidade ambiental está integrada na abordagem ESG — parcerias com a «Defesa Ambiental», monitorização da reflorestação no âmbito do programa de RSE «Ai-Kasi» e diálogo contínuo entre instituições governamentais, municípios, comunidades e parceiros internacionais.



Do valor dos recursos ao valor nacional

Cada pilar — transparência, conteúdo local, investimento comunitário e envolvimento ambiental — transforma as atividades upstream e downstream em benefícios mensuráveis e duradouros para Timor-Leste.

5.3 SUSTENTABILIDADE E VALOR NACIONAL

Sustentabilidade e Valor Nacional

A abordagem da TIMORGAP em matéria de sustentabilidade e criação de valor nacional assenta no seu mandato enquanto empresa petrolífera nacional de transformar os recursos naturais de Timor-Leste em benefícios socioeconómicos a longo prazo. A empresa integra os princípios de sustentabilidade nas suas operações principais, promovendo a transparência, o reforço de capacidades, a participação local e a gestão responsável dos recursos, garantindo que o desenvolvimento do setor petrolífero contribua diretamente para o desenvolvimento nacional.

Criação de Valor Nacional através do Conteúdo Local e do Reforço de Capacidades

Um dos principais objetivos da TIMORGAP é maximizar a criação de valor nacional, aumentando a participação local em toda a cadeia de valor do petróleo e do gás.

A empresa promove ativamente:

- O emprego local, dando prioridade aos cidadãos timorenses em toda a sua força de trabalho
- Programas de desenvolvimento de competências e formação, incluindo conhecimentos técnicos e de gestão
- A transferência de tecnologia, apoiada por parcerias internacionais e iniciativas de formação
- O desenvolvimento de fornecedores e prestadores de serviços locais
- O reforço de capacidades continua a ser uma área de foco fundamental, apoiada por parcerias com empresas e organizações energéticas regionais e internacionais. As colaborações com instituições como a PTT, a Pertamina e a ASCOPE contribuem para o reforço das capacidades técnicas e do conhecimento do setor em Timor-Leste.

Através destes esforços, a TIMORGAP está a construir uma força de trabalho e uma base industrial nacionais capazes de apoiar os projetos energéticos atuais e futuros.

Desenvolvimento Comunitário e Investimento Social

A TIMORGAP contribui para o desenvolvimento sustentável através de iniciativas de **Responsabilidade Social Corporativa (RSC)** que promovem o desenvolvimento sustentável, o crescimento económico e o progresso social em Timor-Leste.

Em 2025, a empresa continuou a implementar programas que promoviam a gestão ambiental, a capacitação da comunidade, o desenvolvimento dos jovens e o apoio às empresas locais, reforçando o compromisso da TIMORGAP em criar valor a longo prazo para as comunidades e as partes interessadas.

Envolvimento das partes interessadas e integração nacional

Diálogo contínuo com instituições governamentais, autoridades locais, comunidades e parceiros internacionais — colaborando com os municípios para coordenar a implementação, abordando as preocupações das comunidades relacionadas com projetos de grande escala e reforçando o envolvimento através de fóruns regionais e globais sobre energia.

5.3 SUSTENTABILIDADE E VALOR NACIONAL

Responsabilidade Social Corporativa

Iniciativas ambientais e de sustentabilidade

A TIMORGAP prosseguiu a sua parceria com a Defesa Ambiental para monitorizar e manter as árvores anteriormente plantadas na Praia de Tasi Tolu, no âmbito da iniciativa de RSE Ai-Kasi. A colaboração inclui atividades contínuas de monitorização e manutenção ao longo de um período de dois anos, demonstrando o compromisso contínuo da Empresa com a conservação ambiental e a participação da comunidade em iniciativas de sustentabilidade.

A Empresa promoveu também práticas ambientalmente responsáveis através da implementação de iniciativas «sem papel» durante feiras e conferências internacionais. Estes esforços apoiam práticas de gestão de eventos mais sustentáveis, ao mesmo tempo que incentivam a utilização eficiente dos recursos.



Educação, Investigação e Desenvolvimento Juvenil

A TIMORGAP participou em entrevistas académicas com estudantes da Universidade Católica Timorense (UCT) sobre as iniciativas de RSE da empresa e os programas de desenvolvimento comunitário. A empresa também apoiou iniciativas de investigação no âmbito do Programa Energético de Timor-Leste e da Austrália, fornecendo aos investigadores informações e dados relevantes relacionados com a RSE.

No âmbito do seu compromisso com o desenvolvimento da juventude, a TIMORGAP organizou um estágio no âmbito do Programa de Estágios para Licenciados de Timor-Leste (GIP) dos Australia Awards, no Departamento de RSE. O estágio proporcionou experiência prática e oportunidades de aprendizagem profissional a jovens profissionais em ascensão.



5.3 SUSTENTABILIDADE E VALOR NACIONAL

Responsabilidade Social Corporativa

Iniciativa Agrícola de RSE – Município de Covalima

Um dos principais destaques do programa de RSE da TIMORGAP em 2025 foi a continuação da implementação da Iniciativa Agrícola de RSE em Suai, centrada na agricultura sustentável, na segurança alimentar e no desenvolvimento dos meios de subsistência da comunidade. A iniciativa foi implementada em dois locais do projeto — Sanfuk e Salele —, cada um com cerca de um hectare de terreno. Para reforçar as capacidades da comunidade, representantes selecionados da comunidade participaram em programas de formação agrícola na Quinta Timor Nusantara e na Quinta Biológica GS. A formação proporcionou conhecimentos práticos em horticultura, técnicas de agricultura biológica, agricultura sustentável e práticas de gestão agrícola.

Em 2025, a TIMORGAP concluiu e entregou infraestruturas de apoio essenciais às comunidades participantes, incluindo vedações, torres de água, sistemas de apoio à irrigação e ferramentas e equipamentos agrícolas adicionais. Estas instalações foram disponibilizadas para apoiar a sustentabilidade e a produtividade a longo prazo do projeto.



A iniciativa produziu resultados encorajadores ao longo do ano. Em Sanfuk, as comunidades cultivaram e venderam vegetais como pok choy, espinafre-de-água (kangkung), pepino, tomate, brócolos, espinafre e alface, enquanto a comunidade de Salele cultivou e vendeu melancia, tomates e outros produtos agrícolas. A TIMORGAP continuou também a acompanhar o progresso de ambos os locais do projeto e facilitou oportunidades de ligação ao mercado no município de Covalima. Isto incluiu o envolvimento com o Presidente da Autoridade Municipal de Covalima relativamente a oportunidades de fornecimento de vegetais ao programa de merenda escolar (Merenda Escolar).



5.3 SUSTENTABILIDADE E VALOR NACIONAL

Responsabilidade Social Corporativa

Apoio aos produtos locais e às PME

A TIMORGAP estabeleceu uma parceria com o Café Letefoho para continuar a promover os produtos timorenses e a apoiar as pequenas e médias empresas (PME) através da participação em feiras e conferências internacionais. Em 2025, os produtos do Café Letefoho foram apresentados em importantes eventos internacionais, incluindo a EXA 2025, a ADIPEC 2025, a Cimeira da Energia do Japão 2025 e a Conferência Mundial do Gás 2025, contribuindo para uma maior exposição internacional e visibilidade de mercado dos produtos locais e das PME de Timor-Leste.

Através destas iniciativas, a TIMORGAP contribuiu para aumentar a exposição internacional e a visibilidade no mercado dos produtos locais e das PME de Timor-Leste. A empresa mantém o seu compromisso de apoiar o desenvolvimento sustentável e inclusivo, reforçando simultaneamente o envolvimento da comunidade e a participação na economia local.



5.4 QUALIDADE, SAÚDE, SEGURANÇA E AMBIENTE

Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente

Um pilar central do quadro de governação da TIMORGAP — fundamental para salvaguardar as pessoas, proteger o ambiente e garantir a sustentabilidade a longo prazo das operações petrolíferas, tanto em terra como no mar.

Sistemas de governação e gestão

Os Sistemas de Gestão de QHSE mantiveram o alinhamento com as normas internacionais ISO relativas à Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente, integrados em todas as operações institucionais e subsidiárias — reforçando uma cultura de prevenção, conformidade e responsabilização.

Proteção ambiental e conformidade

Participação ativa em consultas ambientais e processos regulamentares, incluindo consultas públicas relativas a trabalhos sísmicos e de perfuração planeados. As equipas técnicas prestaram apoio à elaboração de documentação ambiental em conformidade com a legislação nacional.

SISTEMAS ALINHADOS COM A ISO

9001

Qualidade

14001

Ambiente

45001

Segurança

As auditorias externas confirmaram a conformidade contínua com as normas ISO

Segurança operacional e risco

As equipas técnicas participaram em comités técnicos e operacionais e na coordenação com entidades reguladoras e parceiros de joint ventures, integrando o QHSE no trabalho de campo de Geologia e Geofísica, na preparação de perfurações e na revisão dos programas de trabalho — permitindo a identificação precoce de riscos de segurança e ambientais.

Capacitação e desenvolvimento de competências

A TG reconhece que uma força de trabalho competente é fundamental para manter um Sistema de Gestão Integrado (IMS) eficaz, melhorar o desempenho operacional e apoiar o crescimento sustentável do negócio.

Durante 2025, a TG reforçou a capacidade organizacional através de programas de formação e desenvolvimento profissional direccionados nas normas ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018, Formação de auditores internos e principais, Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos (HIRADC, JSA e JHA), e sensibilização para o Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) em conformidade com a norma ISO/IEC 27001 e as melhores práticas da ISACA.

Além disso, os colaboradores participaram em conferências, workshops, seminários e fóruns técnicos nacionais e internacionais, incluindo a Conferência de Petróleo de Díli, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos técnicos, partilhar as melhores práticas do setor do petróleo e gás e reforçar a capacidade da empresa.

Estas iniciativas reforçaram uma cultura proativa e baseada no risco e apoiaram a implementação eficaz do Sistema Integrado de Gestão de QHSE da TG, ao mesmo tempo que aumentaram a resiliência da TG na gestão de operações e projetos estratégicos cada vez mais complexos.

5.4 QUALIDADE, SAÚDE, SEGURANÇA E AMBIENTE

Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente

A TIMORGAP mantém um forte compromisso com o desempenho em matéria de Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente (QHSE), reconhecendo estas áreas como fundamentais para operações responsáveis e sustentabilidade a longo prazo. A empresa integra os princípios de QHSE em todos os níveis das suas atividades, garantindo o alinhamento com as normas internacionais e as melhores práticas em toda a indústria do petróleo e do gás.

Sistemas de Gestão de QHSE

Durante 2025, a TIMORGAP continuou a reforçar os seus sistemas de gestão de QHSE, mantendo o alinhamento com as normas internacionais ISO relativas à Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente. A melhoria contínua destes sistemas foi incorporada em todas as operações institucionais e atividades das subsidiárias, garantindo que as considerações de QHSE sejam sistematicamente integradas no planeamento, execução e supervisão dos projetos.

O quadro de QHSE da empresa é aplicado de forma consistente em todas as suas subsidiárias do setor upstream, apoiado por procedimentos internos, mecanismos de monitorização e coordenação entre unidades corporativas e equipas de projeto. Esta abordagem reforça uma cultura de prevenção, conformidade e responsabilização, particularmente relevante num portfólio caracterizado por atividades de exploração, avaliação e desenvolvimento preparatório.

Segurança Operacional e Gestão de Risco

Dada a complexidade técnica e os riscos inerentes às atividades de upstream de petróleo e gás, a TIMORGAP dá grande ênfase à identificação de riscos, à avaliação de perigos e à preparação operacional.

Em 2025, a equipa de QHSE prestou assistência técnica às subsidiárias associadas, participando ativamente em comités técnicos, comités operacionais e reuniões de coordenação com entidades reguladoras e parceiros de joint-venture, garantindo que os riscos de segurança e ambientais fossem abordados em cada fase da execução dos projetos.

As considerações de QHSE foram integradas em:

- Trabalho de campo geológico e geofísico, incluindo levantamentos não sísmicos e aquisição de dados sísmicos;
- Atividades preparatórias para campanhas de perfuração, incluindo poços de avaliação e poços de exploração;

Este envolvimento estruturado apoia a identificação precoce de potenciais riscos de segurança e ambientais e garante que as medidas de mitigação sejam incorporadas antes do início das atividades operacionais.

Um facilitador estratégico da sustentabilidade

À medida que as atividades upstream avançam e a complexidade aumenta, esta base consolidada de QHSE posiciona a TIMORGAP para gerir os riscos de forma eficaz, manter a sua licença social e regulamentar para operar e apoiar o desenvolvimento seguro e ambientalmente responsável dos recursos de hidrocarbonetos de Timor-Leste.

5.4 QUALIDADE, SAÚDE, SEGURANÇA E AMBIENTE

Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente

Auditoria Interna/Externa, Inspeção e Monitorização de QHSE

Para garantir a eficácia do seu Sistema de Gestão Integrado (SGI) e apoiar a melhoria contínua, a TG realizou auditorias internas e externas de QHSE, inspeções e atividades de monitorização ao longo de 2025.

O Programa de Auditoria Interna de QHSE avaliou a conformidade com os requisitos das normas ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018, as obrigações legais e regulamentares aplicáveis, bem como as políticas e procedimentos da TG. As auditorias centraram-se em elementos-chave do sistema de gestão, incluindo a gestão de riscos, o planeamento e controlo operacionais, a conformidade legal, a monitorização, a medição, a análise e avaliação, a preparação e resposta a emergências e a implementação de ações corretivas. As conclusões das auditorias foram analisadas pela Direção e foram implementadas ações corretivas para reforçar a eficácia do Sistema de Gestão Integrado da TG e apoiar a melhoria contínua.

A TG também concluiu com sucesso a Auditoria Anual de Vigilância Externa de QHSE realizada pela DNV Singapura, o organismo de certificação acreditado da TG. A auditoria confirmou a conformidade e a eficácia contínuas do Sistema de Gestão Integrado (SGI) da TG, resultando na manutenção bem-sucedida das certificações ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018 da TG. Esta conquista reafirmou o compromisso da TG com a excelência operacional, a conformidade regulamentar e a melhoria contínua.

Ao longo de 2025, a TG realizou inspeções de rotina e atividades de monitorização de QHSE em todas as suas instalações operacionais e projetos estratégicos, a fim de verificar a conformidade com os requisitos regulamentares, as normas da TG e os controlos operacionais. As principais atividades incluíram inspeções e monitorização de QHSE no Projeto de Processamento Sísmico de Pualaka, no Projeto de Exploração Onshore de Rarahana, na Estação de Serviço de Suai e no Projeto de Identificação da Rede Rodoviária Nacional. Além disso, a TG realizou avaliações de due diligence em matéria de QHSE a potenciais empreiteiros, consultores, parceiros de negócio e outras partes interessadas antes da contratação, a fim de garantir a conformidade com os requisitos de QHSE da TG, as obrigações legais aplicáveis e as normas de governação corporativa antes do início das atividades comerciais.



5.5 TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Transformação digital

A transformação digital continua a ser um facilitador estratégico da missão da TIMORGAP — apoiando a eficiência operacional, a governação, a transparência e a resiliência institucional a longo prazo num portfólio energético complexo e com múltiplas subsidiárias.

INFRAESTRUTURA

Modernização das TIC essenciais

Concluído o projeto de rede e firewall da Cisco
ISP Starlink — largura de banda e resiliência
Novos servidores; proteção de terminais e CCTV

PROCESSOS

Sistemas e digitalização

Diagnóstico e atualização do SAP (finanças e administração)
Requisitos de compras eletrónicas e pedidos de material
Melhoria do controlo e da rastreabilidade.

PLATAFORMAS

Gestão de projetos e dados

Omega 365 — due diligence e UAT concluídas
SIG e software especializado de exploração
Tomada de decisões baseada em dados

UMA ORGANIZAÇÃO MAIS INTEGRADA E ORIENTADA PARA OS DADOS

Durante 2025, a Empresa continuou a investir em infraestruturas digitais modernas e em sistemas de informação integrados, em conformidade com as melhores práticas internacionais. Estes investimentos lançam as bases para um crescimento escalável, uma melhor supervisão operacional e uma maior capacidade institucional.

ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA CENTRAL

A transformação digital não é uma iniciativa tecnológica isolada, mas sim uma componente essencial da estratégia a longo prazo — apoiando a gestão eficaz dos recursos energéticos nacionais e o desenvolvimento sustentável do setor petrolífero.

PLATAFORMAS E SISTEMAS

Planeamento de recursos empresariais	SAP
Gestão de projetos e relatórios	Omega 365
Necessidades de formação e competências	i-Trans
Interpretação do subsolo	Geoteric · Kingdom
Gestão de dados técnicos	Centralizada

GESTÃO DE DADOS, TRANSPARÊNCIA E MATURIDADE INSTITUCIONAL

A transformação digital desempenha também um papel central no reforço da governação, da transparência e da responsabilização. Os sistemas digitais melhorados apoiam a conformidade com os requisitos de auditoria externa e as normas internacionais de transparência, incluindo os relatórios da EITI, ao melhorarem a precisão dos dados, as pistas de auditoria e a pontualidade dos relatórios.

A integração progressiva de ferramentas de gestão de dados contribui para um ambiente de informação mais estruturado e fiável, permitindo que a gestão e as partes interessadas tenham acesso a dados consistentes e de alta qualidade nas dimensões operacional, financeira e estratégica.

Estrutura digital para a resiliência institucional

As plataformas integradas permitem a elaboração de relatórios consistentes, uma tomada de decisões mais rápida e uma supervisão mais rigorosa — impulsionando o crescimento nas funções upstream, Downstream e corporativas.

SECÇÃO 06 — DE 09

Governança, Risco e Compliance

Responsabilidade pública aliada à disciplina necessária para gerir investimentos complexos e de longo prazo no setor energético.

- ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E LIDERANÇA EXECUTIVA
- GESTÃO DE RISCO EMPRESARIAL
- CONFORMIDADE, CONTROLOS E AQUISIÇÕES
- RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E COM AS PARTES INTERESSADAS

6.1 ESTRUTURA DE Governança

Estrutura de Governança

A TIMORGAP opera ao abrigo de um quadro de governança coerente com o seu estatuto de empresa pública — combinando a responsabilização perante o público com os requisitos da gestão de investimentos energéticos complexos e de longo prazo, garantindo uma separação clara entre a supervisão, a gestão executiva e a execução operacional.

ARQUITETURA DE Governança

Conselho de Administração	Responsabilidade final pela estratégia, supervisão, prestação de contas e conformidade com o mandato do Estado; aprovação da estratégia empresarial, dos planos anuais, dos orçamentos e dos principais investimentos.
Presidente e Diretor Executivo	Elos executivo entre o Conselho de Administração e a organização, com autoridade delegada para implementar a estratégia e gerir as operações do dia-a-dia.
Vice-presidentes	Liderança executiva nas principais áreas (Upstream, Infraestruturas, Greater Sunrise, Comercial, GRSE), alinhando a estratégia corporativa com a execução.
Diretores / Responsáveis Funcionais	Lideram funções especializadas (Exploração e Desenvolvimento, Infraestruturas, RH e Administração, Jurídico, QHSE, Serviços), traduzindo a estratégia em resultados e controlo interno.
Comités de Gestão e Técnicos	Fóruns multifuncionais que apoiam a tomada de decisões, a avaliação de riscos e a validação técnica antes da escalada.

Quadro jurídico

Opera no âmbito do quadro regulamentar das Atividades Petrolíferas (**Lei n.º 13/2005**), que estabelece os direitos soberanos sobre os recursos naturais, e da Lei do Fundo Petrolífero (**Lei n.º 12/2011**), que garante uma política fiscal sólida integrada no orçamento do Estado.

Supervisão da EITI

O Conselho exerce supervisão sobre os compromissos assumidos no âmbito da EITI, garantindo a divulgação precisa, atempada e abrangente de informação financeira e não financeira, em conformidade com as normas legais de prestação de contas e de responsabilização do setor público.

QUADRO JURÍDICO E REGULAMENTAR

O quadro de governança opera no âmbito do quadro jurídico das Atividades Petrolíferas (**Lei n.º 13/2005**) e da Lei do Fundo Petrolífero (**Lei n.º 12/2011**). A supervisão do Conselho de Administração abrange a aprovação da estratégia e dos orçamentos, o acompanhamento do desempenho financeiro e da alocação de capital, a supervisão do risco e do controlo interno, bem como a garantia do cumprimento das obrigações legais de prestação de contas e divulgação de informação.

6.1 ESTRUTURA DE Governança

Estrutura de Governança

Comissões do Conselho de Administração e Supervisão Delegada

No topo da estrutura de governança encontra-se o Conselho de Administração, que detém a responsabilidade final pela orientação estratégica, pela supervisão da gestão, pela aprovação de investimentos de grande envergadura e pela garantia do cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis. O Conselho de Administração atua em nome do Estado, assegurando que as atividades da TIMORGAP sejam conduzidas de forma coerente com o seu mandato público, com os interesses nacionais a longo prazo e com os princípios de boa governança empresarial.

A função de supervisão do Conselho de Administração é exercida através de:

- Aprovação da estratégia empresarial, dos planos anuais e dos orçamentos;
- Acompanhamento do desempenho financeiro e da alocação de capital;
- Supervisão da exposição ao risco e dos sistemas de controlo interno;
- Garantia do cumprimento das obrigações legais de prestação de contas e divulgação de informação.

A importância da disciplina de governança e do cumprimento da legislação é reforçada por comunicações formais entre a Empresa, o Ministério acionista e os órgãos de supervisão, no âmbito do quadro jurídico das Atividades Petrolíferas (Lei n.º 13/2005), que estabelece os direitos soberanos para a exploração de recursos naturais, incluindo o petróleo, e em conformidade com a Lei do Fundo Petrolífero (Lei n.º 12/2011), que garante uma política fiscal sólida e está integrada no orçamento do Estado.

A autoridade executiva é delegada pelo Conselho de Administração ao Presidente e CEO, que é responsável pela gestão quotidiana da Empresa e pela implementação da estratégia aprovada pelo Conselho de Administração. O Presidente e CEO é apoiado por uma equipa executiva estruturada, composta por vice-presidentes e diretores responsáveis pelas principais áreas funcionais e operacionais.

Esta estrutura permite uma supervisão especializada de atividades complexas, garantindo simultaneamente a coordenação entre as funções de upstream, infraestruturas, serviços e funções corporativas.

Para reforçar a eficácia da governança e da supervisão, o Conselho de Administração conta com o apoio de comissões de gestão e técnicas, que operam no âmbito de mandatos e linhas hierárquicas definidos.

Estes comités desempenham um papel fundamental ao:

- Analisar questões técnicas e operacionais relacionadas com projetos de upstream;
- Monitorizar a execução dos projetos em relação aos programas de trabalho e orçamentos aprovados;
- Apoiar a tomada de decisões informadas sobre investimentos, parcerias e exposição ao risco.

Os comités são complementados por fóruns de coordenação interna que envolvem as funções técnicas, financeiras, jurídicas e de QHSE, garantindo que as decisões sejam sujeitas a uma análise multidisciplinar antes de serem encaminhadas para a direção executiva ou para o Conselho de Administração.

Integração com a Governança, Risco e Conformidade.

A estrutura de governança está estreitamente integrada com os mecanismos de gestão de risco, conformidade e controlo interno, permitindo a identificação precoce de riscos e reforçando a responsabilização a todos os níveis da organização. Os mecanismos de governança também apoiam a conformidade com:

- Requisitos de finanças públicas e de prestação de contas;
- Condições de financiamento por subvenções;
- Normas internacionais aplicáveis ao setor energético.

Esta abordagem integrada garante que a governança não seja tratada como uma função isolada, mas sim como um facilitador essencial da execução estratégica, da gestão de riscos e da responsabilização perante o público.

6.1 ESTRUTURA DE Governança

Estrutura de Governança

EITI - Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas

Na qualidade de empresa petrolífera nacional de Timor-Leste, a TIMORGAP, E.P. opera num quadro de elevada transparência e responsabilização. O Conselho de Administração exerce supervisão sobre os compromissos da Empresa no âmbito da EITI, reconhecendo-a como um instrumento fundamental para promover a transparência, a responsabilização pública e a boa governação no setor extrativo.

A supervisão do Conselho de Administração garante que a gestão estabeleça processos adequados para apoiar a divulgação precisa, atempada e abrangente da informação financeira e não financeira exigida pelo quadro da EITI, e que tais divulgações estejam alinhadas com as obrigações legais de prestação de contas e com as normas de responsabilização do setor público.

Este envolvimento ao nível da governação reforça o papel da TIMORGAP como gestora responsável dos recursos nacionais e apoia a confiança do público na gestão das receitas do setor extrativo do país.

Maturidade da Governança e Papel Estratégico

De um modo geral, a estrutura de governação da TIMORGAP reflete a maturidade crescente da organização, que está a transitar de uma entidade puramente detentora de ativos para um operador e patrocinador de projetos mais complexo. A combinação da supervisão do Conselho de Administração, da delegação executiva e da revisão por comissões proporciona uma plataforma de governação capaz de apoiar:

- Investimentos upstream de longo prazo;
- Projetos de infraestruturas nacionais de elevado valor;
- Um envolvimento crescente com parceiros e reguladores internacionais.

Este modelo de governação sustenta a capacidade da TIMORGAP de cumprir o seu mandato enquanto empresa petrolífera nacional de Timor-Leste, garantindo que as decisões estratégicas sejam tomadas de forma transparente, responsável e em consonância com os interesses a longo prazo do Estado.

6.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E LIDERANÇA EXECUTIVA

Conselho de Administração e Equipa Executiva

A equipa de liderança combina uma profunda experiência no setor com uma visão estratégica, impulsionando o crescimento da TIMORGAP ao longo de toda a cadeia de valor da energia, mantendo simultaneamente elevados padrões de governação.

A TIMORGAP, E.P. opera ao abrigo de um quadro de governação coerente com o seu estatuto de empresa pública, combinando a responsabilização perante o público com os requisitos da gestão de investimentos energéticos complexos e de longo prazo. A estrutura de governação foi concebida para garantir uma separação clara entre supervisão, gestão executiva e execução operacional, mantendo simultaneamente o alinhamento com a política energética nacional e as obrigações legais.

RS

Sr. Rui Soares**PRESIDENTE E CEO**

MBA pela Universidade de Aston; Licenciatura em Engenharia (Petróleo) pela Universidade de Adelaide. 19 anos de experiência nos setores do petróleo e gás e na construção civil e marítima — Técnico da TSDA (Perfuração e Produção), posteriormente Diretor da ANPM. Comissário de Timor-Leste para a JPDA e o Greater Sunrise, tendo sido posteriormente Membro do Conselho de Governação do Regime Especial do Greater Sunrise no âmbito da MBT; Chefe da Unidade de Gestão do Projeto de PPP do Porto de Tíbar. Nomeado Presidente e Diretor Executivo em 2023.

Vice-presidentes

AA

Sra. Aurélia Alves**Vice-presidente, Relações Governamentais e Envolvimento das Partes Interessadas**

Licenciatura em Educação (UNTL); MBA (em curso), Robert Kennedy College. Mais de 20 anos de experiência em administração e relações com as partes interessadas — PNUD, TSDA, ANP. Membro do Conselho de Administração e Vice-Presidente desde 2023.

AC

Sr. Alexandre Cristovão**Vice-presidente, Desenvolvimento de Infraestruturas**

Engenharia Civil, UNDIKNAS. Mais de 10 anos na construção civil — ingressou na TIMORGAP em 2012, chefe de equipa técnica da Betano & Beço. Membro do Conselho de Administração e vice-presidente desde 2023.

LM

Sr. Luís Martins**Vice-presidente, Comercial, Negociação e Serviços Corporativos.**

Licenciatura em Engenharia Industrial; Mestrado em Gestão Energética e Ambiental, Universidade ENI, Milão. Mais de 15 anos de experiência; antigo Diretor da Unidade de Desenvolvimento de Negócios. Nomeado em 2023.

DL

Sr. Domingos Lequisiga Maria**Vice-presidente, Tecnologia e Desenvolvimento de Ativos**

Licenciatura em Ciências, Universidade do Havai; Mestrado em Gestão Energética (Fulbright), NYIT. Mais de 20 anos de experiência; antigo Diretor da Unidade de Negócios de Gás; Responsável pela área de Alterações Climáticas e Ambiente, PNUD. Membro do Conselho de Administração e Vice-Presidente desde 2023.

A autoridade executiva é delegada pelo Conselho de Administração ao Presidente e Diretor Executivo, apoiado por uma equipa executiva estruturada de vice-presidentes e diretores — permitindo uma supervisão especializada de atividades complexas, garantindo simultaneamente a coordenação entre as funções de upstream, infraestruturas, serviços e funções corporativas.

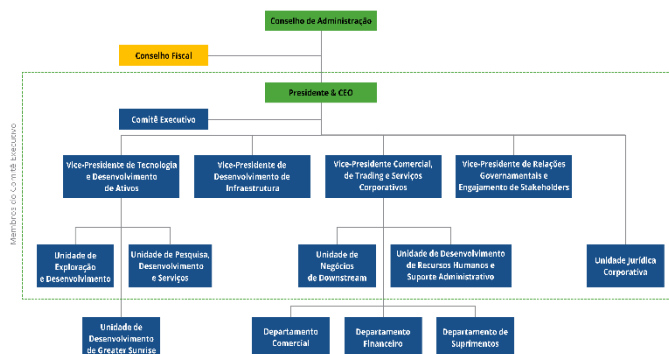
6.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E LIDERANÇA EXECUTIVA

Conselho de Administração e Equipa Executiva

Comissões do Conselho de Administração e Supervisão Delegada

Para reforçar a eficácia da governação e da supervisão, o Conselho de Administração conta com o apoio de comissões de gestão e técnicas, que operam no âmbito de mandatos e linhas hierárquicas definidos.

Diretores Funcionais


AIA

Sr. Aleixo Alves Diretor de Exploração e Desenvolvimento

Licenciatura em Engenharia Petrolífera, Proclamação Universitária n.º 45. Mais de 10 anos — PERTAMINA e TIMORGAP (desde 2013) em funções de liderança de projetos e operações no terreno. Nomeado em 2023.

TT

Sr. Tomas Talo Diretor de Investigação, Desenvolvimento e Serviços

Mestre em Engenharia Mecânica pela Universidade de Tecnologia de Nagaoka. Mais de 20 anos de experiência na gestão de oleodutos e GNL; antigo Gestor de Projetos da TLNG. Nomeado em 2023.

VP

Sr. Vicente Pinto Diretor, Negócios Downstream

Mestrado em Engenharia pelo Instituto Asiático de Tecnologia (AIT), em Bangucoque. Mais de 20 anos na área dos recursos petrolíferos e minerais; antigo Diretor da Unidade de Refinaria e Serviços Petrolíferos. Nomeado em 2023.

LA

Sra. Ligia Aniceto Diretora, Desenvolvimento de Recursos Humanos e Apoio Administrativo

Licenciatura em Relações Públicas Internacionais pela UNTL; MBA pela Universidade Internacional do Japão. Mais de 10 anos em gestão administrativa e recursos humanos. Diretora desde 2023.

HS

Sr. Helder Sarmiento Diretor de Assuntos Jurídicos Corporativos

Mestrado em Direito (LLM), Universidade de Aberdeen. Mais de 21 anos no sistema jurídico de Timor-Leste; membro da Ordem dos Advogados de Timor-Leste; mais de 10 anos como Analista Jurídico Sénior na TIMORGAP.

6.3 GESTÃO DE RISCO EMPRESARIAL

Gestão de Risco Empresarial

Um quadro estruturado e integrado que apoia a tomada de decisões informadas, salvaguarda o valor corporativo e garante o desenvolvimento sustentável dos recursos energéticos de Timor-Leste — com os riscos estratégicos supervisionados a nível do Conselho de Administração e os riscos operacionais geridos pela Comissão Executiva.

Panorama de risco

Operacional Projetos de exploração, desenvolvimento e infraestruturas	Financeiro Execução orçamental, controlo de custos e decisões de investimento	Regulamentação e conformidade Quadros jurídicos em evolução e obrigações de prestação de contas
Projetos e execução Desenvolvimentos em grande escala — Greater Sunrise e Tasi Mane	Reputação e partes interessadas Envolvimento da comunidade e transparência	Transfronteiriços Riscos geopolíticos em projetos transfronteiriços

GOVERNAÇÃO E QUADRO DE RISCOS

Uma abordagem estruturada e integrada garante que os riscos sejam sistematicamente identificados, avaliados, monitorizados e mitigados. O quadro está em conformidade com a governação corporativa (supervisão do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal), com a regulamentação nacional e com as melhores práticas internacionais no setor do petróleo e gás — os riscos estratégicos são supervisionados ao nível do Conselho de Administração, enquanto os riscos operacionais são geridos pela Comissão Executiva e pelas unidades funcionais.

INTEGRAÇÃO COM PROJETOS ESTRATÉGICOS

A gestão de riscos está totalmente integrada nos principais projetos. No caso do Greater Sunrise e do Tasi Mane, a estrutura apoia a avaliação de riscos técnicos, financeiros e comerciais; a gestão de riscos relacionados com as partes interessadas e de natureza geopolítica em projetos transfronteiriços; e o alinhamento das decisões de investimento com os objetivos de sustentabilidade a longo prazo.

CATEGORIAS DE RISCO MONITORIZADAS

Operacionais — projetos de exploração, desenvolvimento e infraestruturas

Financeiros — execução orçamental, controlo de custos, decisões de investimento

Regulamentação e conformidade — evolução dos quadros jurídicos e prestação de contas

De projeto e geopolíticos — riscos transfronteiriços e relacionados com as partes interessadas

MELHORIA CONTÍNUA

Monitorização de riscos em tempo real, maior precisão e transparência dos dados, formação contínua em matéria de conformidade, QHSE e risco operacional, e comunicação interna reforçada — consolidando uma cultura de risco forte e enraizada.

Cultura de risco enraizada

A sensibilização para o risco estende-se desde a supervisão do Conselho de Administração, passando pelas decisões executivas, até às práticas operacionais — um ciclo contínuo de identificação, monitorização, mitigação e aprendizagem que protege o valor corporativo e apoia o desenvolvimento a longo prazo dos recursos energéticos nacionais.

6.3 GESTÃO DE RISCO EMPRESARIAL

Gestão de Risco Empresarial

Governança e Estrutura de Risco

A TIMORGAP adota uma abordagem estruturada e integrada à gestão de riscos, garantindo que os riscos sejam sistematicamente identificados, avaliados, monitorizados e mitigados em toda a organização. O quadro de ERM está alinhado com:

- A estrutura de governança corporativa da empresa, incluindo a supervisão pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal
- Requisitos regulamentares nacionais e normas de responsabilização do setor público
- As melhores práticas internacionais aplicáveis ao setor do petróleo e do gás

As responsabilidades em matéria de gestão de riscos estão claramente definidas em todos os níveis de governação, sendo os riscos estratégicos supervisionados a nível do Conselho de Administração e os riscos operacionais geridos pela Comissão Executiva e pelas unidades funcionais. Isto garante uma integração de cima para baixo e de baixo para cima dos processos de gestão de riscos, reforçando a resiliência organizacional.

Medidas de mitigação e controlo de riscos

A TIMORGAP implementa um conjunto de estratégias de mitigação para gerir os riscos identificados e garantir a continuidade operacional.

As principais medidas incluem:

Reforço dos sistemas de controlo interno e dos procedimentos de governação

Implementação de ferramentas de planeamento e monitorização baseadas no risco em todas as unidades de negócio

Alinhamento das práticas operacionais com as normas internacionais, nomeadamente nas áreas de QHSE e operações técnicas

Melhorar os sistemas de supervisão financeira e de reporte, incluindo a utilização de plataformas digitais, como o SAP, e de ferramentas de gestão integradas

Além disso, a empresa continua a promover uma cultura de responsabilização e conformidade, reforçando a sensibilização para os riscos a todos os níveis da organização.

Identificação e Avaliação de Riscos

Em 2025, a TIMORGAP continuou a reforçar a sua capacidade de identificar e avaliar riscos numa vasta gama de áreas operacionais e estratégicas, incluindo:

- Riscos operacionais, associados a projetos de exploração, desenvolvimento e infraestruturas
- Riscos financeiros, incluindo a execução orçamental, o controlo de custos e as decisões de investimento
- Riscos regulamentares e de conformidade, relacionados com a evolução dos quadros jurídicos e das obrigações de reporte
- Riscos de projeto e de execução, particularmente em desenvolvimentos de grande escala, como o Greater Sunrise e o Tasi Mane
- Riscos de reputação e relacionados com as partes interessadas, ligados ao envolvimento da comunidade e à transparência

A identificação de riscos é apoiada por processos estruturados, incluindo revisões internas, avaliações de projetos e coordenação interfuncional, garantindo que os riscos potenciais sejam abordados de forma proativa.

Melhoria contínua e cultura de risco

A TIMORGAP continua a promover uma forte cultura de gestão de riscos, garantindo que a sensibilização para os riscos esteja enraizada em toda a organização.

Em 2025, isto incluiu:

- Programas contínuos de formação e sensibilização relacionados com a conformidade, QHSE e risco operacional
- Reforço dos mecanismos de comunicação interna e de reporte
- Revisão e melhoria contínuas das políticas e procedimentos de gestão de riscos

Ao promover uma abordagem proativa em relação ao risco, a empresa reforça a sua capacidade de responder eficazmente aos desafios e oportunidades emergentes.

Através destas iniciativas, a TIMORGAP pretende garantir que os riscos são geridos de forma eficaz, apoiando simultaneamente o crescimento da empresa e a sua missão de proporcionar valor sustentável para Timor-Leste.

6.4 CONFORMIDADE, ÉTICA E AQUISIÇÕES

Conformidade, Ética e Contratação Pública

A conformidade é um pilar fundamental do modelo de governação da TIMORGAP — sujeita à legislação nacional que rege as empresas públicas, as finanças públicas, o financiamento por subvenções e a prestação de contas prevista na lei, reforçada através da supervisão executiva, de procedimentos internos e de relatórios formais.

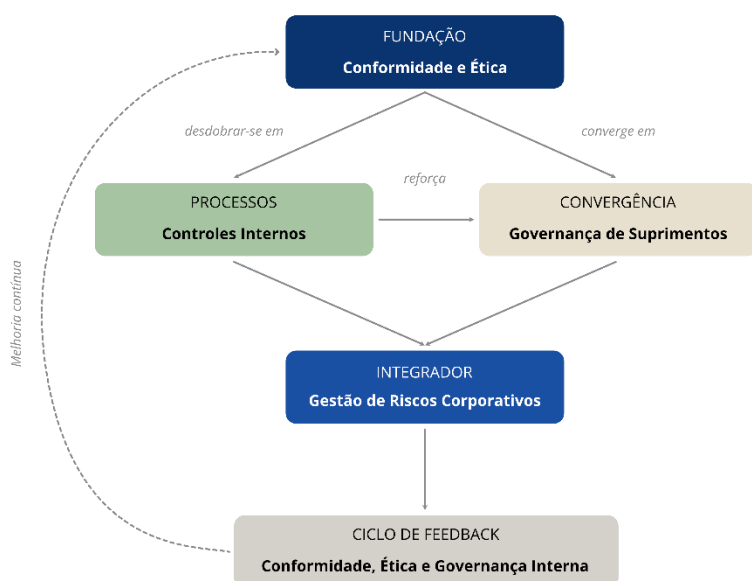
CONFORMIDADE E ÉTICA	CONTROLO INTERNO	APROVIONAMENTO
Cumprimento dos requisitos legais e dos princípios mais amplos de integridade, transparência e responsabilização. A conduta ética orienta as interações com o governo, os parceiros de joint ventures, os contratantes, os fornecedores e as comunidades — estando integrada nas decisões que envolvem recursos públicos.	Funções, responsabilidades e competências de aprovação bem definidas; separação de funções nos processos financeiros, de aquisições e operacionais; controlos orçamentais em relação aos programas de trabalho aprovados; revisões internas periódicas e auditorias externas.	Processos padronizados alinhados com os orçamentos e programas de trabalho; limiares de aprovação e escalonamento definidos; coordenação entre as funções técnicas, financeiras, jurídicas e de QHSE; supervisão da execução dos contratos e do desempenho dos fornecedores.

Integração com o quadro de risco

Os riscos de conformidade são monitorizados a par dos riscos estratégicos, financeiros e operacionais.

As deficiências de controlo são identificadas atempadamente e corrigidas através de ações corretivas.

Os riscos relacionados com as aquisições são mitigados através de processos estruturados e de supervisão.



À medida que as atividades ganham em escala e complexidade, os investimentos contínuos em sistemas, procedimentos e reforço de capacidades apoiam a transição de uma organização predominantemente financiada por subvenções para uma empresa energética nacional mais diversificada em termos operacionais — proporcionando uma base sólida para uma **execução consciente dos riscos** e uma gestão responsável dos recursos públicos.

6.4 CONFORMIDADE, ÉTICA E AQUISIÇÕES

Conformidade, Ética e Contratação Pública

CONFORMIDADE E CONDUTA ÉTICA

A Empresa está sujeita à legislação nacional que rege as empresas públicas, as finanças públicas, o financiamento por subvenções e a prestação de contas prevista na lei — incluindo a apresentação atempada das contas anuais à «Câmara de Contas». As responsabilidades em matéria de conformidade estão integradas em toda a organização e são reforçadas através da supervisão executiva, de procedimentos internos e de relatórios formais. A conduta ética orienta as interações com o governo, os parceiros de joint ventures, os contratantes, os fornecedores e as comunidades.

AMBIENTE DE CONTROLO INTERNO

Um ambiente de controlo interno proporciona garantias razoáveis quanto à prestação de contas, à salvaguarda dos ativos, à conformidade legal e à eficácia operacional — através de funções e competências de aprovação claramente definidas, da separação de funções nos processos financeiros, de aquisições e operacionais, de controlos orçamentais em relação aos programas de trabalho aprovados e de revisões internas periódicas e auditorias externas, continuamente reforçados através de sistemas de TIC e de gestão financeira.

AROVISIONAMENTO

Uma área de grande impacto para uma organização com elevada intensidade de capital. As aquisições são regidas por políticas definidas que garantem equidade, transparência, boa relação custo-benefício e conformidade com as regras do setor público — processos padronizados alinhados com os orçamentos aprovados, limiares de aprovação e escalonamento definidos, coordenação entre as funções técnicas, financeiras, jurídicas e de QHSE, e supervisão da execução dos contratos e do desempenho dos fornecedores. Estes controlos são particularmente relevantes para atividades financiadas por subvenções, sujeitas a um escrutínio mais rigoroso.

EITI E TRANSPARÊNCIA

Na qualidade de empresa petrolífera nacional, a TIMORGAP opera num quadro de transparência reforçada. A supervisão do Conselho de Administração garante a divulgação precisa, atempada e abrangente de informação financeira e não financeira ao abrigo da EITI, reforçando o papel da Empresa como gestora responsável dos recursos nacionais e apoiando a confiança do público na gestão das receitas do setor extrativo.

Maturidade da governação

O modelo de governação reflete a maturidade em evolução da empresa — numa transição de uma entidade puramente detentora de ativos para um operador complexo e patrocinador de projetos, com uma plataforma capaz de apoiar investimentos upstream de longa duração, infraestruturas nacionais de elevado valor e um envolvimento crescente com parceiros e reguladores internacionais.

6.5 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E COM AS PARTES INTERESSADAS

Relações com as Partes Interessadas

A TIMORGAP opera no seio de uma densa rede de relações institucionais — com o Estado como acionista, com entidades reguladoras e instituições financeiras, e com parceiros internacionais. A gestão transparente destas relações é fundamental para a governação da empresa e para a sua capacidade de executar projetos a longo prazo.

O Estado e o Governo

Enquanto empresa pública, a TIMORGAP cumpre um mandato público, operando no âmbito da política energética nacional sob a alçada do Ministério do Petróleo e Recursos Minerais (MPRM) e dos quadros jurídicos que regem as atividades petrolíferas e o Fundo Petrolífero.

Regulador e financiamento

Colaboração com a autoridade nacional do petróleo (ANPM) em matéria de contratos e conformidade, e com o Fundo Petrolífero através do **Banco Central de Timor-Leste**, que assegura o financiamento a longo prazo da participação no projeto Greater Sunrise.

Parceiros do setor

Relações de joint-venture e comerciais com operadores e parceiros internacionais — incluindo a Sunrise JV, a ENI, a Santos, a Finder Energy e a SundaGas — que permitem a partilha de riscos, a transferência de tecnologia e o acesso às melhores práticas globais.

Regional e multilateral

Participação na EITI e na cooperação energética regional — ASCOPE, e colaboração com a PTT e a Pertamina — apoiando o reforço de capacidades, a transparência e a integração de Timor-Leste na sequência da adesão à ASEAN.

Prestação de contas aos órgãos de supervisão — a prestação de contas financeiras prevista na lei inclui a apresentação atempada das contas anuais à **Câmara de Contas**, em conformidade com a legislação nacional que rege as entidades públicas. A auditoria externa independente das demonstrações financeiras consolidadas proporciona uma garantia adicional ao Estado e às partes interessadas.

Conclusão

A solidez e a transparência destas relações constituem um ativo estratégico. À medida que a TIMORGAP passa de uma entidade detentora de ativos para um operador ativo e promotor de projetos, uma gestão disciplinada das partes interessadas — incluindo o governo, as entidades reguladoras, os financiadores e os parceiros — sustenta tanto a credibilidade como a viabilidade da sua agenda a longo prazo.

SECÇÃO 07 — DE 09

Análise Financeira

Desempenho, rentabilidade, liquidez e alocação de capital em todo o Grupo.

- DESTAQUES FINANCEIROS
- RECEITAS E DESEMPENHO OPERACIONAL
- RENTABILIDADE E EBITDA
- POSIÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA
- POSIÇÃO FINANCEIRA E LIQUIDEZ

7.1 DESTACADOS FINANCEIROS

Destques Financeiros

O ano de 2025 reflete a continuação do cumprimento do mandato da TIMORGAP enquanto empresa petrolífera nacional — investimento significativo em projetos energéticos de longo prazo numa fase de pré-produção com elevada intensidade de capital, apoio governamental sustentado e o desenvolvimento contínuo de ativos-chave.

RECEITAS 36,9 milhões ▲ 31% em relação a 2024 dólares	RESULTADO LÍQUIDO (36,7) Devido aos custos financeiros	EBITDA Positivo Operações resilientes	QUOTA DE SUBVENÇÕES 83% da receita total
---	---	--	---

RECEITAS E DESEMPENHO OPERACIONAL

O **desempenho das receitas** foi impulsionado pelo crescimento das receitas de contratos de serviços no âmbito das atividades relacionadas com hidrocarbonetos, pelas contribuições estáveis das operações de comercialização de combustíveis e pelo reconhecimento contínuo de subvenções governamentais (83% da receita total). A nível operacional, o Grupo continuou a gerar **um EBITDA positivo**, confirmando a resiliência das atividades principais antes dos efeitos de financiamento e imparidade.

A **estrutura de custos** em 2025 manteve-se alinhada com as prioridades estratégicas de investimento da TIMORGAP, com as despesas concentradas na exploração upstream, no desenvolvimento do Greater Sunrise, na gestão do programa Tasi Mane, no desmantelamento de Bayu-Undan e nas atividades Downstream.

POSIÇÃO FINANCEIRA

A carteira de atividades upstream do Grupo encontra-se, em grande parte, em fases de exploração, avaliação ou pré-desenvolvimento, pelo que o CAPEX registado está associado ao aumento dos ativos tangíveis. Tendo em conta a carteira de atividades upstream da empresa, apenas o projeto Greater Sunrise está registado como «Ativos em Desenvolvimento».

Consequentemente, o balanço reflete investimentos capitalizados e com risco reduzido, enquanto uma parte significativa do potencial estratégico e económico do Grupo permanece fora do balanço, dependendo de futuros marcos de desenvolvimento

RECEITAS NÃO OPERACIONAIS 82,8% Outras receitas: 30,6 milhões de dólares / Receitas: 36,9 milhões de dólares	RECEITAS DE SERVIÇOS +641% 5,9 milhões de USD contra 797 mil USD em 2024	MARGEM DE RETALHO DE COMBUSTÍVEIS +130% Taxa de margem bruta: 29% (2025) contra 20% (2024)	PERDAS POR IMPAIRMENT -79% 1,1 milhões de USD contra 5,0 milhões de USD em 2024
---	---	---	--

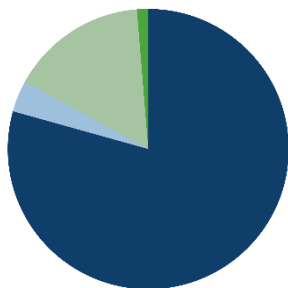
O principal fator determinante do resultado

O prejuízo líquido não tem origem nas operações. É quase inteiramente atribuível a **custos financeiros líquidos de 37,8 milhões de dólares** — juros acumulados sobre empréstimos de longo prazo de cerca de **874 milhões de dólares** (uma linha de crédito de 650 milhões de euros) contraídos para garantir a participação maioritária do Estado no Greater Sunrise. O reembolso está alinhado com a realização de valor futuro, em vez da geração de caixa a curto prazo.

7.2 ANÁLISE DE RECEITAS, CUSTOS E CAPEX

Receitas e Desempenho Operacional

■ Subsídios Governamentais ■ Venda de Combustível
■ Serviços ■ Não Comerciais



Fonte	2025 (USD)	2024 (USD)	Var.
Receitas — Total	36 934 309	28 165 281	▲ 31,1%
Subsídios do Estado	29 243 671	27 009 451	▲ 8,3%
Serviços	5 904 323	797 109	▲ 640,7%
Venda a retalho de combustíveis	453 786	278 319	▲ 63,0%
Receitas não comerciais % da receita	82,8%	96,2%	-13 pp
% das receitas comerciais	17%	4%	+13 pp

As receitas da TIMORGAP em 2025 continuam a refletir a execução contínua do seu mandato estratégico enquanto empresa petrolífera nacional, caracterizado por investimentos significativos em projetos energéticos de longo prazo numa fase de pré-produção com elevada intensidade de capital, apoio governamental sustentado e o desenvolvimento contínuo de ativos-chave

Rubrica de custos	2025	2024	Var.
Despesas com pessoal	6,8 milhões	5,8 milhões	▲ 17,7%
Custos de E&E	8,4 milhões	41 mil	+20 482 %
Outras despesas	18,4 milhões	13,5 milhões	▲ 36,4%
Custos financeiros	37,8 milhões	36,1 milhões	▲ 4,7%
Depreciação e amortização	1,0 M	1,0 M	▲ 0,1%
Imparidade	1,1M	5,0M	▼ 79,0%

Despesas com pessoal **6,8 milhões**
Desenvolvimento de capacidades e reforço institucional **▲ 17,7%**

Exploração e avaliação **8,4 milhões**
Intensificação das atividades técnicas upstream **▲ ×205**

Outras despesas **18,4 milhões**
Custos de apoio operacional e relacionados com projetos **▲ 36,4%**

PERFIL DE ATIVIDADE DO SEGMENTO

UPSTREAM

Exploração, avaliação e pré-desenvolvimento em blocos onshore e offshore. As despesas com E&E aumentaram de 40 mil USD para 8,4 milhões de USD — exploração offshore e onshore, Greater Sunrise, Bayu-Undan e Tasi Mane.

Custos de E&E: 40 715 – 8,4M
+20 482 % em relação ao ano anterior

Exploração offshore e onshore, Greater Sunrise, Bayu-Undan, Tasi Mane.

Downstream

Principal fonte de atividade operacional a curto prazo e de receitas geradas internamente — retalho de combustíveis, comercialização, logística, aviação e apoio marítimo. A comercialização de combustíveis e os serviços do Grupo registaram um forte crescimento em 2025.

Total: 6,4 milhões ▲ 491,2%
Serviços: 5,9 milhões ▲ 640,7%
Venda a retalho de combustíveis: 454 mil ▲ 63,0%
Taxa de margem bruta: 20% → 29%
Margem de retalho de combustíveis: +130% para 130,8 mil USD

Crescimento dos custos proporcional, margens em expansão

O crescimento dos custos manteve-se proporcionalmente inferior ao crescimento das receitas, contribuindo para a expansão das margens. O aumento dos custos de exploração e avaliação sublinha o avanço ativo da estratégia upstream da Empresa, enquanto o aumento das despesas com pessoal reflete o reforço da capacidade organizacional e dos recursos técnicos.

7.3 RENTABILIDADE, EBITDA E SITUAÇÃO FISCAL

Rentabilidade e EBITDA

O EBITDA diminuiu para 3,2 milhões de dólares (2024: 8,6 milhões de dólares) — não se tratando de uma deterioração da capacidade operacional principal, mas sim da aceleração deliberada das despesas relacionadas com a exploração e com os projetos durante o ano.

Da receita ao EBITDA — 2025

Item	Value (millions of USD)
Receita	36.9
Gastos com Pessoal	-6.8
Exploração	-8.4
Outras Despesas	-18.4
EBITDA	3.2

3,2

EBITDA, milhões de USD

▼ 63,1%

1,0

Depreciação e amortização, milhões de USD

estável

1,1

Perdas por imparidade, em milhões de USD

▼ 79% (era 5,0)

1,1

EBIT, em milhões de USD

resultado operacional positivo

Rubrica da demonstração de resultados (milhares de USD)	2025	2024	Varição em %
Receitas	36 934	28 165	▲ 31,1%
Custo das vendas + inventário	(323)	(222)	▲ 46%
Despesas com pessoal	(6 833)	(5 805)	▲ 17,7%
Custos de I&D	(8 421)	(41)	+20 482 %
Outras despesas	(18 396)	(13 484)	▲ 36,4%
Outros ganhos	213	—	—
EBITDA	3 175	8 614	▼ 63,1%
Depreciações e amortizações	(1 014)	(1 013)	▲ 0,1%
Imparidade	(1 052)	(5 017)	▼ 79,0%
EBIT	1 109	2 584	▼ 57,1%
Custos financeiros	(37 756)	(36 059)	▲ 4,7%
EBT	(36 647)	(33 474)	▼ 9,5%
Impostos	(59)	(3)	—
Resultado líquido	(36 706)	(33 477)	▼ 9,6%

Apesar do crescimento das receitas, o Grupo registou um prejuízo líquido de **36,7 milhões de dólares**, um aumento de 9,6% em relação ao ano anterior — impulsionado pelos custos financeiros de 37,8 milhões de dólares relativos a empréstimos de longo prazo, o principal fator determinante do resultado final.

Em consequência do exposto, o EBITDA diminuiu 63,1%, passando de 8,6 milhões de dólares em 2024 para 3,2 milhões de dólares em 2025. Esta redução não reflete uma deterioração da capacidade operacional principal, mas sim a aceleração deliberada das despesas relacionadas com a exploração e com os projetos durante o ano.

Rentabilidade

Os resultados do Grupo continuaram a ser fortemente influenciados pela sua estrutura de custos financeiros. Os custos financeiros líquidos de 37,8 milhões de dólares — juros acumulados sobre empréstimos de longo prazo de cerca de 876,7 milhões de dólares associados a ativos estratégicos upstream, nomeadamente o Greater Sunrise — continuam a ser o principal fator determinante do resultado final. O prejuízo antes de impostos foi de 36,6 milhões de dólares; o resultado líquido foi um prejuízo de 36,7 milhões de dólares (2024: 33,5 milhões de dólares).

7.3 RENTABILIDADE, EBITDA E SITUAÇÃO FISCAL

Situação fiscal

QUADRO FISCAL

A Empresa e o Grupo registaram resultados negativos; consequentemente, **não** foi reconhecido **qualquer imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas corrente** para o exercício, em consonância com o exercício anterior e com a legislação aplicável. O imposto diferido é contabilizado de acordo com as IFRS utilizando o método da responsabilidade — os ativos por imposto diferido relativos a prejuízos fiscais não são reconhecidos, uma vez que a sua utilização depende de lucros tributáveis futuros que ainda não podem ser demonstrados de forma fiável.

Imposto sobre o Rendimento Corrente

Não foi reconhecido qualquer imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas corrente em 2025 nem em 2024. A Empresa e o Grupo registaram resultados negativos ao longo do ano. Taxa de imposto em Timor-Leste: 10%.

Imposto Diferido

Contabilizado de acordo com as IFRS utilizando o método da responsabilidade. Passivo fiscal diferido líquido: 120 mil USD (2024: 148 mil USD). Os ativos fiscais diferidos relativos a prejuízos fiscais não são reconhecidos — a sua utilização depende de lucros tributáveis futuros que ainda não são demonstráveis.

Retenções na fonte e contribuições

A TIMORGAP pagou atempadamente o imposto retido na fonte à Autoridade Fiscal de Timor-Leste sobre: salários e vencimentos, pagamentos de rendas e pagamentos a fornecedores e consultores não residentes. A contribuição legal de 6% para a segurança social a cargo da entidade patronal sobre os salários locais também foi cumprida.

Greater Sunrise — Fiscalidade Internacional

Algumas subsidiárias constituem estabelecimentos estáveis ao abrigo da legislação fiscal australiana. O regime aplicável permanece sujeito a incerteza, enquanto se aguarda a finalização da legislação fiscal específica relativa ao PSC e ao GSSRA. Não foi reconhecido qualquer imposto retido na fonte — qualquer obrigação depende de futuros resultados regulamentares.

Governança e risco

A conformidade fiscal e a gestão do risco fiscal são supervisionadas no âmbito de um quadro mais alargado de governação e controlo interno. A administração analisa periodicamente as posições fiscais adotadas nos relatórios financeiros e nas declarações fiscais, especialmente nos casos em que é necessária uma interpretação, constituindo provisões sempre que apropriado.

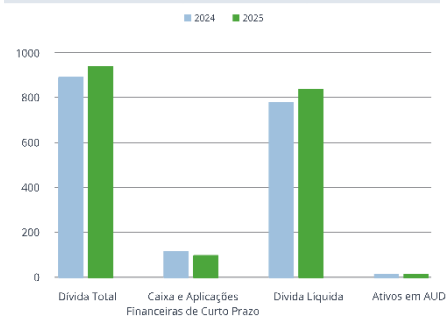
7.4 LIQUIDEZ E SITUAÇÃO FINANCEIRA

Liquidez e Situação Financeira

A situação financeira reflete os investimentos estratégicos a longo prazo e a respetiva estrutura de financiamento. Apresentada com base no capital empregado, mostra como os recursos são investidos e como esses investimentos são financiados.

Balanço (Grupo, USD)	2025	2024	Var.
Ativos fixos líquidos (PPE)	1 940 493	2 218 306	▼ 12,5%
Ativos por direito de uso	2 272 362	2 878 326	▼ 21,1%
Ativos em desenvolvimento	8 514 079	6 898 378	▲ 23,4%
Total de ativos não correntes	15 316 548	16 525 381	▼ 7,3%
Caixa e equivalentes de caixa	78 657 310	90 123 581	▼ 12,7%
Outros ativos financeiros	16 525 699	15 930 903	▲ 3,7%
Total do ativo circulante	96 884 679	106 898 178	▼ 9,4%
Total do ativo	112 201 227	123 423 559	▼ 9,1%
Total do passivo circulante	(105 404 574)	(117 111 979)	▼ 10,0%
Empréstimos a longo prazo	(874 085 136)	(836 445 105)	▲ 4,5%
Capital próprio total	(870 233 027)	(833 500 366)	▼ 4,4%

Fluxo de caixa (em milhares de USD)	2025	2024
Operacional	(9 849)	(2 818)
Investimento	(972)	(12 330)
Financiamento	(646)	(782)
Saldo de caixa	78 657	90 124



PATRIMÓNIO LÍQUIDO E ESTRUTURA DE CAPITAL

A posição patrimonial negativa do Grupo, no valor de **(870,2) milhões de dólares**, reflete a estrutura de financiamento a longo prazo adotada para garantir a participação maioritária do Estado na Greater Sunrise. Os empréstimos a longo prazo, no valor aproximado de **874 milhões de dólares**, dominam o balanço — o reembolso está estruturado de forma a alinhar-se com a realização de valor futuro, em vez da geração de caixa a curto prazo.

LIQUIDEZ E FONTES DE FINANCIAMENTO

A liquidez é sustentada por subvenções governamentais contínuas (83 % da receita total), pela geração contínua de caixa operacional proveniente das atividades Downstream e por um perfil de serviço da dívida alinhado. A Empresa mantém uma gestão de tesouraria ativa para garantir que as obrigações sejam cumpridas de acordo com a fase de desenvolvimento da sua carteira de ativos.

DÍVIDA TOTAL - BCTL

874,1 M

▲ 4% face a 836,5M — estrutural

CAIXA E ATIVOS DE CURTO PRAZO

78,7 milhões

▼ face aos 90,1 milhões em 2024

DÍVIDA LÍQUIDA

795,4 milhões

▲ face aos 746,3 milhões em 2024

ATIVOS EM DESENVOLVIMENTO

8,5 milhões

▲ em relação aos 6,9 milhões em 2024

Interpretação estratégica

O capital próprio manteve-se negativo em (868,6) milhões de dólares, impulsionado por custos financeiros que excederam os resultados operacionais. Esta situação deve ser interpretada no contexto do mandato da TIMORGAP enquanto empresa petrolífera nacional de Timor-Leste — uma empresa energética em fase de desenvolvimento, apoiada pelo Estado, em que a valorização é esperada num horizonte alargado, em vez de através da geração de caixa a curto prazo. Apesar de uma estrutura altamente alavancada, o Grupo manteve uma forte reserva de liquidez.

SECÇÃO 08 — DE 09

Demonstrações Financeiras

As nossas demonstrações financeiras de 31.12.2025 de acordo com as IFRS

- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
- DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA
- DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
- DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
- NOTAS EXPLICATIVAS AOS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

TIMOR GAP, E.P.

Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

		Grupo		Empresa	
	NOTAS	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A T I V O					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	11	1 940 493	2 218 306	1 838 315	2 160 381
Direitos de uso de ativos	11	2 272 362	2 878 326	2 272 362	2 878 326
Ativos em curso		308 490	187 224	308 490	187 224
Ativos Intangíveis	11	-	20 864	-	20 864
Ativos Intangíveis em desenvolvimento	12	8 514 079	6 898 378	-	
Ativo financeiros					
Investimentos	13	255 908	-	138 000	1 197 446
Empréstimos concedidos	14	-	-	-	14 608 683
Outros ativos financeiros	18	2 016 490	4 001 754	-	-
Outros ativos não corrente	19	8 726	320 529	-	-
Total ativo não corrente		15 316 548	16 525 381	4 557 167	21 052 924
Ativo corrente					
Inventários	15	127 778	126 453	127 778	126 453
Ativos financeiros					
Empréstimos concedidos	14	179 000	112 630	179 000	3 243 601
Clientes	16	1 254 459	93 755	182 034	37 970
Caixa e equivalentes de caixa	17	78 657 310	90 123 581	38 142 967	39 711 461
Outros ativos financeiros	18	16 525 699	15 930 903	43 372 427	42 805 933
Outros ativos correntes	19	140 433	510 856	117 121	504 432
Total ativo corrente		96 884 679	106 898 178	82 121 327	86 429 850
Total do ativo		112 201 227	123 423 559	86 678 494	107 482 774
P A S S I V O E C A P I T A L P R Ó P R I O					
Passivo					
Passivo não corrente					
Passivos por impostos diferidos (líquido)	20	120 346	147 583	120 346	147 583
Passivos financeiros					
Empréstimos obtidos	21	874 085 136	836 445 105		
Passivos de locação	30	1 678 262	2 221 012	1 678 262	2 221 012
Provisões	22	1 145 936	998 246	1 145 936	998 246
Total passivo não corrente		877 029 680	839 811 946	2 944 544	3 366 841
Passivo corrente					
Passivos financeiros					
Fornecedores	23	4 246 321	2 592 509	1 584 508	2 204 734
Passivos de locação	30	658 543	645 630	658 543	645 630
Outros passivos financeiros	24	308 316	579 843	240 672	80 909
Provisões	25	93 266	33 237	39 747	32 464
Outros passivos correntes	26	100 098 128	113 260 760	77 281 075	78 554 421
Total passivo corrente		105 404 574	117 111 979	79 804 545	81 518 158
Total do passivo		982 434 254	956 923 925	82 749 089	84 884 999
Capital próprio					
Capital realizado	27	2 500 000	2 500 000	2 500 000	2 500 000
Resultados transitados	27	(872 808 001)	(836 075 326)	1 429 405	20 097 775
Interesses que não controlam		74 974	74 960	-	-
Total capital próprio		(870 233 027)	(833 500 366)	3 929 405	22 597 775
Total do capital próprio e do passivo		112 201 227	123 423 559	86 678 494	107 482 774

Ver notas anexas às demonstrações financeiras

1-42

Conforme o nosso relatório da mesma data

Grant Thornton Bharat LLP**Em nome e por conta do Conselho de Administração****Local:** Díli, Timor-Leste**Data:** 30 de abril de 2026**Presidente e CEO****Local:** Díli, Timor-Leste**Data:** 30 de abril de 2026**Membro do Conselho de Administração****Local:** Díli, Timor-Leste**Data:** 30 de abril de 2026

TIMOR GAP, E.P.

Demonstração dos resultados por naturezas e do rendimento integral em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

		Grupo		Empresa	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos					
Rédito de contratos com clientes	4	6 358 109	1 075 428	453 786	278 319
Outros rendimentos	5	30 576 200	27 089 853	17 507 108	17 683 817
Total dos rendimentos (A)		36 934 309	28 165 281	17 960 894	17 962 136
Gastos					
Compra de inventário de combustível		324 352	237 070	324 352	237 070
Aumento/(diminuição) de inventários	6	(1 325)	(15 558)	(1 325)	(15 558)
Gastos com benefícios dos empregados	7	6 832 551	5 804 976	5 624 785	5 019 724
Gastos de exploração e avaliação	8	8 420 707	40 715	-	-
Gastos financeiros	9	37 755 823	36 058 773	115 793	39 606
Gastos de depreciação e amortização	11	1 014 114	1 013 317	995 096	997 541
Perdas por imparidade	12	1 052 086	5 016 653	-	-
Outros gastos	10	18 396 177	13 483 637	29 568 045	11 648 163
Total dos gastos (B)		73 794 485	61 639 583	36 626 746	17 926 546
Resultado/(perda) antes da quota-parte do resultado/(perda) dos investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e do imposto (C) = (A-B)					
		(36 860 176)	(33 474 302)	(18 665 852)	35 590
Quota-parte do resultado dos investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial (D)					
		213 158	-	-	-
Resultado/(perda) antes de imposto (E) = (C+B)					
		(36 647 018)	(33 474 302)	(18 665 852)	35 590
Imposto corrente sobre o rendimento	20	83 125	-	-	-
Gasto/Rendimento de imposto diferido	20	(24 262)	2 642	(24 262)	2 642
Imposto sobre o rendimento (F)		58 863	2 642	(24 262)	2 642
Resultado líquido do período (G) = (E-F)					
		(36 705 881)	(33 476 944)	(18 641 590)	32 948
Outro rendimento integral					
Itens que não serão reclassificados para resultados:					
Ganho/(perda) de remensuração dos planos de benefícios definidos (líquido)		(29 756)	111 774	(29 756)	111 774
Efeito fiscal sobre os itens acima		2 976	(11 177)	2 976	(11 177)
Total de outro rendimento integral (H)		(26 780)	100 597	(26 780)	100 597
Resultado integral total do período (I) = (G+H)					
		(36 732 661)	(33 376 347)	(18 668 370)	133 545
Resultado líquido atribuível a:					
TIMOR GAP, E.P.		(36 705 895)	(33 476 962)	-	-
Interesses que não controlam		14	18	-	-
Resultado integral total atribuível a:					
TIMOR GAP, E.P.		(36 732 675)	(33 376 365)	-	-
Interesses que não controlam		14	18	-	-

Conforme o nosso relatório da mesma data

Grant Thornton Bharat LLP

Em nome e por conta do Conselho de Administração

Local: Díli, Timor-Leste

Data: 30 de abril de 2026

Presidente e CEO

Local: Díli, Timor-Leste

Data: 30 de abril de 2026

Membro do Conselho de Administração

Local: Díli, Timor-Leste

Data: 30 de abril de 2026

Timor GAP, E.P

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes de impostos	(36 647 018)	(33 474 302)	(18 665 852)	35 590
Ajustamentos relativos a:				
Depreciação e amortização	1 014 114	1 013 317	995 096	997 541
Perdas por imparidade	1 052 086	5 016 653	-	-
Gastos com juros	37 640 030	36 019 167	-	-
Gasto financeiro relativo a passivos de locação	115 793	39 606	115 793	39 606
Perda na alienação de ativos fixos tangíveis	-	2 496	-	2 469
Rendimentos de juros não realizados/nocionais	(315 990)	(76 719)	(409 954)	(300 779)
Provisão para créditos de cobrança duvidosa	163 275	-	163 275	-
Rendimentos de dividendos de subsidiárias				(223 336)
Participação nos resultados de investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	(213 158)	-	-	-
Ajustamentos sem impacto em caixa (ver Nota 37)	-	-	18 994 136	-
Aumento / (redução) de fornecedores	1 653 812	(2 045 979)	(620 226)	233 665
Aumento / (redução) de outros passivos financeiros correntes	4 536	(832)	3 174	10 104
Aumento / (redução) de provisões	125 217	102 242	125 217	102 242
Aumento / (redução) de outros passivos	(13 162 632)	(8 321 054)	(1 273 345)	(8 004 454)
(Aumento) / redução de clientes	(1 160 704)	(27 370)	(144 065)	(27 369)
(Aumento) / redução de outros ativos financeiros	(456 815)	(543 642)	(695 438)	(17 075 667)
(Aumento) / redução de inventários	(1 325)	(15 558)	(1 325)	(15 558)
(Aumento) / redução de outros ativos correntes	370 423	(499 355)	387 311	(504 432)
Imposto sobre o rendimento pago	(30 378)	(6 485)		
Fluxos de caixa líquidos gerados pelas / (utilizados nas) atividades operacionais (A)	(9 848 734)	2 817 842	(1 026 203)	(24 730 378)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos relativos a ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis	(111 899)	(533 781)	(48 627)	(529 176)
Pagamentos relativos a ativos intangíveis em desenvolvimento	(2 793 638)	(11 731 849)	-	-
Investimentos em subsidiárias	-	-	(5 000)	(15 000)
Juros recebidos	-	3 482	-	1 677
Dividendos recebidos de subsidiária	-	-	223 336	-
Recebimentos provenientes da alienação de ativos fixos tangíveis	-	44 600	-	44 600
Empréstimos concedidos	(66 370)	(112 630)	(66 370)	(112 630)
Recebimentos provenientes do resgate de depósitos a prazo	2 000 000	-	-	-
Fluxos de caixa líquidos gerados pelas/(utilizados nas) atividades de investimento (B)	(971 907)	(12 330 178)	103 339	(610 529)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamentos de passivos de locação	(645 630)	(632 971)	(645 630)	(632 971)
Pagamento de dividendos a acionistas com interesses que não controlam	-	(148 891)	-	-
Fluxos de caixa líquidos utilizados nas atividades de financiamento (C)	(645 630)	(781 862)	(645 630)	(632 971)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa (A+B+C)	(11 466 271)	(10 294 198)	(1 568 494)	(25 973 878)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	90 123 581	106 053 463	39 711 451	65 685 339
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	78 657 310	90 123 581	38 142 967	39 711 461

Ver notas anexas às demonstrações financeiras

1-42

Conforme o nosso relatório da mesma data

Grant Thornton Bharat LLP

Em nome e por conta do Conselho de Administração

Local: Díli, Timor-Leste

Data: 30 de abril de 2026

Presidente e CEO

Local: Díli, Timor-Leste

Data: 30 de abril de 2026

Membro do Conselho de Administração

Local: Díli, Timor-Leste

Data: 30 de abril de 2026

Timor GAP, E.P

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio

Montantes expressos em USD

A. Capital realizado

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Capital realizado no início do exercício	2 500 000	2 500 000	2 500 000	2 500 000
Recebido durante o exercício	-	-	-	-
Capital realizado no final do exercício	2 500 000	2 500 000	2 500 000	2 500 000

B. Resultados transitados

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(836 075 326)	(802 698 961)	20 097 775	19 964 230
Resultado líquido do exercício	(36 705 895)	(33 476 962)	(18 641 590)	32 948
Outro rendimento integral	(26 780)	100 597	(26 780)	100 597
Resultado integral total do exercício	(36 732 675)	(33 376 365)	(18 668 370)	133 545
Saldo no final do exercício	(872 808 001)	(836 075 326)	1 429 405	20 097 775

C. Interesses que não controlam

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	74 960	223 833	-	-
Resultado integral total do exercício	14	18	-	-
Pagamento de dividendos a interesses que não controlam	-	(148 891)	-	-
Saldo no final do exercício	74 974	74 960	-	-

Ver notas anexas às demonstrações financeiras 1-42

Conforme o nosso relatório da mesma data

Grant Thornton Bharat LLP

Em nome e por conta do Conselho de Administração

Local: Díli, Timor-Leste

Data: 30 de abril de 2026

Presidente e CEO

Local: Díli, Timor-Leste

Data: 30 de abril de 2026

Membro do Conselho de Administração

Local: Díli, Timor-Leste

Data: 30 de abril de 2026

Estas notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Sociedade e o Grupo

a) Informações sobre a sociedade

A TIMOR GAP, E.P. (“a Sociedade” ou “a Empresa-mãe”) é uma sociedade de responsabilidade limitada por quotas (“Sociedade por Quotas”), constituída e domiciliada na República Democrática de Timor-Leste, com sede registrada no Timor Plaza, Piso 3, Rua Presidente Nicolau Lobato, Comoro, Díli, Timor-Leste.

A TIMOR GAP, E.P. tem como objeto social a exploração e o desenvolvimento de recursos de hidrocarbonetos, através das suas subsidiárias, bem como a comercialização de produtos petrolíferos.

As demonstrações financeiras separadas e consolidadas da TIMOR GAP, E.P. e das suas subsidiárias — coletivamente, “o Grupo” — e da sua associada, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram autorizadas para emissão por deliberação dos administradores em 30 de abril de 2026.

b) Informação do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e da sua associada incluem:

Subsidiárias:

Nome	Atividades principais	País de constituição	Participação detida	
			31/12/2025	31/12/2024
TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Marine, Aviation & Logistic Services, Unipessoal, Lda. (anteriormente TIMOR GAP Marine Oil & Gas and Logistic Services, Unipessoal, Lda.)	Serviços logísticos e de apoio	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Drilling & Seismic Services, Unipessoal, Lda. (anteriormente TIMOR GAP Drilling & Services, Unipessoal, Lda.)	Serviços de perfuração e de apoio	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda.*	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.*	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.*	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.*	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
South Horizon Offshore Services, Unipessoal, Lda.	Serviços de apoio	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda.	Serviços de prospeção sísmica	República Democrática de Timor-Leste	60%	60%
TIMOR GAP Pualaca, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Rarahana Block, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP BAYU-UNDAN 19 12, Unipessoal, Lda.^	Produção de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP BAYU-UNDAN 19 13, Unipessoal, Lda.^	Produção de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP PSC TL-OT-22-22, Unipessoal, Lda.^	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP PSC TL-SO-22-23, Unipessoal, Lda.^	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%

* Referida como Grupo *Greater Sunrise*.

^ Constituída em 19 de agosto de 2024.

Investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:

Nome	Atividades principais	País de constituição	Participação detida	
			31/12/2025	31/12/2024
Weststar-GAP Aviation, Lda.	Serviços de apoio	República Democrática de Timor-Leste	45%	45%

2. Resumo das políticas contabilísticas materiais

a) Bases de preparação e consolidação

Bases de preparação

As demonstrações financeiras da Sociedade e do Grupo foram preparadas de acordo com as *Normas Internacionais de Relato Financeiro — International Financial Reporting Standards (IFRS)* — e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)* aplicáveis às sociedades que reportam segundo as IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e em vigor à data das presentes demonstrações financeiras. Cada política contabilística foi aplicada de forma consistente, salvo indicação em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base do acréscimo, a mensuração é ao custo histórico, exceto conforme divulgado nas políticas contabilísticas abaixo.

As demonstrações financeiras são apresentadas em dólares dos Estados Unidos (USD), que correspondem à moeda funcional e à moeda de apresentação da Sociedade, sendo todos os valores arredondados ao dólar dos Estados Unidos (USD) mais próximo, salvo indicação em contrário.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da empresa-mãe e entidades sob o seu controlo. O controlo é obtido quando o Grupo se encontra exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder sobre a investida, isto é, direitos existentes que lhe conferem a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida;
- Exposição, ou direitos, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o montante dos seus retornos.

Geralmente, presume-se que a maioria dos direitos de voto resulta em controlo. Para suportar esta presunção, e quando o Grupo detém menos do que a maioria dos direitos de voto ou direitos similares de uma investida, o Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes na avaliação sobre se tem poder sobre a investida, incluindo:

- Os acordos contratuais com os restantes detentores de direitos de voto da investida;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Os direitos de voto e potenciais direitos de voto do Grupo.

O Grupo reavalia se controla ou não uma investida quando os factos e circunstâncias indicam que ocorreram alterações a um ou mais dos três elementos de controlo.

A consolidação de uma subsidiária inicia-se quando o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária e cessa quando o Grupo perde o controlo sobre a subsidiária. Os ativos, passivos, rendimentos e gastos de uma subsidiária adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtém controlo até à data em que o Grupo deixa de controlar a subsidiária.

O resultado e cada componente do outro rendimento integral — *Other Comprehensive Income (OCI)* — são atribuídos aos detentores de capital da empresa-mãe do Grupo e aos interesses que não controlam, mesmo que tal resulte num valor negativo dos interesses que não controlam.

Quando necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para alinhar as respetivas políticas contabilísticas com as políticas contabilísticas do Grupo.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

Todos os ativos e passivos, capital próprio, rendimentos, gastos, transações, ganhos e perdas não realizados e fluxos de caixa intragrupo relacionados com transações entre empresas do Grupo são eliminados integralmente na consolidação.

Uma alteração na participação detida numa subsidiária, sem perda de controlo, é contabilizada como uma transação de capital próprio.

Interesses em investimentos mensurados pelo método da equivalência patrimonial

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento numa associada ou num empreendimento conjunto é inicialmente reconhecido pelo custo.

O valor contabilístico do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na quota-parte do Grupo nos ativos líquidos da associada ou do empreendimento conjunto desde a data de aquisição.

O goodwill relativo à associada ou ao empreendimento conjunto é incluído no valor contabilístico do investimento financeiro e não é amortizado nem sujeito individualmente a testes de imparidade.

b) Classificação como corrente e não corrente

A Sociedade apresenta os ativos e passivos na demonstração da posição financeira com base na classificação corrente / não corrente.

Um ativo é classificado como corrente quando:

- Se espera que seja realizado, vendido ou consumido no ciclo operacional normal;
- É detido principalmente com a finalidade de negociação;
- Se espera que seja realizado no prazo de doze meses após o período de relato; ou
- Corresponde a caixa ou equivalente de caixa, salvo se a sua troca ou utilização para liquidar um passivo estiver restringida durante pelo menos doze meses após o período de relato.

Todos os restantes ativos são classificados como não correntes.

Um passivo é classificado como corrente quando:

- Se espera que seja liquidado no ciclo operacional normal;
- É detido principalmente com a finalidade de negociação;
- Deve ser liquidado no prazo de doze meses após o período de relato; ou
- A Sociedade / Grupo não tem o direito de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de relato.

Os termos do passivo que, por opção da contraparte, possam resultar na sua liquidação através da emissão de instrumentos de capital próprio não afetam a sua classificação.

A Sociedade classifica todos os restantes passivos como não correntes.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são classificados como ativos e passivos não correntes.

c) (i) Rédito de contratos com clientes

O rédito é reconhecido por um montante que reflete a contraprestação a que a Sociedade espera ter direito em troca desses bens ou serviços entregues.

O rédito proveniente de contratos de prestação de serviços a preço fixo é reconhecido com referência à fase de acabamento do contrato, determinada como percentagem dos dispêndios efetivamente incorridos no projeto face ao montante total contratado.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

Os réditos provenientes da produção de propriedades de hidrocarbonetos, nas quais o Grupo detém interesses juntamente com outros contratantes, são reconhecidos com base na participação do Grupo no Contrato de Partilha de Produção — *Production Sharing Contract*.

O rédito proveniente da venda de produtos petrolíferos é reconhecido quando as obrigações de desempenho são satisfeitas. As obrigações de desempenho são satisfeitas num determinado momento, quando o controlo dos bens é transferido para o comprador, geralmente aquando da entrega dos bens.

O rédito proveniente de serviços sísmicos e de perfuração é reconhecido ao longo do tempo, com referência à fase de acabamento da atividade, por um montante que reflete a contraprestação a que a Sociedade espera ter direito em troca desses bens ou serviços entregues.

(ii) Outros rendimentos**Subsídios governamentais**

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe segurança razoável de que o subsídio será recebido e de que todas as condições associadas serão cumpridas.

Quando o subsídio se relaciona com um gasto, é reconhecido como rendimento de forma sistemática ao longo dos períodos em que os custos relacionados, que se pretende compensar, são reconhecidos como gastos.

Quando o subsídio se relaciona com um ativo, é reconhecido como rendimento em montantes iguais ao longo da vida útil esperada do ativo relacionado.

d) Impostos**Imposto corrente sobre o rendimento**

Os ativos e passivos por imposto corrente sobre o rendimento são mensurados pelo montante que se espera recuperar das, ou pagar às autoridades fiscais.

As taxas de imposto e a legislação fiscal utilizadas para calcular o montante de imposto são as que se encontram aprovadas ou substancialmente aprovadas em Timor-Leste à data de relato, jurisdição onde a Sociedade opera e gera rendimento tributável.

O imposto corrente sobre o rendimento relativo a itens reconhecidos diretamente no capital próprio é reconhecido no capital próprio e não na demonstração dos resultados. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações fiscais relativamente a situações em que a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretação e constitui provisões quando apropriado.

Imposto diferido

O imposto diferido é calculado pelo método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e os respetivos valores contabilísticos para efeitos de relato financeiro à data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, para o reporte de créditos fiscais não utilizados e para quaisquer perdas fiscais não utilizadas. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que exista lucro tributável futuro contra o qual possam ser utilizadas as diferenças temporárias dedutíveis, bem como os créditos fiscais e perdas fiscais não utilizados.

O valor contabilístico dos ativos por impostos diferidos é revisto em cada data de relato e reduzido na medida em que deixe de ser provável a existência de lucro tributável suficiente que permita a utilização da totalidade ou de parte do ativo por imposto diferido.

Os ativos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de relato e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitam a sua recuperação.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

O imposto diferido relativo a itens reconhecidos fora da demonstração dos resultados é igualmente reconhecido fora da demonstração dos resultados. Os itens de imposto diferido são reconhecidos em correlação com a transação subjacente, quer em outro rendimento integral — OCI — quer diretamente no capital próprio.

e) Moedas Estrangeiras

A Administração determinou que a moeda do ambiente económico principal em que a Sociedade opera, isto é, a sua moeda funcional, é o dólar dos Estados Unidos. As demonstrações financeiras são apresentadas em dólares dos Estados Unidos.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registadas pelas entidades da Sociedade às respetivas taxas de câmbio à vista da moeda funcional na data em que a transação se qualifica pela primeira vez para reconhecimento.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à vista da moeda funcional à data de relato.

As diferenças decorrentes da liquidação ou conversão de itens monetários são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico numa moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

Os itens não monetários mensurados pelo justo valor numa moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado.

O ganho ou perda decorrente da conversão de itens não monetários mensurados pelo justo valor é tratado de forma consistente com o reconhecimento do ganho ou perda decorrente da alteração do justo valor do item. Ou seja, as diferenças de conversão relativas a itens cujo ganho ou perda de justo valor é reconhecido em outro rendimento integral ou na demonstração dos resultados são também reconhecidas em outro rendimento integral ou na demonstração dos resultados, respetivamente.

Na determinação da taxa de câmbio à vista a utilizar no reconhecimento inicial do ativo, gasto ou rendimento relacionado — ou de parte dele — aquando do desreconhecimento de um ativo não monetário ou de um passivo não monetário relacionado com uma contraprestação antecipada, a data da transação é a data em que a Sociedade reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada.

Quando existam vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a Sociedade determina a data da transação para cada pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada.

f) Ativos fixos tangíveis

Os ativos em curso são mensurados ao custo, líquidos de perdas por imparidade acumuladas, se existirem.

As instalações e equipamentos são mensurados ao custo, líquido de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas, se existirem. Esse custo inclui o custo de substituição de parte das instalações e equipamentos e os custos de financiamento relativos a projetos de construção de longo prazo, caso os critérios de reconhecimento sejam cumpridos.

Quando partes significativas das instalações e equipamentos necessitam de ser substituídas em intervalos regulares, a Sociedade deprecia essas partes separadamente com base nas respetivas vidas úteis específicas. Do mesmo modo, quando é efetuada uma inspeção importante, o respetivo custo é reconhecido no valor contabilístico das instalações e equipamentos como uma substituição, caso os critérios de reconhecimento sejam cumpridos.

Todos os restantes custos de reparação e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos.

O valor presente do custo esperado de desmantelamento de um ativo, após a sua utilização, é incluído no custo do respetivo ativo, caso os critérios de reconhecimento de uma provisão sejam cumpridos.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

As despesas incorridas na construção, instalação e conclusão de infraestruturas, tais como plataformas, oleodutos/gasodutos e perfuração de poços de desenvolvimento, incluindo poços de serviço e poços de desenvolvimento ou delimitação não bem-sucedidos, são capitalizadas em ativos fixos tangíveis e depreciadas a partir do início da produção.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. A vida útil é determinada com base numa estimativa técnica e alinhada com a norma pública emitida pelo Ministério das Finanças da República Democrática de Timor-Leste, conforme segue:

Classe de ativos	Vida útil (anos)	Valor residual
Edifícios	20	Nulo
Benfeitorias em imóveis arrendados	7	Nulo
Máquinas e equipamentos	10	Nulo
Mobiliário e equipamentos	8	Nulo
Viaturas	6	Nulo
Equipamento informático — hardware	3	Nulo
Software informático	3	Nulo
Equipamento de escritório	4	Nulo
Outros ativos fixos tangíveis	4	Nulo

Os valores residuais, vidas úteis e métodos de depreciação dos ativos fixos tangíveis são revistos no final de cada exercício financeiro e ajustados prospectivamente, quando apropriado.

Um item de ativos fixos tangíveis e qualquer componente significativo inicialmente reconhecido são desreconhecidos no momento da alienação — isto é, na data em que o destinatário obtém o controlo — ou quando não se espera obter benefícios económicos futuros da sua utilização ou alienação.

Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do ativo, calculado como a diferença entre o produto líquido da alienação e o valor contabilístico do ativo, é incluído na demonstração dos resultados quando o ativo é desreconhecido.

g) Locações

A Sociedade avalia, na data de início de um contrato, se o contrato é, ou contém, uma locação. Isto é, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado durante um determinado período em troca de uma contraprestação.

A Sociedade enquanto locatária

A Sociedade aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração a todas as locações, exceto para locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor, isto é, inferiores a USD 5.000.

A Sociedade reconhece passivos de locação para os pagamentos de locação efetuar e ativos sob direito de uso que representam o direito de utilizar os ativos subjacentes.

(i) Ativos sob direito de uso

A Sociedade reconhece ativos sob direito de uso na data de início da locação, isto é, na data em que o ativo subjacente fica disponível para utilização.

Os ativos sob direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de locação.

O custo dos ativos sob direito de uso inclui o montante dos passivos de locação reconhecidos inicialmente, os custos diretos iniciais incorridas e os pagamentos de locação efetuados na data de início ou antes dessa data, deduzidos de quaisquer incentivos de locação recebidos.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

Os ativos sob direito de uso são depreciados pelo método das quotas constantes pelo menor período entre o prazo da locação e a vida útil estimada dos ativos.

(ii) Passivos de locação

Na data de início da locação, a Sociedade reconhece passivos de locação mensurados pelo valor presente dos pagamentos de locação a efetuar durante o prazo da locação.

Os pagamentos de locação incluem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância, deduzidos de quaisquer incentivos de locação a receber, pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, e montantes que se espera venham a ser pagos ao abrigo de garantias de valor residual.

No cálculo do valor presente dos pagamentos de locação, a Sociedade utiliza a sua taxa incremental de financiamento à data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita na locação não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor dos passivos de locação é aumentado para refletir os juros incorridos e reduzido pelos pagamentos de locação efetuados.

Adicionalmente, o valor contabilístico dos passivos de locação é remensurado caso ocorra uma modificação, uma alteração no prazo da locação, uma alteração nos pagamentos de locação — por exemplo, alterações em pagamentos futuros resultantes de uma alteração de índice ou taxa utilizada para determinar esses pagamentos de locação — ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

h) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem dispêndios relativos à exploração e avaliação de recursos de petróleo e gás natural, sendo mensurados pelo montante inicialmente reconhecido, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo custo. O custo dos ativos intangíveis adquiridos numa concentração de atividades empresariais corresponde ao seu justo valor à data de aquisição.

Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, sendo o respetivo dispêndio refletido na demonstração dos resultados no período em que é incorrido.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas como finitas ou indefinidas. Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas, exceto os custos de exploração e avaliação capitalizados descritos abaixo, são amortizados ao longo da vida económica útil e sujeitos a teste de imparidade sempre que exista indicação de que o ativo intangível possa estar em imparidade. O período de amortização e o método de amortização de um ativo intangível com vida útil finita são revistos, pelo menos, no final de cada período de relato.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da alienação — isto é, na data em que o destinatário obtém o controlo — ou quando não se esperam benefícios económicos futuros da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do ativo, calculado como a diferença entre o produto líquido da alienação e o valor contabilístico do ativo, é incluído na demonstração dos resultados.

Custos de exploração e avaliação, desenvolvimento e produção

Os custos de exploração geológica e geofísica são reconhecidos como gasto à medida que são incorridos.

Os custos diretamente associados à aquisição de licenças / direitos de participação ou de uma propriedade de exploração petrolífera são inicialmente capitalizados como ativos intangíveis até que a perfuração do poço esteja concluída e os resultados tenham sido avaliados. Estes custos incluem a remuneração dos trabalhadores, materiais e combustível utilizados, custos das sondas de perfuração e pagamentos efetuados a subcontratados.

Se não forem encontradas quantidades comercialmente viáveis de hidrocarbonetos, o poço de exploração ou os custos são abatidos. Se forem encontrados hidrocarbonetos, e sujeito a atividade adicional de avaliação, for provável que sejam passíveis de desenvolvimento comercial, os custos continuam a ser registados como ativo. Caso se

determine que o desenvolvimento não ocorrerá, isto é, que os esforços não foram bem-sucedidos, os custos são reconhecidos como gasto.

Os custos diretamente associados à atividade de avaliação realizada para determinar a dimensão, as características e o potencial comercial de uma reserva, após a descoberta inicial de hidrocarbonetos, incluindo os custos de poços de avaliação nos quais não foram encontrados hidrocarbonetos, são inicialmente capitalizados como ativo intangível.

Após a aprovação interna para desenvolvimento e o reconhecimento de reservas provadas ou provadas e prováveis, o respetivo dispêndio é transferido para ativos fixos tangíveis. Se o desenvolvimento não for aprovado e não se esperar atividade adicional, os custos são reconhecidos como gasto.

A determinação de que quantidades potencialmente económicas de reservas de petróleo e gás natural foram descobertas por um poço de exploração é geralmente efetuada no prazo de um ano após a conclusão do poço, embora possa demorar mais tempo, dependendo da complexidade da estrutura geológica.

Os poços de exploração que descubram quantidades potencialmente económicas de petróleo e gás natural e que se encontrem em áreas onde seja necessário um dispêndio de capital significativo — por exemplo, uma plataforma offshore ou um oleoduto/gasoduto — antes de a produção poder iniciar-se, e onde a viabilidade económica desse dispêndio de capital significativo dependa da conclusão bem-sucedida de trabalhos adicionais de exploração ou avaliação na área, permanecem capitalizados no balanço enquanto tais trabalhos estiverem em curso ou firmemente planeados.

i) Instrumentos financeiros — reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados:

- Ao custo amortizado;
- Ao justo valor através de outro rendimento integral — *Fair Value through Other Comprehensive Income (FVOCI)*;
- Ao justo valor através dos resultados — *Fair Value through Profit or Loss (FVTPL)*.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Sociedade para a sua gestão.

Com exceção das contas a receber comerciais que não contenham uma componente de financiamento significativa, ou relativamente às quais a Sociedade tenha aplicado o expediente prático, a Sociedade mensura inicialmente um ativo financeiro pelo seu justo valor acrescido, no caso de um ativo financeiro que não seja mensurado ao justo valor através dos resultados, dos custos de transação.

As contas a receber comerciais que não contenham uma componente de financiamento significativa, ou relativamente às quais a Sociedade tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço da transação, conforme divulgado na secção “Rédito de contratos com clientes”.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, deve dar origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de capital e juros — *Solely Payments of Principal and Interest (SPPI)* — sobre o montante de capital em dívida.

Esta avaliação é designada por teste SPPI e é efetuada ao nível de cada instrumento. Os ativos financeiros cujos fluxos de caixa não sejam SPPI são classificados e mensurados ao justo valor através dos resultados, independentemente do modelo de negócio.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

O modelo de negócio da Sociedade para a gestão de ativos financeiros refere-se à forma como gere os seus ativos financeiros com o objetivo de gerar fluxos de caixa. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança dos fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros, ou de ambas.

Os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são detidos no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo é deter ativos financeiros para cobrar os fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros classificados para serem mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral são detidos no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo é tanto deter os ativos para cobrar fluxos de caixa contratuais como vender os ativos.

Mensuração subsequente

Para efeitos de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado — instrumentos de dívida;
- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, com reciclagem de ganhos e perdas acumulados — instrumentos de dívida;
- Ativos financeiros designados ao justo valor através de outro rendimento integral, sem reciclagem de ganhos e perdas acumulados no momento do desreconhecimento — instrumentos de capital próprio;
- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Ativos financeiros ao custo amortizado — instrumentos de dívida

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados utilizando o método do juro efetivo — *Effective Interest Rate (EIR)* — e estão sujeitos a testes de imparidade. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou se encontra em imparidade.

Os ativos financeiros da Sociedade ao custo amortizado incluem contas a receber comerciais, empréstimo a uma associada e empréstimo a um administrador, incluídos em outros ativos financeiros não correntes.

As restantes três categorias de mensuração subsequente de ativos financeiros não são aplicáveis a qualquer ativo financeiro da Sociedade.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro — ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes — é desreconhecido, isto é, removido da demonstração da posição financeira da Sociedade, quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tenham expirado; ou
- A Sociedade tenha transferido os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro e tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra parte.

Imparidade de ativos financeiros

A Sociedade reconhece uma imparidade para perdas de crédito esperadas — *Expected Credit Losses (ECL)* — para todos os instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através dos resultados.

As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos nos termos do contrato e todos os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber, descontados por uma aproximação da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa provenientes da venda de garantias detidas ou de outras melhorias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais.

O Grupo aplica a abordagem simplificada para o reconhecimento da perda por imparidade relativa a contas a receber comerciais. A aplicação da abordagem simplificada não exige que o Grupo acompanhe alterações no risco de crédito.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

Em vez disso, reconhece a perda por imparidade com base nas perdas de crédito esperadas durante toda a vida do ativo, em cada data de relato, desde o reconhecimento inicial.

As perdas de crédito esperadas ao longo da vida correspondem às perdas de crédito esperadas resultantes de todos os possíveis eventos de incumprimento durante a vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas a 12 meses correspondem à parte das perdas de crédito esperadas ao longo da vida que resulta de eventos de incumprimento possíveis nos 12 meses seguintes ao final do exercício.

A perda de crédito esperada corresponde à diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos ao Grupo de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a entidade espera receber — isto é, todos os défices de caixa — descontados à taxa de juro efetiva original. Ao estimar os fluxos de caixa, uma entidade deve considerar todos os termos contratuais do instrumento financeiro, incluindo pré-pagamento, extensão, opções de compra e similares, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

(ii) Passivos financeiros**Reconhecimento inicial e mensuração**

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como:

- Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados;
- Empréstimos obtidos e financiamentos;
- Contas a pagar; ou
- Derivados designados como instrumentos de cobertura numa cobertura eficaz, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo justo valor e, no caso de empréstimos obtidos, financiamentos e contas a pagar, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Sociedade incluem contas a pagar comerciais e outras contas a pagar, passivos de locação e empréstimos obtidos.

Mensuração subsequente

Para efeitos de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, não aplicável a qualquer instrumento financeiro da Sociedade;
- Passivos financeiros ao custo amortizado — empréstimos obtidos e financiamentos.

Passivos financeiros ao custo amortizado — empréstimos obtidos e financiamentos

Esta é a categoria mais relevante para a Sociedade. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos obtidos e financiamentos que vencem juros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos, bem como através do processo de amortização pelo método do juro efetivo.

O custo amortizado é calculado tendo em consideração qualquer desconto ou prémio na aquisição e comissões ou custos que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva. A amortização pelo método do juro efetivo é incluída em custos financeiros na demonstração dos resultados. Esta categoria aplica-se, em geral, a empréstimos obtidos e financiamentos que vencem juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é liquidada, cancelada ou expira.

j) Imparidade de ativos não financeiros

A Sociedade avalia, em cada data de relato, se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade.

Se existir tal indicação, ou quando seja exigido um teste anual de imparidade para um ativo, a Sociedade estima a quantia recuperável do ativo. A quantia recuperável de um ativo corresponde ao maior entre:

- O justo valor menos custos de alienação; e
- O valor de uso.

A quantia recuperável é determinada para cada ativo individual, salvo se o ativo não gerar influxos de caixa que sejam largamente independentes dos provenientes de outros ativos ou grupos de ativos.

Quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa — UGC — excede a sua quantia recuperável, o ativo é considerado em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a teste de imparidade anualmente ao nível da UGC, conforme apropriado, e sempre que as circunstâncias indiquem que o respetivo valor contabilístico possa estar em imparidade.

A Sociedade estima a quantia recuperável das reservas de hidrocarbonetos de acordo com os princípios previstos no *Petroleum Resources Management Reporting System (PRMS)*.

A Sociedade avalia, em cada data de relato, se qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida pode ser revertida, total ou parcialmente, caso exista qualquer indicação de reversão, como, por exemplo, a certeza quanto ao enquadramento fiscal e regulamentar da *Greater Sunrise Special Regime*, a certeza quanto ao conceito de desenvolvimento aprovado pelo *Greater Sunrise Special Regime Governance Board*, fatores macroeconómicos favoráveis ou o aumento dos preços das *commodities*.

Nessa situação, a Sociedade estima formalmente a quantia recuperável do ativo e reconhece a reversão, se a quantia recuperável do ativo exceder a respetiva quantia escriturada líquida de imparidade anteriormente reconhecida. Existem restrições quanto ao montante da reversão de uma perda por imparidade que pode ser reconhecida. A reversão está limitada ao menor dos seguintes montantes:

- A quantia recuperável; e
- A quantia escriturada do ativo, líquida de amortização ou depreciação, caso não tivesse sido reconhecida qualquer imparidade.

A reversão de uma perda por imparidade de um ativo mensurado pelo custo é reconhecida na demonstração dos resultados. Em contrapartida, a reversão de uma perda por imparidade de um ativo mensurado por uma quantia revalorizada — como, por exemplo, instalações e equipamentos mensurados pelo justo valor — é reconhecida como uma valorização por revalorização.

k) Caixa e depósitos de curto prazo

A rubrica de caixa e depósitos de curto prazo na demonstração da posição financeira compreende caixa em bancos e em caixa, bem como depósitos de curto prazo de elevada liquidez, com maturidade de três meses ou inferior, prontamente convertíveis num montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

l) Inventários

Os inventários incluem bens comercializados e são mensurados pelo menor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui o custo de aquisição, despesas de transporte e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua localização e condição atuais. O custo dos bens comercializados é determinado com base no método do custo médio ponderado.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

A comparação entre o custo e o valor realizável líquido é efetuada item a item.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado, quando é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos para liquidar a obrigação e quando possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Quando a Sociedade espera que uma parte ou a totalidade de uma provisão seja reembolsada, por exemplo ao abrigo de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso é praticamente certo. O gasto relativo a uma provisão é apresentado na demonstração dos resultados líquido de qualquer reembolso.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é material, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes de impostos que reflita, quando apropriado, os riscos específicos do passivo. Quando é utilizado o desconto, o aumento da provisão decorrente da passagem do tempo é reconhecido como custo financeiro.

É reconhecida uma provisão para contratos onerosos quando os benefícios esperados a obter pela Sociedade de um contrato forem inferiores aos custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes desse contrato.

n) Benefícios dos empregados**(i) Obrigações de curto prazo**

Os passivos relativos a salários e remunerações, incluindo benefícios não monetários que se espera sejam integralmente liquidados no prazo de 12 meses após o final do exercício em que os empregados prestaram o serviço correspondente, são reconhecidos em relação aos serviços prestados pelos empregados até ao final do exercício e são mensurados pelos montantes que se espera pagar quando os passivos forem liquidados.

Estes passivos são apresentados como obrigações correntes relativas a benefícios dos empregados na demonstração da posição financeira.

(ii) Outras obrigações de benefícios de empregados de longo prazo**a. Contribuições definidas**

As contribuições para a segurança social são efetuadas às autoridades reguladoras competentes, relativamente às quais o Grupo e a Sociedade não têm obrigações adicionais.

Estes benefícios são classificados como planos de contribuição definida, uma vez que a Sociedade não assume quaisquer obrigações adicionais para além das contribuições efetuadas numa base mensal, as quais são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados.

b. Outros benefícios de longo prazo**Ausências remuneradas acumuladas**

As ausências remuneradas acumuladas que se espera venham a ser gozadas ou liquidadas no prazo de 12 meses após o final do exercício são tratadas como benefícios de curto prazo dos empregados.

A obrigação relativa às mesmas é mensurada pelo custo esperado das ausências remuneradas acumuladas, correspondente ao montante adicional que se espera pagar em resultado do direito não utilizado acumulado no final do exercício.

As ausências remuneradas acumuladas que se espera venham a ser gozadas ou liquidadas para além de 12 meses após o final do exercício são tratadas como outros benefícios de longo prazo dos empregados.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

O passivo da Sociedade é determinado actuarialmente, utilizando o método da unidade de crédito projetada — *Projected Unit Credit Method* — no final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que ocorrem.

As férias apenas podem ser convertidas em dinheiro na cessação da prestação de serviços pelo empregado.

Remuneração de longo prazo de serviço

A Sociedade dispõe de um plano de obrigação de benefícios definidos. Todos os empregados que tenham completado cinco anos ou mais de serviço têm direito a uma remuneração por serviço de longo prazo. Trata-se de um plano sem fundo constituído.

o) Mensuração pelo justo valor

O justo valor é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo numa transação ordenada entre participantes de mercado à data de mensuração.

A mensuração pelo justo valor baseia-se na presunção de que a transação de venda do ativo ou de transferência do passivo ocorre:

- No mercado principal do ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo acessível à Sociedade.

Todos os ativos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia do justo valor, descrita da seguinte forma, com base no nível mais baixo de dados de entrada que seja significativo para a mensuração do justo valor como um todo:

- **Nível 1** — preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2** — técnicas de valorização para as quais o nível mais baixo de dados de entrada significativo para a mensuração do justo valor é direto ou indiretamente observável;
- **Nível 3** — técnicas de valorização para as quais o nível mais baixo de dados de entrada significativo para a mensuração do justo valor não é observável.

p) Alterações nas políticas contabilísticas e divulgações**Impacto das Normas Internacionais de Relato Financeiro novas — adotadas**

As normas, interpretações e alterações que entraram em vigor pela primeira vez em 2025 são:

- Falta de convertibilidade — alterações à IAS 21.

Estas normas, alterações e interpretações não têm impacto material nas presentes demonstrações financeiras e, por conseguinte, não foram efetuadas divulgações adicionais.

q) Informação sobre políticas contabilísticas materiais: uso de julgamentos, estimativas e pressupostos

A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade / Grupo exige que a Administração efetue julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam os montantes reportados de receitas, gastos, ativos e passivos, bem como as divulgações anexas e a divulgação de passivos contingentes.

A incerteza relativamente a esses pressupostos e estimativas poderá resultar em efeitos que exijam um ajustamento material à quantia escriturada dos ativos ou passivos afetados em períodos futuros.

As áreas que exigem os julgamentos e estimativas mais significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são:

- Recuperabilidade das quantias escrituradas dos ativos;

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

- Locações — determinação da taxa de desconto apropriada;
- Provisões e contingências;
- Benefícios pós-emprego;
- Reconhecimento de ativos por impostos diferidos;
- Vida útil de ativos fixos tangíveis e de equipamento;
- Imparidade de ativos financeiros.

As áreas que exigem os julgamentos e estimativas mais significativos na preparação das demonstrações financeiras separadas são:

- Locações — determinação da taxa de desconto apropriada;
- Provisões e contingências;
- Benefícios pós-emprego;
- Reconhecimento de ativos por impostos diferidos;
- Vida útil de ativos fixos tangíveis e de equipamento;
- Imparidade de ativos financeiros.

3. Impacto das Normas Internacionais de Relato Financeiro novas — ainda não adotadas

À data de autorização destas demonstrações financeiras consolidadas para emissão, várias normas e alterações a normas existentes, bem como interpretações, foram publicadas pelo IASB ou pelo IFRIC, mas ainda não se encontram em vigor.

Nenhuma dessas normas ou alterações a normas existentes foi adotada antecipadamente pelo Grupo / Sociedade, e não foram emitidas novas interpretações que sejam aplicáveis e que necessitem de ser consideradas pelo Grupo / Sociedade em qualquer data de relato. A Administração antecipa que todos os pronunciamentos relevantes serão adotados no primeiro período com início em ou após a data efetiva do respectivo pronunciamento.

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substitui a IAS 1 — Apresentação de Demonstrações Financeiras. Embora a IFRS 18 inclua muitos dos requisitos da IAS 1, introduz novos requisitos destinados a melhorar a estrutura das demonstrações financeiras e a fornecer informação mais detalhada e útil aos investidores.

Alguns dos requisitos de divulgação anteriormente contidos na IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 sem alterações materiais. A publicação da IFRS 18 resulta também em alterações consequentes a outras IFRS, nomeadamente a IAS 7.

A IFRS 18 é efetiva para períodos de relato anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente, com disposições transitórias específicas.

O Grupo / Sociedade encontra-se atualmente a trabalhar na identificação de todos os impactos que a IFRS 18 terá nas demonstrações financeiras primárias e nas notas às demonstrações financeiras.

Outras novas normas, alterações e interpretações não adotadas no exercício corrente não foram divulgadas, uma vez que não se espera que tenham impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo/Sociedade.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

4. Rédito de contratos com clientes

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos da atividade de comercialização de combustíveis	453 786	278 319	453 786	278 319
Rendimentos de contratos de prestação de serviços	5 904 323	797 109	-	-
	6 358 109	1 075 428	453 786	278 319

5. Outros rendimentos

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Apoio recebido do Governo	-	27 009 451	16 423 983	-
Rendimento de dividendos de subsidiária	29 243 671	-	-	17 159 702
Rendimentos de juros	1 332 529	76 719	904 073	223 336
Rendimentos diversos	-	3 683	179 052	300 779
	30 576 200	27 089 853	17 507 108	17 683 817

6. Aumento/(diminuição) de inventários

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Inventário inicial de combustível	126 453	110 895	126 453	110 895
Inventário final de combustível	127 778	126 423	127 778	126 423
	(1 325)	(15 528)	(1 325)	(15 528)

7. Gastos com benefícios dos empregados

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Sal�rios e remunera��es	6 582 725	5 648 651	5 384 128	4 866 154
Outros benefícios de empregados de longo prazo	126 308	84 350	126 308	84 350
Segurança social dos trabalhadores	123 518	71 975	114 349	69 220
	6 832 551	5 804 976	5 624 785	5 019 724

8. Custos de exploração e avaliação

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos de exploração e avaliação	8 420 707	40 715	-	-
	8 420 707	40 715	-	-

A informação financeira seguinte representa os montantes incluídos na Sociedade relativos à atividade:

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos de exploração e avaliação				
Demonstração dos resultados				
Gasto de exploração do exercício	8 420 707	40 715	-	-
Perdas por imparidade	1 052 086	5 016 653	-	-
Demonstração da posição financeira				
Ativos intangíveis — dispêndios de exploração e avaliação	8 514 079	6 898 378	-	-
Adiantamento de capital	8 726	320 529	-	-
Passivos	66 056	502 711	-	-
Ativos líquidos	8 458 749	6 715 196	-	-
Demonstração dos fluxos de caixa				
Caixa utilizada em atividades operacionais	8 420 707	2 374 051	-	-
Caixa utilizada em atividades de investimento	2 793 638	11 731 849	-	-

9. Custos financeiros

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Gastos com juros	37 640 030	36 019 167	-	-
Custo financeiro relativo a passivos de locação	115 793	39 606	115 793	39 606
	37 755 823	36 058 773	115 793	39 606

10. Outros gastos

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Subsídio a subsidiárias, incluindo ajustamentos de investimentos abatidos*	-	-	18 994 136	-
Gastos legais e de consultoria	6 498 765	7 852 661	5 568 428	6 714 635
Gastos com deslocações	2 489 588	2 048 503	1 884 067	1 870 620
Gastos contratuais	5 596 306	23 440	-	-
Reparações e manutenção	801 905	606 632	789 182	588 272
Subscrições	651 055	734 463	608 863	685 584
Formação e desenvolvimento	572 723	713 736	399 629	682 809
Gastos com reuniões e conferências	387 082	355 178	318 827	341 282
Manutenção de escritório	384 442	386 184	383 757	386 183
Taxa de subarrendamento	225 081	225 081	-	-
Gastos gerais administrativos	222 724	171 943	158 884	139 748
Provisão para contas a receber de cobrança duvidosa	163 275	-	163 275	-
Gastos com rendas	184 511	109 530	139 073	66 571
Gastos com telefone e internet	150 190	145 663	149 194	145 663
Comissões bancárias	68 530	108 154	10 730	24 327
Perda na alienação de ativos fixos tangíveis	-	2 469	-	2 469
	18 396 177	13 483 637	29 568 045	11 648 163

* O montante acima inclui a conversão de empréstimo concedido a subsidiárias em subsídio. Ver Nota 37 para mais detalhes.

11. Ativos fixos tangíveis

Grupo

Rubricas	Benfeitorias em imóveis arrendados	Máquinas e equipamentos	Viaturas	Edifícios	Equipamento de escritório	Mobiliário e acessórios	Hardware informático	Total de ativos tangíveis	Software informático	Total de ativos intangíveis	Ativos sob direito de uso*
Valor bruto											
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2025	545 430	810 632	940 000	547 503	484 229	527 315	1 654 184	5 509 293	2 232 435	2 232 435	6 159 647
Adições	-	-	55 100	-	18 605	19 473	16 295	109 473	-	-	-
Deduções/ajustamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	545 430	810 632	995 100	547 503	502 834	546 788	1 670 479	5 618 766	2 232 435	2 232 435	6 159 647
Depreciação/amortização/perdas por imparidade acumuladas											
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2025	504 348	360 491	291 823	189 960	311 298	459 313	1 173 754	3 290 987	2 211 571	2 211 571	3 281 321
Gastos do exercício	7 200	57 558	119 047	21 900	66 806	16 563	98 212	387 286	20 864	20 864	605 964
Deduções/ajustamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	511 548	418 049	410 870	211 860	378 104	475 876	1 271 966	3 678 273	2 232 435	2 232 435	3 887 285
Valor contabilístico líquido em 31 de dezembro de 2025	33 882	392 583	584 230	335 643	124 730	70 912	398 513	1 940 493	-	-	2 272 362

Ativos Tangíveis									Ativos Intangíveis		
Rubricas	Benfeitorias em imóveis arrendados	Máquinas e equipamentos	Viaturas	Edifícios	Equipamento de escritório	Mobiliário e acessórios	Hardware informático	Total de ativos tangíveis	Software informático	Total de ativos intangíveis	Ativos sob direito de uso*
Valor bruto											
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2024	539 463	810 632	1 076 345	547 503	297 629	401 064	1 448 221	5 120 857	2 232 435	2 232 435	3 129 831
Adições	5 967	-	99 000	-	186 600	35 251	205 963	532 781	-	-	3 029 816
Deduções/ajustamentos	-	-	(235 345)	-	-	-	-	(235 345)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	545 430	810 632	940 000	547 503	484 229	527 315	1 654 184	5 509 293	2 232 435	2 232 435	6 159 647
Depreciação/amortização/perdas por imparidade acumuladas											
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2024	497 148	302 933	364 799	168 060	264 789	446 954	1 105 372	3 150 055	2 102 803	2 102 803	2 705 980
Gastos do exercício	7 200	57 558	115 100	21 900	46 509	12 359	68 382	329 008	108 768	108 768	575 341
Deduções/ajustamentos	-	-	(188 076)	-	-	-	-	(188 076)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	504 348	360 491	291 823	189 960	311 298	459 313	1 173 754	3 290 987	2 211 571	2 211 571	3 281 321
Valor contabilístico líquido em 31 de dezembro de 2024	41 082	450 141	648 177	357 543	172 931	68 002	480 430	2 218 306	20 864	20 864	2 878 326

*Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos decorrentes de locações, em que o Grupo é locatário, foram contabilizados de acordo com a IFRS 16. O Grupo tomou de arrendamento instalações de escritório. O prazo inicial da locação é de 5 anos, com cláusula de renovação. Ver Nota 30.

Despesas com depreciação e amortização

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação — ativos tangíveis	387 286	329 208
Depreciação — ativos sob direito de uso	605 964	575 341
Amortização — ativos intangíveis	20 864	108 768
	1 014 114	1 013 317

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco.)

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

Empresa

Rubricas	Benfeitorias em imóveis arrendados	Máquinas e equipamentos	Viaturas	Edifícios	Equipamento de escritório	Mobiliário e acessórios	Hardware informático	Total de ativos tangíveis	Software informático	Total de ativos intangíveis	Ativos sob direito de uso*
Valor bruto											
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2025	545 430	810 632	841 500	547 503	477 493	516 110	1 630 784	5 369 752	2 232 435	2 232 435	6 159 647
Adições	-	-	8 200	-	15 416	18 836	3 750	46 202	-	-	-
Deduções/ajustamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	545 430	810 632	850 000	547 503	492 909	534 946	1 634 534	5 415 954	2 232 435	2 232 435	6 159 647
Depreciação/amortização/perdas por imparidade acumuladas											
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2025	504 348	360 491	239 664	189 960	305 777	456 144	1 152 987	3 209 371	2 211 571	2 211 571	3 281 321
Gastos do exercício	7 200	57 558	105 493	21 900	65 598	15 133	95 386	368 268	20 864	20 864	605 964
Deduções/ajustamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	511 548	418 049	345 157	211 860	371 375	471 277	1 248 373	3 577 639	2 232 435	2 232 435	3 887 285
Valor contabilístico líquido em 31 de dezembro de 2025	33 882	392 583	504 843	335 643	121 534	63 669	386 161	1 838 315	-	-	2 272 362

Ativos Tangíveis									Ativos Intangíveis		
Rubricas	Benfeitorias em imóveis arrendados	Máquinas e equipamentos	Viaturas	Edifícios	Equipamento de escritório	Mobiliário e acessórios	Hardware informático	Total de ativos tangíveis	Software informático	Total de ativos intangíveis	Ativos sob direito de uso*
Valor bruto											
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2024	539 463	810 632	678 145	547 503	293 862	481 005	1 425 311	5 075 921	2 232 435	2 232 435	3 129 831
Adições	5 967	-	99 000	-	183 631	35 105	205 473	529 176	-	-	3 029 816
Deduções/ajustamentos	-	-	(235 345)	-	-	-	-	(235 345)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	545 430	810 632	841 800	547 503	477 493	516 110	1 630 784	5 369 752	2 232 435	2 232 435	6 159 647
Depreciação/amortização/perdas por imparidade acumuladas											
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2024	497 148	302 933	325 747	168 060	259 392	445 115	1 085 820	3 084 215	2 102 803	2 102 803	2 705 980
Gastos do exercício	7 200	57 558	102 193	21 900	46 385	11 029	67 167	313 432	108 768	108 768	575 341
Deduções/ajustamentos	-	-	(188 276)	-	-	-	-	(188 276)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	504 348	360 491	239 664	189 960	305 777	456 144	1 152 987	3 209 371	2 211 571	2 211 571	3 281 321
Valor contabilístico líquido em 31 de dezembro de 2024	41 082	450 141	602 136	357 543	171 716	59 965	477 797	2 160 381	20 864	20 864	2 878 326

*Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos decorrentes de locações, em que a Sociedade é locatária, foram contabilizados de acordo com a IFRS 16. A Sociedade tomou de arrendamento instalações de escritório. O prazo inicial da locação é de 5 anos, com cláusula de renovação. Ver Nota 30.

Despesas com depreciação e amortização

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação — ativos tangíveis	368 268	313 432
Depreciação — ativos sob direito de uso	605 964	575 341
Amortização — ativos intangíveis	20 862	108 768
	995 094	997 541

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco.)

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

12. Ativos intangíveis em desenvolvimento

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Dispêndios de exploração e avaliação*				
Custo — ver Nota 34 e Nota 38				
Saldo de abertura	689 317 310	681 569 484	-	-
Dispêndios durante o exercício	2 667 787	7 747 826	-	-
	691 985 097	689 317 310	-	-
Imparidade Acumulada				
Saldo de abertura	682 418 932	677 402 279	-	-
Constituição durante o exercício	1 052 086	5 016 653	-	-
	683 471 018	682 418 932	-	-
Quantia escriturada	8 514 079	6 898 378	-	-

* Para mais informação, ver ativos intangíveis na Nota 2.

Os custos acima incluem a aquisição de, ou relacionados com direitos de propriedade ou direitos minerais de propriedades provadas ou não provadas de petróleo e gás que se encontram atualmente em fase de exploração/desenvolvimento. Tais custos serão transferidos para ativos de petróleo e gás no início da produção comercial do projeto ou abatidos em caso de abandono da exploração. Ver Nota 38.

Teste e cálculo de imparidade

A quantia escriturada dos ativos intangíveis em desenvolvimento das subsidiárias é avaliada pela Administração, através de um avaliador independente, para determinar se existe qualquer indicação de imparidade.

Nos termos da IAS 36 — Imparidade de Ativos, a quantia recuperável de um ativo é o maior entre o seu justo valor menos custos de alienação e o seu valor de uso. A quantia escriturada do ativo excede a sua quantia recuperável, sendo o ativo abatido até à sua quantia recuperável e reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

As perdas por imparidade relativas a ativos intangíveis em desenvolvimento de subsidiárias — Grupo Greater Sunrise — foram desencadeadas no exercício de 2020 pela incerteza quanto ao regime fiscal e regulamentar do *Greater Sunrise Special Regime*, pela incerteza quanto ao conceito de desenvolvimento acordado pelos parceiros da *joint venture*, necessário para o desenvolvimento comercial do campo Greater Sunrise, pela revisão dos preços de petróleo e gás a médio e longo prazo, pelo financiamento necessário para explorar os efeitos esperados do ambiente macroeconómico, pela procura de energia e pelos volumes de fornecimento, entre outros fatores.

Como os valores de avaliação mais atualizados confirmam que se considera que estes ativos estão atualmente em imparidade em 2025, a respetiva quantia escriturada é considerada em imparidade.

Para o exercício de 2025, a Administração reviu o estado do projeto, considerando fatores externos e internos, e não identificou atualizações significativas que resultassem numa alteração da quantia recuperável dos ativos.

Assim, a Administração não procedeu à reversão da imparidade anteriormente reconhecida. Adicionalmente, no exercício corrente, foi registada e reconhecida na demonstração dos resultados uma imparidade capitalizada no montante de USD 1,052,086 — exercício anterior: USD 5,016,653.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

13. Investimentos

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos em subsidiárias, mensurados ao custo				
TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal, Lda.	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP Marine, Aviation & Logistic Services, Unipessoal, Lda. (anteriormente TIMOR GAP Marine Oil & Gas and Logistic Services, Unipessoal, Lda.)	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda.	-	-	3 000	3 000
TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda.	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda.	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP Drilling & Seismic Services, Unipessoal, Lda.	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP Drilling & Services, Unipessoal, Lda. (anteriormente TIMOR GAP Drilling & Services, Unipessoal, Lda.)	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda.	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda.	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP Pualaca, Unipessoal, Lda.	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP Rarahana Block, Unipessoal, Lda.	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP BAYU-UNDAN 19-12, Unipessoal, Lda.	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP BAYU-UNDAN 19-13, Unipessoal, Lda.	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP PSC TL-OT-22-22, Unipessoal, Lda.	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP PSC TL-SO-22-23, Unipessoal, Lda.				
Investimento em subsidiárias por contabilização ao justo valor*				
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.	-	-	-	398 844
TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.				
Investimento em associada, mensurado ao custo				
Weststar-GAP Aviation, Lda.	255 908	-	45 000	1 250
	255 908	-	138 000	1 196 446

*A Sociedade-mãe concedeu empréstimos à TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda. e à TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda. — SPV. Os empréstimos eram sem juros e reembolsáveis quando as subsidiárias comesçassem a gerar rendimento dos respetivos blocos. Este investimento resulta da contabilização ao justo valor do empréstimo concedido. O empréstimo foi convertido em subsídio e, por conseguinte, o saldo foi debitado no capital próprio e na demonstração dos resultados.

A Sociedade-mãe celebrou um acordo de joint venture com a PT WESTSTAR Aviation Indonesia, em 19 de setembro de 2019, para a prestação de serviços de aviação offshore, com vista a satisfazer as necessidades de vários contratos de partilha de produção de petróleo e gás e de qualquer outro projeto semelhante mutuamente acordado entre as partes. Nos termos do acordo, as outras partes têm direitos exclusivos para gerir as operações e o processo de negociação da concessão do objeto da joint venture e, consequentemente, a Administração avaliou que a Sociedade-mãe detém apenas influência significativa sobre a referida sociedade, de acordo com as IFRS relevantes.

^ Uma vez que a quota-parte do Grupo nas perdas da associada excede a sua participação nessa associada, o Grupo descontinuou o reconhecimento da sua quota-parte de perdas adicionais e, por conseguinte, a quantia escriturada do investimento na associada foi reconhecida de acordo com o parágrafo 38 da IAS 28 até 2024.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

14. Empréstimos**Não corrente**

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos a subsidiárias*	-	-	-	14 877 637
Menos: imparidade sobre empréstimos	-	-	-	(268 954)
	-	-	-	14 608 683

*Os empréstimos acima foram concedidos a subsidiárias e são reembolsáveis quando estas começarem a gerar rendimento dos respetivos blocos. Os empréstimos não vencem juros. Ver Nota 37 para detalhes.

Corrente

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos a subsidiárias*	-	-	-	3 130 971
Empréstimo a associada*	179 000	112 830	179 000	112 830
Menos: imparidade sobre empréstimos	-	-	-	-
	179 000	112 830	179 000	3 243 601

*Os empréstimos acima foram concedidos a subsidiárias e associadas e são reembolsáveis à vista. Os empréstimos não vencem juros. Ver Nota 37 para detalhes.

Movimentos da provisão por imparidade sobre empréstimos

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial de imparidade sobre empréstimos	-	-	(268 954)	(268 954)
Imparidades do exercício	-	-	-	-
Reverões de imparidades no exercício	-	-	268 954	-
Saldo final imparidade sobre empréstimos	-	-	-	(268 954)

15. Inventários

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Inventários — combustível	127 778	126 453	127 778	126 453
	127 778	126 453	127 778	126 453

16. Clientes e outras contas a receber (custo amortizado)

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Clientes	4 937 209	3 776 505	3 864 784	3 720 720
Menos: provisão para imparidade de clientes	(3 682 750)	(3 682 750)	(3 682 750)	(3 682 750)
	1 254 459	93 755	182 034	37 970

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

Movimentos da provisão por imparidade de clientes

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de abertura para imparidade de clientes	3 682 750	3 682 750	3 682 750	3 682 750
Adicionar: aumento/(diminuição) durante o exercício	-	-	-	-
Menos: valores abatidos durante o exercício como incobráveis	-	-	-	-
Provisão final para imparidade de clientes	3 682 750	3 682 750	3 682 750	3 682 750

17. Caixa e equivalentes de caixa

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	15 691	15 013	5 831	5 809
Depósitos bancários à ordem	8 818 417	90 108 568	3 125 906	39 705 652
Depósitos junto de bancos com maturidade original inferior a três meses	69 823 202	-	35 011 248	-
	78 657 310	90 123 581	38 142 967	39 711 461

18. Outros ativos financeiros**Não corrente**

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos de garantia	2 016 490	4 001 754	-	-
	2 016 490	4 001 754	-	-

Os saldos acima representam depósitos de garantia constituídos a favor de garantias bancárias e encontram-se classificados como restritos, uma vez que estes saldos não estão disponíveis para liquidez diária até à expiração ou libertação das respetivas garantias.

Corrente

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos bancários	15 389 594	15 088 340	15 346 006	15 088 340
Adiantamentos ao pessoal	644 182	447 656	368 144	382 932
Outras contas a receber — líquidas de provisões*	126 397	42 760	27 299 896	26 763 443
Dividendos a receber	-	-	-	223 336
Cauções reembolsáveis	162 346	148 967	155 201	144 702
Depósitos reembolsáveis — outros	203 180	203 180	203 180	203 180
	16 525 699	15 930 903	43 372 427	42 805 933

*Ver divulgações sobre partes relacionadas. Outras contas a receber são, em geral, recebíveis à vista e não vencem juros.

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras contas a receber	289 672	42 760	27 463 171	26 763 443
Menos: provisão para imparidade de contas a receber	(163 275)	-	(163 275)	-
	126 397	42 760	27 299 896	26 763 443

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

19. Outros ativos**Não corrente**

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de capital	8 726	320 529	-	-
	8 726	320 529	-	-

Corrente

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Gastos pagos antecipadamente	137 284	508 882	117 121	504 432
Saldo com autoridades governamentais	3 149	1 974	-	-
	140 433	510 856	117 121	504 432

20. Imposto diferido (Ativo/Passivo)

O imposto diferido é calculado relativamente às diferenças temporárias, pelo método do passivo, utilizando uma taxa de imposto de 10%.

O saldo compreende diferenças temporárias atribuíveis a:

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivos por impostos diferidos				
Valor contabilístico líquido de ativos fixos tangíveis	214 681	236 847	214 681	236 847
Outros	12 778	12 645	12 778	12 645
	227 459	249 492	227 459	249 492
Ativos por impostos diferidos				
Provisões	(118 568)	(103 071)	(118 568)	(103 071)
Outros	11 455	1 162	11 455	1 162
	(107 113)	(101 909)	(107 113)	(101 909)
Imposto diferido — Ativo/Passivo	120 346	147 583	120 346	147 583

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros ou diferenças temporárias tributáveis estejam disponíveis, contra os quais possam ser utilizados os prejuízos fiscais reportáveis. Na ausência de certeza razoável quanto à realização de lucros tributáveis futuros, a Sociedade/Grupo não reconheceu ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais incorridos no exercício corrente e em exercícios anteriores. Estes prejuízos fiscais não utilizados podem ser reportados indefinidamente. Os prejuízos fiscais não utilizados para cada ano não expiram.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

Reconciliação do gasto de imposto sobre o rendimento e do resultado contabilístico multiplicado pela taxa de imposto da Sociedade

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes de imposto	(36 705 881)	(33 476 944)	(18 665 852)	35 590
Taxa de imposto aplicável em Timor-Leste	10%	10%	10%	10%
Gasto fiscal esperado	(3 670 588)	(3 347 694)	(1 866 585)	3 559
Adicionar: gastos não dedutíveis nos termos da Lei do Imposto sobre o Rendimento	172 740	85 759	172 740	85 759
Adicionar: diferença entre depreciação fiscal e contabilística	29 868	(9 580)	34 293	(10 698)
Adicionar: imposto corrente sobre prejuízos fiscais não reconhecidos	3 467 980	3 271 515	1 659 552	(78 620)
Adicionar: gasto de imposto sobre o rendimento das subsidiárias	83 125	-	-	-
	83 125	-	-	-

21. Empréstimos obtidos não correntes (custo amortizado)

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimo do Banco Central de Timor-Leste — BCTL*	874 085 136	836 445 105	-	-
	874 085 136	836 445 105	-	-

*O empréstimo foi obtido junto do Banco Central de Timor-Leste — BCTL — em nome do Petroleum Fund of Timor-Leste, com a finalidade de adquirir interesses participantes e direitos no campo Greater Sunrise e no campo Bayu, conforme explicado na Nota 34. O empréstimo é sem garantia e vence juros anuais de 4,5%, compostos anualmente.

O empréstimo vence juros de 4,5% compostos anualmente. O contrato de empréstimo para o exercício de 18 anos, com a primeira amortização a ter início em 10 de abril de 2028. Nos termos de uma alteração aprovada pelo Ministério do Petróleo e Recursos Minerais, que produz efeitos no período corrente de relato, o calendário de reembolso foi revisto para alinhar com a calendarização prevista dos fluxos de caixa do projeto Greater Sunrise.

Assim, o período de carência foi prorrogado por cinco anos, com o primeiro reembolso anual a vencer-se em 10 de abril de 2033 e o reembolso final em 10 de abril de 2044, mantendo-se a taxa de juro inalterada. A alteração é consistente com o objetivo original do empréstimo de apoiar o desenvolvimento do projeto Greater Sunrise.

22. Provisões não correntes

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para benefícios dos empregados				
Benefício por antiguidade*	904 661	787 052	904 651	787 052
Ausências remuneradas	241 285	211 194	241 285	211 194
	1 145 946	998 246	1 145 936	998 246

*Ver nota 36.

23. Fornecedores

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	4 246 321	2 592 509	1 584 508	2 204 734
	4 246 321	2 592 509	1 584 508	2 204 734

As dívidas a fornecedores são geralmente pagáveis à vista e não vencem juros.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

24. Outros passivos financeiros

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valores a pagar a empregados	78 419	73 883	71 831	68 659
Credores de capital	184 897	503 710	118 841	-
A pagar a parte relacionada*	45 000	2 250	50 000	12 250
	308 316	579 843	240 672	80 909

* Ver divulgações sobre partes relacionadas na Nota 37. Outras contas a pagar são geralmente pagáveis à vista e não vencem juros.

25. Provisões

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para benefícios dos empregados				
Benefício por antiguidade	27 460	21 486	27 460	21 486
Ausências remuneradas	12 287	10 978	12 287	10 978
Provisão para imposto sobre o rendimento	53 519	773	-	-
	93 266	33 237	39 747	32 464

26. Outros passivos correntes

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valores devidos ao Governo	626 928	1 001 488	284 257	833 619
Subsídio diferido*	99 021 200	112 259 272	76 996 818	77 720 802
Outros passivos	450 000	-	-	-
	100 098 128	113 260 760	77 281 075	78 554 421

* Ver Nota 40.

27. Capital realizado e resultados transitados

O capital realizado e os resultados transitados encontram-se apresentados na Demonstração das Alterações no Capital Próprio.

28. Passivo contingente

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Reclamações contra a Sociedade/Grupo não reconhecidas como dívida*	86 868	1 383 986	86 868	1 383 986
	86 868	1 383 986	86 868	1 383 986

*Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade / Grupo divulgou um passivo contingente de USD 1,297,118 relativo a uma reclamação apresentada contra a Sociedade / Grupo por um fornecedor. No exercício de 2025, por sentença final proferida em 8 de julho de 2025, o árbitro único indeferiu a reclamação do fornecedor na sua totalidade. O árbitro único ordenou ainda ao fornecedor o pagamento de USD 443,927 mais juros anuais de 5% desde a data da sentença final até ao pagamento integral, a título de reembolso de custas ao abrigo da secção 25 do *Commercial Arbitration Act* 2015.

A Sociedade não reconheceu uma conta a receber contingente relativamente ao referido litígio. A Sociedade encontra-se em processo de recuperação do montante devido pelo fornecedor, nos termos da decisão arbitral.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

Contudo, devido à incerteza quanto à recuperabilidade do montante junto do fornecedor, a Sociedade/Grupo não reconheceu o montante a receber.

29. Gestão de risco de instrumentos financeiros**Grupo**

Os ativos financeiros do Grupo incluem clientes e outras contas a receber, investimentos e caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros incluem empréstimos obtidos, passivos de locação, fornecedores e outras contas a pagar. O Grupo encontra-se exposto a risco de crédito e risco de liquidez.

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro ou contrato com cliente, originando uma perda financeira. Para efeitos de reporte financeiro, o Grupo calcula as provisões para perdas de crédito esperadas com base no período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto a risco de crédito.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas para clientes e contas a receber, e considera-se baixo o risco de crédito associado à maioria significativa dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Uma vez que o prazo de praticamente todos os ativos financeiros do Grupo é inferior a 12 meses, não existe diferença significativa entre a mensuração das perdas de crédito esperadas a 12 meses e das perdas de crédito esperadas ao longo da vida. O Grupo não espera quaisquer perdas sobre valores de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que 100% destes são reconhecidos em bancos de boa reputação.

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não conseguir cumprir as suas obrigações. Para mitigar este risco, o Grupo obteve financiamento junto do *Petroleum Fund of Timor-Leste* com prazo de maturidade mais longo e espera gerar receitas para cumprir as suas obrigações. O Grupo também recebe apoio do Governo de Timor-Leste para financiar as suas operações e tem expectativa de continuidade desse apoio no futuro.

Empresa

Os ativos financeiros da Sociedade incluem clientes, outras contas a receber, empréstimos, investimentos e caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros incluem passivos de locação, fornecedores e outras contas a pagar. A Sociedade encontra-se exposta a risco de crédito e risco de liquidez.

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro ou contrato com cliente, originando uma perda financeira. A Sociedade concede empréstimos apenas às subsidiárias e outras contas a receber são também de subsidiárias. Outras contas a receber incluem adiantamentos de contrato e adiantamentos a empregados. A Sociedade revê regularmente as operações das subsidiárias para mitigar os riscos. Adicionalmente, a Sociedade não espera perdas sobre valores de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que estes são reconhecidos em bancos de boa reputação.

O risco de liquidez é o risco de a Sociedade não conseguir cumprir as suas obrigações. A Sociedade recebe apoio do Governo de Timor-Leste para financiar as suas operações e tem expectativa de continuidade desse apoio no futuro.

Perfil de maturidade dos passivos financeiros incluídos na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025**Grupo**

Período	Fornecedores	Passivo de locação	Empréstimos obtidos	Outros passivos financeiros
Menos de 1 ano	4 246 321	658 543	-	308 316
1-5 anos	-	1 678 262	-	-
Mais de 5 anos	-	-	1 170 004 489	-

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

Empresa

Período	Fornecedores	Passivo de locação	Empréstimos obtidos	Outros passivos financeiros
Menos de 1 ano	1.584.508	658 543	-	240 672
1-5 anos	-	1 678 262	-	-
Mais de 5 anos	-	-	-	-

Perfil de maturidade dos passivos financeiros incluídos na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024**Grupo**

Período	Contas a pagar	Passivo de locação	Empréstimos	Outros passivos financeiros
Menos de 1 ano	2 592 445	645 630	-	579 483
1-5 anos	-	2 221 012	235 442 910	-
Mais de 5 anos	-	-	934 561 679	-

Empresa

Período	Contas a pagar	Passivo de locação	Empréstimos	Outros passivos financeiros
Menos de 1 ano	2 204 670	645 630	-	80 909
1-5 anos	-	2 221 012	-	-
Mais de 5 anos	-	-	-	-

As saídas de caixa relativas ao reembolso do empréstimo obtido junto do BCTL, conforme divulgado acima, baseiam-se nos termos e condições existentes do contrato de empréstimo entre o Grupo e o financiador. O empréstimo foi especificamente concedido para financiar a aquisição de participações no campo Greater Sunrise, tendo sido concebido de modo a ser reembolsado a partir dos fluxos de caixa do projeto. A Companhia recebeu o adiamento do primeiro reembolso de capital do empréstimo desde 2033, conforme anteriormente definido, com base na data prevista de início da produção dos campos Greater Sunrise. Contudo, uma vez que a data prevista de início da produção dos campos Greater Sunrise foi adiada, a Administração do Grupo poderá ponderar, iniciar negociações com o financiador e partes externas relevantes para reestruturar o empréstimo.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

30. Locações em que o Grupo e a Empresa são locatários

i)

a. Alterações na quantia escriturada dos ativos sob direito de uso

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo de abertura	2 878 326	423 851	2 878 326	423 851
Adições/modificações*	-	3 029 816	-	3 029 816
Menos: alienações	-	-	-	-
Menos: depreciação	605 964	575 341	605 964	575 341
	2 272 362	2 878 326	2 272 362	2 878 326

*Inclui USD 35,178 relativos à contabilização ao justo valor de depósitos de garantia.

b. Alterações nos passivos de locação

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo de abertura	2 866 642	465 369	2 866 642	465 369
Adições/modificações*	-	2 994 638	-	2 994 638
Menos: alienações	115 793	39 606	115 793	39 606
Menos: depreciação	645 630	632 971	645 630	632 971
	2 336 805	2 866 642	2 336 805	2 866 642

ii) Desagregação dos passivos de locação correntes e não correntes

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivos de locação correntes	658 543	645 630	658 543	645 630
Passivos de locação não correntes	1 678 262	2 221 012	1 678 262	2 221 012
	2 336 805	2 866 642	2 336 805	2 866 642

iii) Montantes reconhecidos na demonstração dos resultados

Rubricas	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre passivos de locação	115 793	39 606	115 793	39 606
Gastos com locações de baixo valor	184 511	109 530	139 073	66 571

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

31. Hierarquia do justo valor**i) Grupo**

A tabela seguinte apresenta as quantias escrituradas e os justos valores dos ativos financeiros e passivos financeiros do Grupo, incluindo os respetivos níveis na hierarquia do justo valor.

Justo valor					
31 de dezembro de 2025	Valor contabilístico	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros					
Mensurados ao custo amortizado					
Clientes	1.254.459	-	-	1 254 459	1 254 459
Caixa e equivalentes de caixa	78 657 310	78 657 310	-	-	78 657 310
Investimentos em associadas	255 908	-	-	255 908	255 908
Outros ativos financeiros	18 542 190	-	-	18 542 190	18 542 190
	98 709 867	78 657 310	-	20 052 557	98 709 867
Passivos financeiros					
Mensurados ao custo amortizado					
Empréstimos obtidos	874 085 136	-	-	874 085 136	874 085 136
Passivos de locação	2 336 805	-	-	2 336 805	2 336 805
Fornecedores	4 246 321	-	-	4 246 321	4 246 321
Outros passivos financeiros	308 316	-	-	308 316	308 316
	880 976 578	-	-	880 976 578	880 976 578

Justo valor					
31 de dezembro de 2024	Valor contabilístico	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros					
Mensurados ao custo amortizado					
Clientes	93 755	-	-	93.755	93 755
Caixa e equivalentes de caixa	90 123 581	90 123 581	-	-	90 123 581
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	19 932 657	-	-	19 932 657	19 932 657
	110 149 993	90 123 581	-	20 026 412	110 149 993
Passivos financeiros					
Mensurados ao custo amortizado					
Empréstimos obtidos	836 445 105	-	-	836 445 105	836 445 105
Passivos de locação	2 866 642	-	-	2 866 642	2 866 642
Fornecedores	2 592 509	-	-	2 592 509	2 592 509
Outros passivos financeiros	579 843	-	-	579 843	579 843
	842 484 099	-	-	842 484 099	842 484 099

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

ii) Empresa

A tabela seguinte apresenta as quantias escrituradas e os justos valores dos ativos financeiros e passivos financeiros da Sociedade, incluindo os respetivos níveis na hierarquia do justo valor.

Justo valor					
31 de dezembro de 2025	Valor contabilístico	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros					
Mensurados ao custo amortizado					
Clientes	182.034	-	-	182.034	182 034
Caixa e equivalentes de caixa	38 142 967	38 142 967	-	-	38 142 967
Empréstimos	179 000	-	-	179 000	179 000
Investimentos em associadas	45 000	-	-	45 000	45 000
Outros ativos financeiros	43 372 427	-	-	43 372 427	43 372 427
	81 921 428	38 142 967	-	43 778 461	81 921 428
Passivos financeiros					
Mensurados ao custo amortizado					
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	-
Passivos de locação	2 336 805	-	-	2 336 805	2 336 805
Fornecedores	1 584 508	-	-	1 584 508	1 584 508
Outros passivos financeiros	240 672	-	-	240 672	240 672
	4 161 985	-	-	4 161 985	4 161 985

Justo valor					
31 de dezembro de 2024	Valor contabilístico	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros					
Mensurados ao custo amortizado					
Clientes	37 970	-	-	37 970	37 970
Caixa e equivalentes de caixa	39 711 461	39 711 461	-	-	39 711 461
Empréstimos	17 852 283	-	-	17 852 283	17 852 283
Investimentos em associadas	2 250	-	-	2 250	2 250
Outros ativos financeiros	42 805 933	-	-	42 805 933	42 805 933
	100 409 897	39 711 461		60 698 436	100 409 897
Passivos financeiros					
Mensurados ao custo amortizado					
Empréstimos obtidos					
Passivos de locação	2 866 642	-	-	2 866 642	2 866 642
Fornecedores	2 204 734	-	-	2 204 734	2 204 734
Outros passivos financeiros	80 909	-	-	80 909	80 909
	5 152 285			5 152 285	5 152 285

Os investimentos de capital em subsidiárias incluídos na Nota 13 são mensurados ao custo, nos termos da IAS 27 — Demonstrações Financeiras Separadas, pelo que não é exigida a sua divulgação de acordo com a IFRS 7 — Instrumentos Financeiros: Divulgações. Assim, não foram divulgados na tabela acima.

32. Continuidade operacional**Grupo**

O Grupo exerce atividades de desenvolvimento de reservas de hidrocarbonetos, que possuem um longo período de gestação, bem como atividades de comercialização de produtos petrolíferos.

O Grupo obteve direitos de exploração de vários blocos onshore e offshore e celebrou contratos de joint venture com várias empresas de petróleo e gás. As reservas de hidrocarbonetos encontram-se em diferentes fases de exploração, avaliação e desenvolvimento. As operações do Grupo compreendem essencialmente atividades de exploração e avaliação, sendo a natureza dos gastos composta por custos de exploração e avaliação, custos com pessoal, honorários de consultoria, formação de pessoal e gastos relacionados.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

A Holding e as suas subsidiárias têm incorrido em prejuízos quer no exercício corrente quer em exercícios anteriores findos em 31 de dezembro de 2025. Os passivos correntes do Grupo excederam os ativos correntes em USD 8,519,895.

Adicionalmente, devido ao não reconhecimento de imparidade em ativos de exploração e avaliação relativos ao *Greater Sunrise Oil Fields* em exercícios anteriores, a quantia recuperável desses ativos excedeu a sua quantia escriturada, indicando a existência de incerteza material que pode suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para continuar em continuidade operacional, na medida em que o Grupo poderá não conseguir realizar os seus ativos e liquidar os seus passivos no decurso normal da atividade.

A Administração do Grupo, com base nos subsídios governamentais adicionais esperados e nos fluxos de caixa projetados do Grupo, acredita que o Grupo conseguirá efetuar os pagamentos dos seus passivos à medida que estes se vencem, com base nos fluxos de caixa dos próximos 12 meses a partir da data de assinatura das demonstrações financeiras. Assim, a Administração entende que o Grupo continuará em continuidade operacional pelo menos durante um período de um ano a contar da data das demonstrações financeiras. Por conseguinte, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional.

Empresa

A Sociedade exerce atividades de comercialização de produtos petrolíferos e presta apoio de gestão e financeiro às subsidiárias. Consequentemente, os gastos da Sociedade compreendem principalmente custos com trabalhadores, honorários de consultoria e custos com formação do pessoal, bem como gastos relacionados.

A Sociedade incorreu em perdas no exercício corrente. A Sociedade concedeu apoio financeiro incondicional às suas subsidiárias e depende de subsídios governamentais para satisfazer as suas necessidades de fluxos de caixa. As condições acima referidas indicam a existência de incerteza material que pode suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para continuar em continuidade operacional, na medida em que a Sociedade poderá não conseguir realizar os seus ativos e liquidar os seus passivos no decurso normal da atividade.

A Administração da Sociedade, com base nos subsídios governamentais adicionais esperados e nos fluxos de caixa projetados da Sociedade, acredita que a Sociedade conseguirá efetuar os pagamentos dos seus passivos à medida que estes se vencem, com base nos fluxos de caixa dos próximos 12 meses a partir da data de assinatura das demonstrações financeiras. Assim, a Administração entende que a Sociedade continuará em continuidade operacional pelo menos durante um período de um ano a contar da data das demonstrações financeiras. Por conseguinte, as demonstrações financeiras separadas foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional.

33. Relato por segmentos

O Grupo encontra-se organizado em unidades de negócio com base nos seus produtos e serviços e possui dois segmentos reportáveis, conforme segue:

- i. Hidrocarbonetos — desenvolvimento de reservas de hidrocarbonetos e atividades de produção;
- ii. Comercialização de combustíveis.

Não existem segmentos geográficos reportáveis, uma vez que toda a atividade é desenvolvida em Timor-Leste.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
1. Rédito por segmento — bruto		
a) Atividades de hidrocarbonetos e apoio	5 904 323	797 109
b) Comercialização de combustíveis	453 786	278 314
Total do rédito por segmento	6 358 109	1 075 423
Adicionar: rédito não alocado	-	-
Menos: rédito intersegmentar	-	-
	6 358 109	1 075 423
2. Outros rendimentos		
a) Atividades de hidrocarbonetos e apoio	30 576 200	27 089 853
b) Comercialização de combustíveis	-	-
Total de outros rendimentos	30 576 200	27 089 853
Adicionar: outros rendimentos não alocados	-	-
	30 576 200	27 089 853
3. Gastos por segmento		
a) Atividades de hidrocarbonetos e apoio	34 701 521	24 345 980
b) Comercialização de combustíveis	323 027	221 512
Total dos gastos por segmento	35 024 548	24 567 492
Adicionar: gastos não alocados	38 769 937	37 072 091
	73 794 485	61 639 583
4. Resultado por segmento — lucro/(perda) antes de imposto e custos financeiros		
a) Atividades de hidrocarbonetos e apoio	1 779 002	3 540 982
b) Comercialização de combustíveis	130 759	56 807
Total do resultado por segmento antes de imposto e custos financeiros	1 909 761	3 597 789
Adicionar: custos financeiros não alocados	(38 769 937)	(37 072 091)
	(36 860 176)	(3 374 302)
5. Ativos por segmento		
a) Atividades de hidrocarbonetos e apoio	25 928 889	26 309 001
b) Comercialização de combustíveis	1 382 237	220 209
Total dos ativos por segmento	27 311 126	26 529 210
Adicionar: ativos não alocados	84 890 101	96 894 349
	112 201 227	123 423 559
6. Passivos por segmento		
a) Atividades de hidrocarbonetos e apoio	66 056	503 711
b) Comercialização de combustíveis	-	64
Total dos passivos por segmento	66 056	503 775
Adicionar: passivos não alocados	982 368 198	956 420 150
	982 434 254	956 923 925

34. Aquisição de interesses participantes nos campos petrolíferos Greater Sunrise

Algumas subsidiárias celebraram um acordo com a ConocoPhillips e a Shell Australia em 2018 para aquisição das respectivas participações, totalizando 56,56%, nos campos petrolíferos Greater Sunrise, por uma contraprestação total de USD 651,677,600. A transação foi concluída durante o exercício financeiro de 2019, com data efetiva de 16 de abril de 2019.

Ver Nota 12 para detalhes relativos à imparidade.

35. Gestão de capital

Para efeitos da gestão de capital do Grupo, o capital inclui o capital emitido e todas as restantes reservas de capital próprio atribuíveis aos detentores de capital da empresa-mãe.

O principal objetivo da gestão de capital do Grupo é:

- Salvar a sua capacidade de continuar em continuidade operacional, para que possa continuar a proporcionar retorno aos acionistas e benefícios aos restantes *stakeholders*; e

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

- Manter uma estrutura de capital ótima para reduzir o custo do capital.

O Grupo gere a sua estrutura de capital e procede a ajustamentos tendo em conta alterações nas condições económicas e os requisitos dos *covenants* financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver capital aos acionistas ou emitir novas ações.

O Grupo acompanha o capital utilizando um rácio de endividamento líquido, que corresponde aos empréstimos obtidos líquidos de caixa e depósitos de curto prazo, dividido pelo capital próprio total.

Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

36. Benefícios dos empregados

A Sociedade dispõe de um plano de obrigação de benefícios definidos. Todos os empregados que tenham completado cinco anos ou mais de serviço têm direito ao benefício por serviço de longo prazo. Trata-se de um plano não financiado.

Os detalhes do benefício por serviço de longo prazo são os seguintes:

(i) Alterações no valor presente das obrigações de benefícios definidos

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	808 537	835 962
Custo do serviço corrente	55 438	50 003
Custo dos juros	38 378	34 346
Benefícios pagos	-	-
Perdas/(ganhos) atuariais decorrentes de pressupostos financeiros	19 271	(80 032)
Perdas/(ganhos) atuariais decorrentes de pressupostos demográficos	-	-
Perdas/(ganhos) atuariais decorrentes de ajustamentos de experiência	10 485	(31 742)
	932 109	808 537
Passivo corrente	27 458	21 485
Passivo não corrente	904 651	787 052

(ii) Alterações no justo valor dos ativos do plano

Como a obrigação de benefícios definidos por antiguidade da Sociedade não é financiada, as divulgações relativas aos ativos do plano e à sua reconciliação com o valor presente da obrigação de benefícios definidos não são aplicáveis.

(iii) Gasto reconhecido na demonstração dos resultados

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Custo do serviço corrente	55 438	50 003
Custo dos juros	38 378	34 346
Custo do benefício reconhecido na demonstração dos resultados	93 816	84 349

(iv) Gasto reconhecido em outro rendimento integral

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Remensuração — ganho/perda		
Devido a pressupostos financeiros	19 271	(80 032)
Devido a pressupostos demográficos	-	-
Devido a variação de experiência	10 485	(31 742)
Custo do benefício reconhecido em outro rendimento integral	29 756	(111 774)

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

(v) Pressupostos atuariais

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto anual	4,60%	4,75%
Taxa esperada de aumentos salariais	2%	2%
Vida média futura esperada de serviço — vida ativa remanescente, em anos	26,29%	25,17%
Taxa de retirada — até 40 anos	3%	3%
Taxa de retirada — 40 anos ou mais	Nula	Nula

(vi) Base dos vários pressupostos utilizados nas avaliações atuariais e respetiva análise quantitativa de sensibilidade

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Impacto da alteração na taxa de desconto		
Valor presente da obrigação no final do exercício — aumento de 0,25%		
Valor presente da obrigação no final do exercício — diminuição de 0,25%	900 356	780 490
Impacto da alteração na taxa de crescimento salarial	965 467	838 026
Valor presente da obrigação no final do exercício — aumento de 0,25%		
Valor presente da obrigação no final do exercício — diminuição de 0,25%		
Impacto da alteração na taxa de retirada	966 253	838 766
Valor presente da obrigação no final do exercício — aumento de 50%	899 489	779 684
Valor presente da obrigação no final do exercício — diminuição de 50%		
Impacto da alteração na taxa de mortalidade		
Valor presente da obrigação no final do exercício — aumento de 10%	930 005	808 285
Valor presente da obrigação no final do exercício — diminuição de 10%	932 130	806 103

(vii) Fluxos de caixa estimados, não descontados, em exercícios subsequentes

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Menos de um ano	-	-
Entre 1 e 2 anos	27 458	21 485
Entre 2 e 5 anos	161 887	127 416
Entre 6 e 10 anos	294 887	275 452
Mais de 10 anos	1 425 825	1 328 851

37. Divulgações de partes relacionadas

Informação sobre subsidiárias

Nome	Atividades principais	País de constituição	Participação detida	
			31/12/2025	31/12/2024
TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Marine, Aviation & Logistic Services, Unipessoal, Lda. (anteriormente TIMOR GAP Marine Oil & Gas and Logistic Services, Unipessoal, Lda.)	Serviços logísticos e de apoio	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
South Horizon Offshore Services, Unipessoal, Lda. (anteriormente South Horizon Offshore Services, Lda.)	Serviços de apoio	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Seismic Services, Lda.	Serviços de prospeção sísmica	República Democrática de Timor-Leste	60%	60%
TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Drilling & Seismic Services, Unipessoal, Lda.	Serviços de perfuração	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL 2, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Pualaca Block, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Rarahana Block, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP BAYU-UNDAN 19-12, Unipessoal, Lda.*	Produção de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP BAYU-UNDAN 19-13, Unipessoal, Lda.*	Produção de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP PSC TL-OT-22-22, Unipessoal, Lda.*	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP PSC TL-SO-22-23, Unipessoal, Lda.*	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%

*Constituída em 19 de agosto de 2024

Partes relacionadas nos termos da IAS 24 com as quais ocorreram transações durante o exercício

Nome	Tipo	País de constituição
Weststar-GAP Aviation, Lda.	Investimento contabilizado pelo método da equivalência patrimonial	República Democrática de Timor-Leste

Pessoal-chave da gerência/administração — KMP

Nome	Cargo
Rui Maria Alves Soares	Presidente e Diretor Executivo & Presidente do Conselho de Administração
Domingos L. S. Maria	Vice-Presidente para o Desenvolvimento do Greater Sunrise
Alexandre Cristovão	Vice-Presidente para Infraestruturas
Aurélia Alves	Vice-Presidente para Relações Governamentais e Envolvimento dos Stakeholders
Vicente Pinto	Diretor de Downstream Business
Luís Martins	Diretor de Finanças e Comercial
Tomas Talo	Diretor de Research, Development and Services
Helder Sarmento	Diretor Jurídico
Abelio Alves	Diretor de Exploration and Development
Lígia Aniceto	Diretora de Recursos Humanos, Corporate Services e Administration Support

Transações com partes relacionadas

As seguintes transações ocorreram com partes relacionadas:

Rubrica	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimento em subsidiárias				
TIMOR GAP BAYU-UNDAN 19-12, Unipessoal, Lda.	-	-	-	5 000
TIMOR GAP BAYU-UNDAN 19-13, Unipessoal, Lda.	-	-	-	5 000
TIMOR GAP PSC TL-OT-22-22, Unipessoal, Lda.	-	-	-	5 000
TIMOR GAP PSC TL-SO-22-23, Unipessoal, Lda.	-	-	-	5 000
Investimento em investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
Weststar-GAP Aviation, Lda.	42 759		42 750	
Pagamentos efetuados em nome de subsidiárias, líquidos de liquidações				
TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.	-	-	3 310	785 148
TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal, Lda.	-	-	49 878	99 104
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.	-	-	4 540	6 449 368
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda.	-	-	3 830	
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda.	-	-	4 142	1 441 520
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.	-	-	1 373	2 234 567
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL 2, Unipessoal, Lda.	-	-	-	1 559 043
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.	-	-	-	1 003 928
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.	-	-	-	105 053
TIMOR GAP Drilling & Seismic Services, Unipessoal, Lda. (anteriormente TIMOR GAP Drilling & Services, Unipessoal, Lda.)	-	-	53 379	59 041
TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda.	-	-	2 943	1 926 635
TIMOR GAP Pualaca Block, Unipessoal, Lda.	-	-	167 954	340 728
TIMOR GAP Rarahana Block, Unipessoal, Lda.	-	-	-	244 750
South Horizon Offshore Services, Lda.	-	-	-	16 626
TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda.	-	-	(372 227)	148 891
TIMOR GAP Marine, Aviation & Logistic Services, Unipessoal, Lda. (anteriormente TIMOR GAP Marine Oil & Gas and Logistic Services, Unipessoal, Lda.)	-	-	15 000	-
TIMOR GAP BAYU-UNDAN 19-12, Unipessoal, Lda.	-	-	249 328	75 203
TIMOR GAP BAYU-UNDAN 19-13, Unipessoal, Lda.	-	-	200	-
TIMOR GAP PSC TL-OT-22-22, Unipessoal, Lda.	-	-	15 193	47 873
TIMOR GAP PSC TL-SO-22-23, Unipessoal, Lda.	-	-	30 703	27 206
Rendimento de subsidiária				
TIMOR GAP Pualaca Block, Unipessoal, Lda.	-	-	179 052	-
Dividendos				
TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda.	-	-	-	223 336
Pagamentos efetuados em nome de investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
Weststar-GAP Aviation, Lda.	246 847	26 512	246 847	26 512
Empréstimo concedido a investimento contabilizado pelo método da equivalência patrimonial				
Weststar-GAP Aviation, Lda.	66 370	112 630	66 370	112 630
Rendimentos de juros de subsidiárias				
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.	-	-	24 860	76 282
TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.	-	-	127 427	149 583
Assistência prestada a subsidiárias				
TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda.	-	-	-	9 260 460
TIMOR GAP PSC TL-OT-22-22, Unipessoal, Lda.	-	-	50 000	-
TIMOR GAP PSC TL-SO-22-23, Unipessoal, Lda.	-	-	250 000	-
Pagamentos ao pessoal-chave da gerência/administração	950 528	935 907	950 528	935 907

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

Saldos em aberto decorrentes de vendas/compras de bens e serviços

Os seguintes saldos encontram-se em aberto no final do período de relato relativamente a transações com partes relacionadas:

Rubrica	Grupo		Empresa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras contas a receber				
TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.	-	-	2 465 969	2 462 659
TIMOR GAP Marine, Aviation & Logistic Services, Unipessoal, Lda. (anteriormente TIMOR GAP Marine Oil & Gas and Logistic Services, Unipessoal, Lda.)	-	-	5 500	5 500
South Horizon Offshore Services, Lda.	-	-	48 494	48 494
TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal, Lda.	-	-	354 859	304 981
TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda.	-	-	410	149 301
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.	-	-	6 703 020	6 698 480
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda.	-	-	3 830	-
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda.	-	-	1 509 397	1 505 256
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.	-	-	7 403 786	7 402 411
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL 2, Unipessoal, Lda.	-	-	2 452 821	2 452 821
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.	-	-	1 972 907	1 972 908
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.	-	-	688 741	688 742
TIMOR GAP Drilling & Seismic Services, Unipessoal, Lda. (anteriormente TIMOR GAP Drilling & Services, Unipessoal, Lda.)	-	-	152 467	99 088
TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda.	-	-	2 049 504	2 046 561
TIMOR GAP Pualaca Block, Unipessoal, Lda.	-	-	611 850	443 897
TIMOR GAP Rarahana Block, Unipessoal, Lda.	-	-	289 303	289 303
TIMOR GAP BAYU-UNDAN 19-12, Unipessoal, Lda.	-	-	324 531	75 203
TIMOR GAP BAYU-UNDAN 19-13, Unipessoal, Lda.	-	-	200	-
TIMOR GAP PSC TL-OT-22-22, Unipessoal, Lda.	-	-	63 066	47 873
TIMOR GAP PSC TL-SO-22-23, Unipessoal, Lda.	-	-	57 909	27 206
Weststar-GAP Aviation, Lda.	289 607	47 760	289 607	47 760
Dividendos a receber				
TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda.	-	-	-	223 336
Outros passivos financeiros	-	-	-	-
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda.	-	-	5 000	5 000
TIMOR GAP PSC TL-OT-22-23, Unipessoal, Lda.	-	-	-	5 000
Weststar-GAP Aviation, Lda.	45 000	2 250	45 000	2 250
Empréstimos concedidos				
TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.	-	-	-	13 115 637
TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal, Lda.	-	-	-	800 116
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.	-	-	-	1 762 000
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda.	-	-	-	361 201
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda.	-	-	-	117 265
TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda.	-	-	-	50 000
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.	-	-	-	815 859
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda.	-	-	-	641 028
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.	-	-	-	333 196
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.	-	-	-	12 307
Weststar-GAP Aviation, Lda.	179 000	112 630	179 000	112 630

A transação do exercício corrente refere-se à conversão de empréstimos em aberto concedidos pela Holding em subsídio, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025. Trata-se de uma transação sem impacto em caixa e sem fluxos de caixa efetivos. Por conseguinte, tal não foi reconhecido como gasto de 2025.

Termos e condições aplicáveis às transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são efetuadas em termos equivalentes aos que prevaleceriam em transações em condições de mercado. Os saldos em aberto no final do exercício não têm garantia, não vencem juros e a liquidação ocorre em dinheiro. Não foram prestadas nem recebidas garantias relativamente a quaisquer contas a receber ou a pagar de partes relacionadas.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

38. Situação atual dos projetos relevantes**Projeto Greater Sunrise**

O Programa Mínimo de Trabalhos de Exploração para os campos Greater Sunrise foi concluído, encontrando-se em curso o conceito de desenvolvimento do projeto. Após a sua aprovação nos termos do Tratado, os parceiros da joint venture Greater Sunrise avançarão para o Plano de Desenvolvimento do Campo a submeter às autoridades designadas.

Em 2024, os parceiros da joint venture Greater Sunrise (“SJV”) realizaram um Estudo de Conceito para o desenvolvimento dos campos Greater Sunrise, com o apoio de um consultor independente. O estudo avaliou quatro opções principais de desenvolvimento:

- Timor-Leste Liquefied Natural Gas — TLNG;
- Darwin LNG — DLNG;
- Ichthys LNG; e
- Uma nova instalação greenfield de LNG na Austrália.

O resultado do estudo de conceito demonstra que todas as opções eram tecnicamente viáveis. Contudo, a opção TLNG é comercialmente a opção mais viável, pois proporciona o maior retorno económico, não só para a SJV, mas também para os respetivos Estados. Demonstra igualmente que a opção TLNG gerará o máximo impacto socioeconómico e criação de emprego para Timor-Leste, em conformidade com os requisitos do Tratado da Fronteira Marítima.

Para avançar para a fase de seleção de conceito, a Woodside celebrou, no final de 2025, um acordo de colaboração com o MPRM, a componente downstream do TLNG, para desenvolver o conceito TLNG, incluindo a realização de novos levantamentos geofísicos e geotécnicos de oleoduto/gasoduto. Paralelamente, a SJV celebrou um acordo de confidencialidade com o MPRM e a Woodside, para facilitar a partilha estruturada de dados e assegurar o alinhamento e a transparência entre as atividades de desenvolvimento upstream e downstream.

A Woodside Energy Limited é a operadora do Contrato de Partilha de Produção — Production Sharing Contract (PSC). A TIMOR GAP, enquanto principal acionista no campo Greater Sunrise, juntamente com os restantes parceiros da joint venture, está ativamente a progredir nas negociações do novo PSC, do contrato de mineração petrolífera — Petroleum Mining Code (PMC) — e dos respetivos acordos com os Governos de Timor-Leste e da Austrália, os quais, após finalização, proporcionarão a certeza fiscal e regulamentar necessária ao desenvolvimento do campo Greater Sunrise.

Em 2026, os esforços serão dedicados à finalização do PMC, do PSC e da tributação, bem como à seleção de um único conceito de desenvolvimento com base no Estudo de Conceito realizado em 2024. Atendendo ao progresso referido, prevê-se que a produção tenha início em 2032/2033.

Bloco Onshore

Em 2017, a TIMOR GAP Onshore Block, Unipessoal, Lda. (“Subsidiária”) celebrou o primeiro contrato onshore da TIMOR GAP, o PSC-TL-OT-17-08, em parceria com a Timor Resources Pty Ltd, uma sociedade constituída na Austrália e afiliada do grupo de empresas NEPEAN Engineering.

O PSC estabelece uma joint venture 50:50 entre a TIMOR GAP Onshore Block e o seu parceiro, Timor Resources, assumindo a Timor Resources a qualidade de operadora. O PSC comprometeu-se com um programa de trabalhos de exploração de 7 anos.

O levantamento sísmico 2D de Vibroseis Fáfulu foi realizado e concluído em 2018/2019. A interpretação sísmica 2D de Fáfulu foi concluída em 2020.

Após o primeiro poço de exploração, Feto Kmaus-1 (Karau-1), perfurado no final de 2021, foram perfurados dois poços de exploração em 2022, nomeadamente o segundo poço de exploração, Lurai (Kumbili-1), e o terceiro poço de exploração, Lafaek-1. A atividade de perfuração do segundo e terceiro poços de exploração foi concluída em 2022.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

Posteriormente, um terceiro independente foi contratado pela Operadora para realizar a classificação de recursos dos poços perfurados, tendo os resultados sido disponibilizados em setembro de 2022.

Em novembro de 2023, a Autoridade Nacional do Petróleo (ANP) de Timor-Leste anunciou os resultados dos poços perfurados no PSC TL-OT-17-08 como uma descoberta técnica.

Nos exercícios de 2024 e 2025, foram realizadas atividades preliminares para a campanha de perfuração de avaliação, incluindo a celebração de contratos de sonda, estando a avaliação dos poços prevista para 2026. Adicionalmente, existem dois novos poços de exploração, Kmaus 2 e Weda 2, cuja avaliação está prevista para o exercício de 2026.

Até 2022, a participação da Subsidiária era suportada integralmente pela Operadora, pelo que a Subsidiária não incorreu nem contabilizou a sua quota-parte de despesas de exploração e avaliação até 2022. Em 2023, nos termos do Joint Operating Agreement (JOA) alterado com a Operadora, a Subsidiária acordou suportar 30% dos gastos do projeto, permanecendo os restantes 20% da participação da Subsidiária suportados pela Operadora.

De acordo com o acordo acima referido, a Administração reconheceu os dispêndios relevantes incorridos no projeto nas demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as suas políticas contabilísticas.

Bloco Onshore C

Em 2017, a TIMOR GAP Onshore Block C, Unipessoal, Lda. ("Subsidiária") celebrou o primeiro contrato onshore da TIMOR GAP, o PSC-TL-OT-17-09, em parceria com a Timor Resources Pty Ltd, uma sociedade constituída na Austrália e afiliada do grupo de empresas NEPEAN Engineering.

O PSC estabelece uma joint venture 50:50 entre a TIMOR GAP Onshore Block e o seu parceiro Timor Resources, assumindo a Timor Resources a qualidade de operadora. O PSC está comprometido com um programa de trabalhos de exploração de 7 anos.

Desde a assinatura do PSC TL-OT-17-09, a operadora e a joint venture concluíram vários estudos geológicos e outros estudos técnicos ou avaliações.

Em 2022, encontrava-se em curso a preparação para a perfuração do primeiro poço de exploração, estando a atividade de perfuração prevista para iniciar em 2023. Contudo, não foi realizada qualquer atividade de exploração no contrato em 2023, 2024 e 2025.

As principais atividades desenvolvidas durante o exercício estiveram relacionadas com a discussão com o Ministério das Obras Públicas, através da Direção Nacional de Estradas, Pontes e Controlo de Cheias, Direção Nacional de Estradas, Pontes e Controlo de Cheias — DNERO — relativamente à construção de acesso rodoviário público até ao local do projeto e à revisão técnica de dados técnicos e relatórios anteriores.

Em 2026, as principais atividades a realizar consistirão no reprocessamento e interpretação sísmica, incluindo interpretação integrada, reavaliação de prospektos, cálculo volumétrico e ranking de oportunidades — POS ranking — que apoiarão a realização de atividades de perfuração de exploração nos anos subsequentes.

Até 2022, a participação da Subsidiária era suportada integralmente pela Operadora, pelo que a Subsidiária não incorreu nem contabilizou a sua quota-parte de despesas de exploração e avaliação até 2022. Em 2023, nos termos do Joint Operating Agreement (JOA) alterado com a Operadora, a Subsidiária acordou suportar 30% dos gastos do projeto, permanecendo os restantes 20% da participação da Subsidiária suportados pela Operadora.

De acordo com o acordo acima referido, a Administração reconheceu os dispêndios relevantes incorridos no projeto nas demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as suas políticas contabilísticas.

Chuditch

A TIMOR GAP Chuditch foi constituída em 2019 para representar a Sociedade, juntamente com a SundaGas, na realização de atividades de exploração e produção na descoberta de gás não desenvolvida de Chuditch — PSC TL-SO-19-16.

O PSC estabelece uma joint venture 25:75 entre a TIMOR GAP Chuditch, com 25%, e a SundaGas, com 75%.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

Os dados sísmicos 3D reprocessados foram concluídos em 2022, tendo a respetiva avaliação, em conjunto com diversos estudos geológicos e de engenharia, sido concluída em 2023.

Em 2024, foi realizada a análise e interpretação de dados sísmicos em várias áreas de estudos geológicos e geofísicos detalhados para o poço de avaliação Chuditch-2.

Adicionalmente, em 2023 e 2024, a Operadora solicitou à ANP a prorrogação do Ano Contratual Dois do PSC Chuditch. A ANP aprovou prorrogações em junho de 2025. Estas prorrogações foram concedidas para proporcionar tempo adicional para concluir estudos técnicos detalhados adicionais no campo Chuditch e dispor de tempo suficiente para preparar a perfuração de avaliação.

Em 2025, a Operadora emitiu um Request for Information (RFI) para identificar um fornecedor adequado para iniciar a contratação da sonda, encontrando-se o processo atualmente em curso. Devido a atrasos na execução da execução dos poços planeados, a ANP concedeu uma prorrogação do período contratual até 18 de junho de 2026, a pedido da Operadora.

Adicionalmente, a Operadora solicitou a licença ambiental para a perfuração e teste do poço Chuditch-2, a qual foi posteriormente concedida pela ANP em 9 de março de 2026.

Em 2026, a Operadora prevê propor uma abordagem de partilha de sonda com a Finder, operadora do PSC-11-106, ao abrigo da qual ambas as partes executarão uma Letter of Intent (LOI) para explorar conjuntamente oportunidades de contratar uma unidade móvel de perfuração offshore — Mobile Offshore Drilling Unit (MODU) — adequada para as respetivas campanhas de perfuração. Consequentemente, o foco principal de 2026 será assegurar uma MODU adequada, avançar no contrato de fornecimento de bens, serviços e materiais, continuar a permitir que a joint venture garanta prontidão operacional para o poço de avaliação Chuditch-2. A próxima data-alvo de início de perfuração do poço é 2027.

Uma vez que o Ano Contratual 3 expirará em 18 de junho de 2026, a Operadora submeteu um pedido de nova prorrogação à ANP em 9 de março de 2026, encontrando-se atualmente a aguardar resposta.

Até 2024, a participação da Sociedade era suportada integralmente pela Operadora, pelo que a Subsidiária não incorreu nem contabilizou a sua quota-parte de despesas de exploração e avaliação até 2024.

Em 2024, nos termos do Farm-up Agreement com a Operadora, a Subsidiária acordou aumentar a sua participação no PSC Chuditch de 25% para uma participação de trabalho de 40%. O juro incremental de 15% atribuído incluiu uma quota-parte da obrigação de suportar os custos da participação inicial de 25% da TIMOR GAP e, consequentemente, a quota-parte de 40% da Subsidiária é agora responsável por 20% dos custos do projeto Chuditch, enquanto a SundaGas continuará a suportar os restantes 80% dos custos do projeto Chuditch.

De acordo com o acordo acima referido, a Administração reconheceu os dispêndios relevantes incorridos no projeto nas demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as suas políticas contabilísticas.

Bloco Pualaca

Em 7 de dezembro de 2021, a TIMORGAP Pualaca Block, Unipessoal, Lda. (“Subsidiária”) celebrou um Contrato de Partilha de Produção — Production Sharing Contract (PSC) — com a autoridade reguladora, a ANP.

O PSC entrou em vigor em 24 de fevereiro de 2022, tendo por finalidade identificar oportunidades e descobrir reservas de hidrocarbonetos na área contratual do bloco PSC TL-OT-21-17.

A Subsidiária, TG Pualaca Block, é a operadora única do bloco. A Subsidiária concluiu com êxito uma campanha Full Tensor Gravity (FTG), abrangendo uma área total de 3.149 km em 2022. Este trabalho vital abriu caminho para a fase 1 de mapeamento geológico de superfície, realizada em 2023 e 2024.

Em 2025, a Subsidiária concluiu com êxito a aquisição sísmica em meados de outubro de 2025, tendo o processamento sísmico ficado concluído em dezembro de 2025, enquanto a interpretação sísmica transitará para o exercício de 2026.

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

Em 2026, a Subsidiária deverá concentrar-se na conclusão da interpretação dos dados sísmicos até ao ranking dos prospektos, na identificação de potenciais prospektos de perfuração e nas campanhas de perfuração de exploração.

Em 9 de julho de 2025, a Subsidiária celebrou um acordo comercial com a Guangdong Fushan Tengfei International Tourism Co., Ltd., nos termos do qual a Guangdong adquiriu uma participação de 50% no bloco, permanecendo os restantes 50% detidos pela Subsidiária.

De acordo com o acordo comercial, todas as futuras contribuições de capital serão efetuadas pelas partes na proporção das respetivas participações.

À data da demonstração da posição financeira, determinadas condições precedentes previstas no acordo comercial permanecem por cumprir. Consequentemente, continua por concluir a submissão exigida à ANP e a celebração do Joint Operating Agreement entre as partes.

39. Duas subsidiárias, TIMOR GAP Greater Sunrise RL Unipessoal, Lda. e TIMOR GAP Greater Sunrise RL2 Unipessoal, Lda. (“Subsidiárias”), detêm uma participação no projeto Greater Sunrise — o campo de gás — localizado em águas territoriais tanto de Timor-Leste como da Austrália, tendo estas subsidiárias sido registadas como estabelecimentos permanentes ao abrigo da legislação fiscal australiana.

No entanto, existe um Tratado de Fronteira Marítima — “Tratado” — celebrado entre o Governo de Timor-Leste e o Governo da Austrália, que estipula que a legislação fiscal aplicável ao campo de gás será determinada em conjunto com o Contrato de Partilha de Produção a celebrar nos termos do Tratado.

Os dois Estados acordaram, em princípio, que será criada legislação fiscal específica de Timor-Leste, a aplicar na Greater Sunrise Special Regime Area (GSSRA). Até à data, o Contrato de Partilha de Produção e a referida legislação fiscal ainda não foram finalizados e, consequentemente, existe atualmente incerteza quanto à aplicabilidade da legislação fiscal australiana ao campo de gás.

Consequentemente, estas subsidiárias não deduziram qualquer imposto retido na fonte ao abrigo da legislação fiscal australiana relativamente aos juros acrescidos durante o exercício e em exercícios anteriores sobre o empréstimo contratado pelas subsidiárias junto do Banco Central de Timor-Leste, conforme descrito na Nota 21.

Estas subsidiárias cumpriram toda a legislação fiscal aplicável nos termos da legislação local de Timor-Leste.

Adicionalmente, a Administração destas subsidiárias obteve uma análise independente de um perito fiscal relativamente à matéria acima referida e, com base nas conclusões do perito fiscal e na avaliação interna da Administração, qualquer obrigação fiscal decorrente de acontecimentos passados é contingente em relação a acontecimentos futuros, nomeadamente a finalização do Contrato de Partilha de Produção e da legislação fiscal específica de Timor-Leste aplicável à GSSRA.

Assim, não foram reconhecidos quaisquer ajustamentos nas demonstrações financeiras relativamente a qualquer passivo por imposto retido na fonte, que permanece incerto à data.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco.)

Timor GAP, E.P

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Montantes expressos em USD

40. O Conselho de Administração da Sociedade decidiu, de comum acordo, prestar apoio financeiro às subsidiárias conforme necessário, de forma a permitir que estas continuem em continuidade operacional no âmbito das suas operações e cumpram os seus passivos à medida que estes se vencem, por pelo menos um ano a contar da data das demonstrações financeiras.
41. A Sociedade recebeu subsídios do Governo da República de Timor-Leste durante o exercício. No entanto, como os mesmos não foram integralmente gastos durante o exercício em despesas para as quais os subsídios foram recebidos, a Sociedade diferiu esses montantes, nos termos da IAS 20.
42. Os valores do exercício anterior foram reclassificados/reagrupados, quando aplicável, para efeitos de comparabilidade.

Conforme o nosso relatório da mesma data

Grant Thornton Bharat LLP

Em nome e por conta do Conselho de Administração

Local: Díli, Timor-Leste

Data: 30 de abril de 2026

Presidente e CEO

Local: Díli, Timor-Leste

Data: 30 de abril de 2026

Membro do Conselho de Administração

Local: Díli, Timor-Leste

Data: 30 de abril de 2026

SECÇÃO 09 — DE 09

Parecer de Auditoria

AUDITORIA FINANCEIRA EXTERNA

■ RELATÓRIO DE AUDITORIA

Grant Thornton Bharat LLP

Unit 1603 e 1604, EcoCentre
Plot n.º 4, Street n.º 13,
EM Block, Sector V,
Bidhannagar,
Kolkata – 700 091
West Bengal, Índia
T +91 334 444 9300

Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração da **TIMOR GAP, E.P.**

Opinião

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da TIMOR GAP, E.P. («a Sociedade- Mãe») e das suas subsidiárias (a Sociedade-Mãe e as suas subsidiárias, em conjunto designadas por «o Grupo») e da sua associada, que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2025, a demonstração dos resultados por natureza e do rendimento integral, demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.
2. Em nossa opinião e com base na informação de que dispomos, bem como de acordo com as explicações que nos foram prestadas, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro consolidado e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade IFRS (IFRS) emitidas pelo Conselho Internacional de Normas de Contabilidade (IASB).

Bases para a opinião

3. Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades ao abrigo dessas normas são descritas mais pormenorizadamente na secção «Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras» do nosso relatório. Somos independentes do Grupo, em conformidade com o Código de Ética para Contabilistas Profissionais do Conselho Internacional de Normas de Ética para Contabilistas («Código do IESBA»), juntamente com os requisitos éticos relevantes para a nossa auditoria às demonstrações financeiras na Índia, e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com esses requisitos e com o Código do IESBA. Consideramos que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e adequadas para servir de base ao nosso parecer.

Incerteza Material Relacionada com a Continuidade das Operações

4. Chamamos a atenção para a Nota 32 das demonstrações financeiras consolidadas anexas, com data de 31 de dezembro de 2025, que indica que o Grupo registou prejuízos no valor de 36 705 881 USD no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e que, nessa data, os passivos correntes do Grupo excederam os seus ativos correntes em 8 519 895 USD e o património líquido do Grupo se encontra deteriorado. As referidas condições indicam a existência de incerteza material que pode suscitar dúvidas significativas quanto à capacidade do Grupo de continuar a operar. No entanto, pelas razões descritas mais pormenorizadamente na nota acima referida, o princípio da continuidade das operações é adequado para a elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas.

O nosso parecer não é alterado no que diz respeito a esta questão.

Ênfase

5. Chamamos a atenção para a Nota 39 das demonstrações financeiras consolidadas anexas, que descreve a incerteza existente relativamente à aplicabilidade da lei da retenção na fonte sobre os juros acumulados em empréstimos contraídos para o projeto Greater Sunrise, ao abrigo da legislação fiscal australiana. Existem duas subsidiárias, a TIMOR GAP Greater Sunrise RL, Unipessoal, Lda. e a TIMOR GAP Greater Sunrise RL2, Unipessoal, Lda., que detêm uma participação neste projeto, que se situa nas águas territoriais tanto de Timor-Leste como da Austrália e, consequentemente, foi assinado um Tratado de Fronteiras Marítimas (o «tratado») que estipula que o regime fiscal aplicável será determinado em conjunto aquando da elaboração do Contrato de Partilha e Produção («PSC») a celebrar no âmbito dos termos do tratado. Até à data, o referido PSC ainda não se encontra assinado e, consequentemente, não foram efetuados quaisquer ajustamentos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas no que diz respeito a qualquer obrigação fiscal de retenção na fonte, o que se afigura incerto até à data.

O nosso parecer não é alterado no que diz respeito a esta questão.

Informações que não as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor sobre as mesmas

6. A gestão é responsável pelas demais informações. As demais informações não incluem as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

O nosso parecer sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange as outras informações e não expressamos qualquer conclusão de garantia sobre as mesmas.

No âmbito da nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas, a nossa responsabilidade consiste em ler as outras informações e, ao fazê-lo, considerar se estas são materialmente inconsistentes com as demonstrações financeiras consolidadas ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se, de outra forma, parecem conter distorções materiais.

Se, com base no trabalho que realizámos sobre as outras informações obtidas antes da data do presente relatório de auditoria, concluirmos que existe uma distorção material nessas outras informações, somos obrigados a comunicar esse facto. A comunicação prevista nesta secção não é aplicável, uma vez que não foram obtidas outras informações à data do presente relatório de auditoria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas Demonstrações Financeiras

7. O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.
8. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, a gestão é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.
9. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

10. A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.
11. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
 - obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
12. Comunicamos com os responsáveis pela governação relativamente, entre outros assuntos, ao âmbito e calendário previstos para a auditoria e às conclusões significativas da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identifiquemos durante a nossa auditoria.

Conforme o nosso relatório da mesma data

Grant Thornton Bharat LLP

Local: Díli, Timor-Leste

Data: 30 de abril de 2026

Grant Thornton Bharat LLP
Unit 1603 e 1604, EcoCentre
Plot n.º 4, Street n.º 13,
EM Block, Sector V,
Bidhannagar,
Kolkata – 700 091
West Bengal, Índia
T +91 334 444 9300

Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração da TIMOR GAP, E.P.

Opinião

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da TIMOR GAP, E.P. («a Entidade»), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025, a demonstração dos resultados por natureza e do rendimento integral, demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.
2. Em nossa opinião e com base na informação de que dispomos, bem como de acordo com as explicações que nos foram prestadas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade IFRS (IFRS) emitidas pelo Conselho Internacional de Normas de Contabilidade (IASB).

Bases para opinião

3. Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades ao abrigo dessas normas são descritas mais pormenorizadamente na secção «Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras» do nosso relatório. Somos independentes da Empresa, em conformidade com o Código de Ética para Contabilistas Profissionais do Conselho Internacional de Normas de Ética para Contabilistas («Código IESBA»), juntamente com os requisitos éticos relevantes para a nossa auditoria às demonstrações financeiras na Índia, e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com esses requisitos e com o Código IESBA. Consideramos que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e adequadas para servir de base ao nosso parecer.

Incerteza material relacionada com a continuidade das operações

4. Chamamos a atenção para a Nota 32 das demonstrações financeiras individuais anexas, com data de 31 de dezembro de 2025, que indica que a Empresa registou prejuízos no valor de 18 641 590 USD no exercício corrente. Além disso, a Empresa concedeu apoio financeiro incondicional às suas subsidiárias e depende de subvenções governamentais para satisfazer as suas necessidades de fluxo de caixa. As referidas condições indicam a existência de incerteza material que pode suscitar dúvidas significativas quanto à capacidade da Empresa de continuar a operar. No entanto, pelas razões descritas mais pormenorizadamente na nota acima referida, o princípio da continuidade das operações é adequado para a elaboração destas demonstrações financeiras individuais.

O nosso parecer não é alterado no que diz respeito a esta questão.

Informações que não as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor sobre as mesmas

5. A administração é responsável pelas restantes informações. As restantes informações não incluem as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

O nosso parecer sobre as demonstrações financeiras não abrange as outras informações e não expressamos qualquer conclusão de garantia sobre as mesmas.

No âmbito da nossa auditoria às demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade consiste em ler as outras informações e, ao fazê-lo, avaliar se estas apresentam inconsistências materiais com as demonstrações financeiras ou com os conhecimentos que obtivemos durante a auditoria, ou se, de outra forma, parecem conter distorções materiais.

Se, com base no trabalho que realizámos sobre as outras informações obtidas antes da data do presente relatório de auditoria, concluirmos que existe uma distorção material nessas outras informações, somos obrigados a comunicar esse facto. A comunicação prevista nesta secção não é aplicável, uma vez que não foram obtidas outras informações à data do presente relatório de auditoria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas Demonstrações Financeiras

6. O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.
7. Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.
8. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

9. A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.
10. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:
 - identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada..
11. Comunicamos com os responsáveis pela governação relativamente, entre outros assuntos, ao âmbito e calendário previstos para a auditoria e às conclusões significativas da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identifiquemos durante a nossa auditoria.

Conforme o nosso relatório da mesma data

Grant Thornton Bharat LLP

Local: Díli, Timor-Leste

Data: 30 de abril de 2026



Piso 3, Timor Plaza, Suite 301-314
Rua Presidente Nicolau Lobato, Comoro
Apartado N.º 553 – Díli, Timor-Leste

Tel: +670 3310 953 | Fax: +670 3310 952
E-mail: info@timorgap.com

www.timorgap.com